



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GUTIERRE CARDOSO DE LIMA

PSICANÁLISE, CIENTIFICIDADE E CULTURA: CENAS ATUAIS DE UM
DEBATE INTERMINÁVEL

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2025

GUTIERRE CARDOSO DE LIMA

**PSICANÁLISE, CIENTIFICIDADE E CULTURA: CENAS ATUAIS DE UM
DEBATE INTERMINÁVEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe
como um dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicanálise e cultura
contemporânea

Orientador: Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho

(Versão corrigida)

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L732p	Lima, Gutiere Cardoso de Psicanálise, cientificidade e cultura: cenas atuais de um debate interminável / Gutiere Cardoso de Lima ; orientador Daniel Menezes Coelho. – São Cristóvão, SE, 2025. 160 f. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025. 1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Psicanálise e cultura - Pesquisa. 5. Interpretações psicanalíticas. I. Coelho, Daniel Menezes, orient. II. Título. CDU 159.964.2
-------	--

Folha de Aprovação

GUTIERRE CARDOSO DE LIMA

**PSICANÁLISE, CIENTIFICIDADE E CULTURA: CENAS ATUAIS DE UM
DEBATE INTERMINÁVEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de Sergipe como
um dos requisitos para obtenção do título de Doutor
em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho (orientador e presidente)

Prof.^a Dr.^a Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGPSI/UFS)

Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (PPGPSI/UFS)

Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão
(Programa de pós graduação em psicologia clínica-USP)

Prof. Dr. Salomão dos Santos Santana
(Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia – UFS)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte cinco, reuniram-se, por videoconferência, os membros da Comissão Examinadora, Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho (orientador), Prof. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGPSI/UFS), Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (PPGPSI/UFS), Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão (PSC-USP), Prof. Dr. Salomão dos Santos Santana (Doutor pelo PPGF-UFS) para avaliar o trabalho intitulado: **Demarcacionismo científico e psicanálise: cenas atuais de um debate interminável**. O orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de presidente, passou a palavra ao candidato **Gutiery Cardoso de Lima**, para que expusesse sua tese, informando que dispunha de até 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador(a) iria dispor de 20 (vinte) minutos para fazer suas arguições e que o candidato gozaria de 20 (vinte) minutos para respostas e discussão. Terminada a exposição do candidato, o presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, os membros da Comissão deliberaram em espaço privativo previamente reservado. Logo em seguida, o presidente anunciou que o candidato foi considerado: **APROVADO**. Com base na deliberação dos membros da Comissão Julgadora, o presidente proclamou o candidato Gutiere C. de Lima **DOUTOR EM PSICOLOGIA**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, o presidente agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

Documento assinado digitalmente
DANIEL MENEZES COELHO
Data: 08/05/2025 11:01:37-0300
verifique em <https://nolitar.ufes.br>

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho (Orientador – PPGPSI/UFS)

Documento assinado digitalmente
MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS
Data: 11/05/2025 11:46:17-0300
verifique em <https://nolitar.ufes.br>

Prof. Dra. Michele de Freitas F. de Vasconcelos (PPGPSI/UFS)

Documento assinado digitalmente
LEOMIR CARDOSO HILÁRIO
Data: 08/05/2025 09:12:19-0300
verifique em <https://nolitar.ufes.br>

Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário (PPGPSI/UFS)

Documento assinado digitalmente
IVAN RAMOS ESTEVÃO
Data: 08/05/2025 07:24:33-0300
verifique em <https://nolitar.ufes.br>

Prof. Dr. Ivan Ramos Estevão (PSC-USP)

Documento assinado digitalmente
SALOMÃO DOS SANTOS SANTANA
Data: 08/05/2025 09:31:25-0300
verifique em <https://nolitar.ufes.br>

Prof. Dr. Salomão dos Santos Santana (Doutor PPGF-UFS)

A PATY, A THÉO E AOS

MEUS PAIS, GENIVALDO E JÚLIA.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer pela oportunidade de estar vivo e de ter encontrado pessoas ao longo de minha trajetória pessoal e profissional que, de alguma forma, contribuíram para eu dar meus voos e chegar até aqui.

Expresso especial gratidão à minha esposa Patrícia, por suportar minhas ausências familiares, limitações e me apoiar, de tantas formas, durante esse período de doutorado.

Ao meu filho Théo que, simplesmente por existir, é um farol a iluminar o meu caminho.

Agradeço aos meus pais pelo dom da vida e pelas diversas formas de apoio atemporais.

As minhas irmãs, irmãos e sobrinhos, que dão um colorido especial a minha vida.

A tia Mariinha e aos demais familiares que também sempre torceram por mim.

Também sou grato à minha sogra Ediles que, em tantos momentos, ajuda nossa família a lidar com uma rotina, por vezes, extenuante.

Um agradecimento especial à minha amiga Edileuza que, com um olhar cuidadoso e construtivo, atenuou minha solidão no processo de elaboração dessa tese.

Ao professor Daniel M. Coelho, pela orientação nessa trajetória de pesquisa no doutorado.

Ao meu amigo e compadre Marcão, pela atenção dispensada, pela ajuda em momentos críticos do doutorado e pelas dicas e orientações valiosas durante a elaboração desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos à minha amiga Jéssica, a qual, também me ouviu com cuidado e contribuiu para que eu fizesse escolhas acertadas nessa trajetória.

Ao meu analista Antônio Cardoso que, em momentos cruciais, colaborou para que eu tivesse força e fôlego e pudesse encerrar essa etapa de meu projeto de vida.

Gratidão à banca examinadora nas pessoas de Michele Vasconcelos, Salomão Santana, Leomir Hilário e Ivan Estevão, por disponibilizarem tempo e pela avaliação do presente trabalho.

Sou grato aos meus colegas do grupo de pesquisa, por me proporcionarem crescimento intelectual em conjunto bem como pelos momentos de descontração.

Aos meus colegas de trabalho, os psicólogos da DIPAI-PROEST-UFS, que seguraram a onda quando precisei me afastar das atividades para me dedicar mais à tese.

Aos meus amigos-família: meu primo Felipe, meu primo Thiago e meu amigo Regivaldo, grupo seleto de pessoas de bom convívio.

Agradeço também meus amigos da ponte Aracaju-Maceió-São Paulo, pelos inúmeros encontros agradáveis e memoráveis.

Ao PPGPSI, pela oportunidade de fazer parte desse programa e favorecer ao meu desenvolvimento pessoal e profissional.

RESUMO

A cientificidade da Psicanálise tem sido objeto de debate desde sua criação, ainda com Sigmund Freud. O demarcacionismo científico é um tópico central no campo da epistemologia, que busca estabelecer critérios seguros para distinguir o que é conhecimento científico do que não é. De caráter descritivo, exploratório e analítico, a presente tese teve como objetivo discutir cenas atuais desse debate, enriquecendo-o com um leituras que incluem o olhar sociocultural na produção do que vem a ser um conhecimento válido. O livro *Que Bobagem! Pseudociências e outros assuntos que não merecem ser levados a sério*, de Natália Pasternak e Carlos Orsi, publicado em 2023 serviu como um ponto de partida e uma cena atual para diversos pontos desenvolvidos nessa tese. Nele, os autores retomam o rótulo de pseudociências, proposto à psicanálise, por Karl Popper na década de 1950. Nosso propósito foi o de apresentar os principais argumentos de Pasternak e Orsi, para, em seguida, expor o posicionamento de psicanalistas em relação a alguns dos pontos levantados pelos críticos. Procuramos, por um lado, apresentar evidências que atestem a validade da Psicanálise como forma de contra argumentação; por outro, tornou-se necessário problematizar o modelo de ciência adotado pelos autores, o qual funciona como um “padrão-ouro” de cientificidade. Nesse modelo, a ideia de Sujeito Cerebral, entendida como uma representação de sucesso científico e cultural das neurociências na contemporaneidade, foi analisada e alguns de seus desdobramentos no campo sociocultural foram discutidos. Por fim, investigamos sobre como a Psicanálise freudiana se insere na dicotomia entre ciências naturais e humanas, sobre os fatores sócio-históricos que levaram Freud a classificar sua criação como uma ciência da natureza e como o modo de funcionamento da Psicanálise lhe confere ainda hoje uma singularidade no campo científico.

Palavras-chave: Psicologia; Psicanálise; cientificidade; demarcacionismo científico, Sujeito Cerebral.

ABSTRACT

The scientific status of psychoanalysis has been a subject of debate since its inception, beginning with Sigmund Freud himself. Scientific demarcation is a central topic in the field of epistemology, aiming to establish reliable criteria to distinguish scientific knowledge from non-scientific knowledge. This thesis which adopts a descriptive, exploratory, and analytical approach, aimed to discuss current scenes of this debate, enriching it with readings that include a sociocultural perspective on what constitutes valid knowledge. The book *That's Nonsense! Pseudosciences and Other Topics That Don't Deserve to Be Taken Seriously* by Natália Pasternak and Carlos Orsi, published in 2023, served as a starting point and a contemporary reference for several points developed in this thesis. In their work, the authors revisit the label of pseudoscience attributed to psychoanalysis by Karl Popper in the 1950s. Our objective was to present the main arguments put forth by Pasternak and Orsi, and subsequently, to expose the positions of psychoanalysts in response to some of the points raised by the critics. On one hand, we sought to present evidence supporting the validity of psychoanalysis as a form of counter-argumentation; on the other hand, it became necessary to problematize the model of science adopted by the authors, which functions as a "gold standard" of scientificity. Within this model, the notion of the *brainhood*, understood as a successful scientific and cultural representation of the neurosciences in contemporary times, was analyzed, and some of its sociocultural implications were discussed. Finally, we investigated how Freudian psychoanalysis fits into the dichotomy between the natural and human sciences, the socio-historical factors that led Freud to classify his creation as a natural science, and how the operational structure of psychoanalysis still grants it a singular position within the field of scientific knowledge.

Keywords: Psychology; Psychoanalysis; scientific validation, the demarcation problem, brainhood

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDA - Associação Brasileira do Déficit de Atenção
ABRAAC - Associação Brasileira de Autismo e Conexão
APH - Associação Paulista de Homeopatia
BBC- *British Broadcasting Corporation*
BVS- Biblioteca virtual em saúde
CAPES- Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior
CID - Classificação internacional de doenças
CID-10 - Classificação internacional de doenças (10ª edição)
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CREMESP - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
CFM - Conselho Federal de Medicina
COVID -19 - *Coronavirus Disease 2019*
DSM - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)
ECA - Escola de Comunicações e Artes
EUA – Estados Unidos da América
IBE – *Inference to the best explanation* (inferência para melhor explicação)
IPA – *International Psychoanalytic Association* (Associação Psicanalítica Internacional)
IQC - Instituto Questão de Ciência
ISRS - Inibidores seletivos da recaptação de serotonina
LILACS - Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde
LTPP - Psicoterapia psicodinâmica de longa duração
NAMI - *National Association for the Mentally Ill*
OMS - Organização Mundial da Saúde
ODR-III - *Open Door Review of Outcome and Process Studies in Psychoanalysis*
PDT – Terapia Psicodinâmica
PEPSIC - Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PICO - *Patient, Intervention, Comparison, and Outcomes*
PICs - Práticas Integrativas e Complementares
PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
SCIELO- *Scientific Electronic Library Online*
SP – São Paulo
SUS - Sistema Único de Saúde
TCCs - terapias cognitivo-comportamentais
TDAH- Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DEMARCAÇIONISMO CIENTÍFICO E A PSICANÁLISE: O ASSUNTO PASTERNAK/ORSI	21
2.1	Apontamentos sobre o problema da demarcação	22
2.1.1	O problema da demarcação e o positivismo Comtiano	23
2.1.2	A demarcação neopositivista	24
2.1.3	Karl Popper e a consolidação do problema da demarcação	26
2.1.4	Karl Popper, Thomas Kuhn e a lógica da ciência	28
2.2	Apresentação do assunto Pasternak	30
2.3	O Instituto Questão de Ciência (IQC), a demarcação científica e o campo da saúde	32
2.3.1	O IQC e as Práticas integrativas complementares	32
2.3.2	O IQC e a Homeopatia	38
2.4	O IQC, Pasternak/Orsi e a Psicanálise	41
2.4.1	O livro Que bobagem e a Psicanálise	49
2.5	A simplicidade equivocada de críticas de Pasternak e Orsi	55
3	VALIDAÇÃO CIENTÍFICA EM QUESTÃO: POSIÇÕES PSICANALÍTICAS FRENTE AO ASSUNTO PASTERNAK-ORSI E EVIDÊNCIAS EXTRACLÍNICAS DA PSICANÁLISE	57
3.1	Posições do meio psicanalítico diante do assunto Pasternak-Orsi	57
3.1.1	Divulgação científica ou mais do mesmo sobre a cientificidade da Psicanálise?	58
3.1.2	Psicanálise como crítica a ideais sociais vigentes em algumas abordagens de saúde mental	61
3.1.3	Negação de evidências científicas da Psicanálise	63
3.1.4	Evidências de eficácia clínica da Psicanálise a partir do “padrão-ouro” da ciência	65
3.2	Evidências extraclínicas de conceitos/teorias da Psicanálise	72
3.2.1	Neurociências e Psicanálise: algumas pontes de validação extraclínica	72
3.2.2	Críticas de Grünbaun à Psicanálise e a tentativa de saída de argumentação circular por meio de provas extraclínicas	75
3.3	Problematizando a necessidade de validação em Psicanálise	84
4	O SUJEITO CEREBRAL COMO PARADIGMA CIENTÍFICO-CULTURAL NO CONTEMPORÂNEO	86
4.1	O Sujeito Cerebral	88
4.1.1	O Sujeito Cerebral em Vidal e Ortega	89
4.1.1.1	<i>Notas histórico-genealógicas da emergência do Sujeito Cerebral</i>	90
4.1.2	O Sujeito Cerebral em Ehrenberg	96
4.1.2.1	<i>A divisão entre Neurologia e Psiquiatria</i>	99
4.1.2.2	<i>Fatores extra científicos na empreitada da cerebralização do sujeito</i>	101
4.1.3	O <i>self</i> neuroquímico em Nicolas Rose	104
4.2	O Sujeito Cerebral e neurocultura: implicações no contemporâneo	108
4.2.1	Biopolítica, neurocultura e Sujeito Cerebral	110
4.2.2	Sujeito Cerebral, ciência e ideologia	115

5	PSICANÁLISE: UM LUGAR SINGULAR NO CAMPO DA CIÊNCIA	119
5.1	A Psicanálise freudiana: Ciências da Natureza <i>versus</i> Ciências Humanas.....	122
5.1.1	Explicação como método das Ciências naturais.....	128
5.1.2	O método nas Ciências Humanas	131
5.1.3	O problema do método compreensivo para Freud.....	132
5.2	Um olhar externalista sobre a cientificidade da psicanálise freudiana	135
5.3	Sobre o funcionamento da Psicanálise.....	141
5.3.1	Interpretação e causalidade em Psicanálise	142
5.3.2	A singularidade da Psicanálise freudiana	146
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS	153

1. INTRODUÇÃO

Do encontro com o tema de pesquisa

Cinco anos se passaram desde o início da pandemia de *Coronavirus Disease* (COVID-19) no Brasil em 2020 e a impressão que temos é de que ainda não é possível avaliar todas as consequências dessa catástrofe que abalou o mundo entre 2019 e 2022. Foram perdas não elaboradas, impactos na saúde mental de parte significativa da população, mudanças na forma de trabalho (intensificação do teletrabalho), transformações que ainda hoje repercutem.

Coincidentemente, cinco anos desde o início da turma de 2020 no Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Sergipe (PPGPSI-UFS), da qual eu faço parte. Podemos dizer que, com boas doses de perseverança, autocuidado e, por que não, de sorte, resistimos a esses últimos anos sendo a presente tese um resultado frente a esses processos.

No Brasil, a crise desencadeada pela pandemia direcionou os holofotes para a importância da ciência como um instrumento de regulação social, mas também trouxe à tona certas relações entre ciência e política e evidenciou o negacionismo, por parte significativa da população, no tocante às orientações científicas, sobretudo, às de cunho sanitário.

Durante o período mais agudo da pandemia, foi comum o debate público sobre as diretrizes de saúde e as econômicas terem sido dominadas pela polarização política. Intensificada no pleito eleitoral de 2018 para presidência da república do Brasil, essa polarização adquiriu novos contornos e ganhou força diante do impacto causado pela COVID-19. A defesa ou a recusa do uso de máscaras, o posicionamento favorável ou não às vacinas e o apoio ou a discordância da quarentena funcionaram, em certa medida, como signos do espectro político ao qual o defensor de cada posicionamento se alinhara. Nesse contexto, a ciência, através de seus emissários, não conseguiu se valer a contento.

Aqui abrimos um parêntese sobre a expectativa da ciência ou dos cientistas de que as pessoas (ao menos a maior parte da população) sigam suas diretrizes. Como lembra Marcelo Veras¹ (2023), embora seja importante para iluminar direções, a ciência não comanda o mundo em sua totalidade, e, nesse caso, pareceu cega quanto aos limites do dispositivo racional sob o qual ela mesmo se apoia. Com o olhar de psicanalista, Veras aponta que uma ciência que não acolha, que não reconheça as paixões nesse homem esclarecido seria uma ciência ingênua. Tal

¹ VERAS, Marcelo. O cientista e o ornitorrinco. **Cult**, n. 298, set. 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cientista-ornitorrinco>. Acesso em: jul. 2024.

posicionamento não significa, contudo, endossar o posicionamento negacionista, mas sim de demarcar que a ciência, como qualquer construção sistemática humana, encontra seus limites.

Nesse contexto de polarização entre negacionistas levianos e defensores fervorosos da ciência durante a pandemia, algumas pessoas conquistaram notoriedade na mídia nacional tradicional (TV, rádio, jornais impressos e virtuais) e nas redes sociais. Dentre eles, Átila Iamarino² e Natália Pasternak, para ficarmos em dois exemplos emblemáticos. Ambos se tornaram figuras públicas significativamente valorizadas nos meios de comunicação de massa por defenderem medidas sanitárias seguindo o embasamento científico.

Já em 2023, num pós-pandemia recente, Natália Pasternak e Carlos Orsi publicaram o *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*³, livro no qual analisam práticas de cuidados em saúde, astrologia e homeopatia, julgando-as a partir da lógica do demarcação — isto é, dando veredictos se os saberes em tela fazem ou não parte do clube da ciência.

Um dos capítulos desse livro trata a Psicanálise como pseudociência, retomando a nomenclatura estabelecida pelo filósofo Karl Popper em seu projeto de demarcação do que é e do que não é ciência. Ainda nesse capítulo, outros críticos da Psicanálise foram escalados para apontar falhas desse saber em sua busca de cientificidade. Mais do que isso, a repercussão do livro gerou uma série de reações e posicionamentos de psicanalistas e de instituições de Psicanálise que partiram em defesa desta.

Com isso enxergamos a possibilidade de trabalhar a temática da cientificidade da Psicanálise, à luz do problema da demarcação na atualidade e como o plano sociocultural também é um fator importante nessa discussão. Por meio do cenário candente suscitado e ressuscitado pela publicação de Pasternak e Orsi foi possível transitar entre esses dois planos, o epistemológico propriamente dito e o sociocultural, em função das limitações de se restringir esse debate ao campo interno à ciência.

No entanto, descrito dessa forma, pode se transmitir a impressão de que chegamos a esse ponto de modo espontâneo e fácil, o que não corresponde à realidade, uma vez que o processo de se encontrar o tema de pesquisa foi marcado por idas e vindas dentro da construção

² Átila Iamarino é doutor em microbiologia pela USP (2012) e divulgador científico na internet. Fundador da maior da maior rede de blogs de ciência em língua portuguesa, o ScienceBlogs. Atualmente faz divulgação científica no próprio canal no Youtube para mais de um milhão e meio de pessoas e no programa Hiperconectado da TV Cultura Brasil. Informações disponíveis no currículo *lattes* do autor: <http://lattes.cnpq.br/4978322672579487>.

³ PASTERNAK, Natália; ORSI, Carlos. *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*. São Paulo: Contexto, 2023. Para facilitar a comunicação escrita em determinados momentos essa referência será designada apenas de *Que bobagem!*

de um projeto de pesquisa, pelos ajustes e reformulações de objetivos da tese, bem como pela multiplicidade de esquemas de organização de capítulos engavetados.

O início do percurso para chegar ao tema da tese foi o de um certo estranhamento, suscitado pela observação da disseminação de práticas de cuidados em saúde mental com largo espectro, desde as terapias consideradas alternativas às psicoterapias que se diziam baseadas em evidências científicas. Para tornar ainda mais complexo esse terreno, a popularização da prática de *coaching*⁴ passou a fazer parte da disputa de mentes e clientes em solo brasileiro. É válido ressaltar que não se trata de igualar um conjunto de diferentes práticas e conceitos específicos, mas de observar a amplitude de ofertas em saúde mental a que nos referimos.

Uma das linhas de debate acerca da diferenciação entre as práticas alternativas e as práticas “oficiais” no campo *psi* ocorre justamente pela via da cientificidade ou não de tais práticas, ou seja, por meio do problema da demarcação. Enquanto psicólogo e psicanalista, tal contexto passou a gerar um autoquestionamento sobre o lugar da Psicanálise nesse ambiente. Em que ponto desse espectro de cientificidade ela estaria posicionada?

Diante desse panorama, pensamos que essa questão ainda seria muito ampla para se trabalhar no formato de um programa de Doutorado e que, para a elaboração de uma tese, o alvo precisaria ser mais delimitado. Sendo assim, considerando a proeminência das ciências cognitivas, em geral, e das neurociências, em específico, no campo das ciências psicológicas recentes, assim como as raízes da Psicanálise no campo da Neurologia e Psiquiatria no século XIX, pensávamos que uma atualização da compreensão das relações entre esses dois campos (Neurociências e Psicanálise) seria interessante.

De fato, consideramos esse campo de estudos bastante profícuo, mas o universo de publicações e temáticas que daí proliferam também não auxiliou no recorte de um objeto de pesquisa viável. Essa dificuldade ficou mais nítida, sobretudo, após o processo de qualificação da tese, que acabou por gerar a necessidade de mudança de rota mais uma vez.

Foi, portanto, a partir da publicação de Natália Pasternak e Carlos Orsi e dos processos de orientação de tese, que conseguimos circunscrever um objetivo de pesquisa mais factível na esfera do Doutorado. Desse modo, nosso objetivo central tornou-se, justamente, analisar a temática da cientificidade da Psicanálise na sua relação com o demarcacionismo e com o meio sociocultural por meio de elementos que emergiram mais recentemente no debate.

⁴ Mesmo que não seja considerada uma terapia, a prática de *coaching* gera, por vezes, confusão no público leigo em função de seu caráter voltado para o “desenvolvimento pessoal”, para o treinamento de habilidades etc.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Em relação ao desenvolvimento do tema desta tese, é possível afirmar que ela deteve um caráter descritivo, exploratório e analítico e tratou-se de uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico.

No que se refere à pesquisa teórica no campo da Psicanálise, Lameira *et al.* (2017)⁵ advertem que uma das contribuições da Psicanálise é a de que o próprio pesquisador não pode se esquecer de que está subjetivamente incluso nela, pois, ainda que se trate de uma pesquisa bibliográfica, ele traz algo seu e não apenas faz referência a outrem. Uma vez que não pode ser descolado de sua pesquisa, a neutralidade não é possível e nem desejada, pois ele fala de determinado lugar e aparece implicado com o material que pretende analisar.

Outro destaque importante feito por esses autores é que uma pesquisa teórica proposta por um psicanalista, mesmo uma bibliometria ou revisão sistemática, tem por guia, em alguma medida, uma questão, um saber inconscientes. Em outras palavras, algo que mobiliza, que afeta o pesquisador se relaciona com o seu desejo e é o que o faz se deslocar de uma posição inicial para a produção de um objeto de pesquisa e com ele suas vicissitudes.

Seguindo os passos que propõem Valéria Lameira e colaboradores (2017), é válido ressaltar que muito se discute, em Psicanálise, sobre a relação entre pesquisa teórica e a clínica. Frequentemente se defende que a pesquisa psicanalítica só poderia ser realizada a partir do exercício da clínica, muitas vezes tomada em sentido restrito. Contudo, esses autores compreendem que atualmente há maior abertura para mudanças sobre essa questão, sobretudo com o ingresso e a ampliação de linhas de pesquisa em Psicanálise nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras.

Essa leitura se aproxima ao que propõem Coelho e Cunha (2020)⁶, quando argumentam que, embora a clínica tenha sido o campo inaugural da Psicanálise, esta não é o campo exclusivo do inconsciente, o que os leva a considerar a potencialidade da Psicanálise no âmbito de pesquisas desenvolvidas em uma pós-graduação em Psicologia.

Atualmente, de acordo com o que defendem Lameira *et al.* (2017), é possível pensar a dimensão clínica em pesquisas psicanalíticas, mesmo sem que haja referência explícita a material clínico ou que o pesquisador não atue clinicamente. A pesquisa pode ter essa dimensão em seu horizonte, seja devido aos processos inconscientes disparados pelo estranhamento do

⁵ LAMEIRA, Valéria M.; COSTA, Márcio C. S.; RODRIGUES, Simone de M. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 68-78, jan. 2017.

⁶ COELHO, Daniel M; CUNHA, Eduardo L. Quatro condições para a pesquisa em Psicanálise. **Psicologia USP** [online]. 2021, v. 32.

campo a ser investigado ou mesmo em função do trabalho de elaboração desse estranhamento. Os autores salientam ainda, que as temáticas em questão e a própria análise pessoal do pesquisador podem contribuir com o olhar clínico sobre uma pesquisa teórica.

Feitas essas ponderações, consideramos que o levantamento bibliográfico de referências primárias e secundárias, em meios eletrônicos e escritos, que caracterizou a pesquisa ora apresentada se aproximou mais de uma revisão narrativa. Apesar dessa revisão se guiar de modo sistemático pelo tema de pesquisa, de modo geral, e pelos subtemas trabalhados nos capítulos, não se tratou, definitivamente, de uma revisão sofisticada ou exaustiva visando esgotar as fontes de informações sobre o tema.

Além do material impresso (livros, artigos) utilizado no presente trabalho, foram pesquisados artigos nas seguintes bases de dados nacionais virtuais: banco de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), biblioteca virtual em saúde (BVS) e Google Acadêmico, bem como nas bases internacionais *Science Direct*, PsycINFO, Medline.

A estrutura do trabalho

Além desta primeira seção introdutória e da última, com as considerações, o trabalho é constituído por mais quatro capítulos que, de modo geral, apresentam os referenciais teóricos que subsidiaram as discussões presentes ao longo do texto e que serviram de suporte para nossa proposta de tese sobre o problema da demarcação científica e a Psicanálise na atualidade.

No primeiro capítulo buscou-se, inicialmente, trazer apontamentos sobre o problema da demarcação, com o objetivo de apresentar um recorte histórico curto sobre a emergência desse tópico de pesquisa, que chegou a ser dominante na filosofia da ciência e que ainda hoje tem sua relevância. Apresentamos os precursores do problema da demarcação, sua popularização com Karl Popper e sinalizamos sua continuidade até o contemporâneo

Constata-se que o problema da demarcação é um tema de referência que orienta a publicação do livro *Que bobagem!*, de Pasternak e Orsi (2023), e que nele se retoma o selo de pseudociência conferido à Psicanálise. Nesse sentido, ainda no primeiro capítulo da tese, nos propusemos a expor os principais argumentos de crítica à Psicanálise contidos no livro. Antes disso, pesquisamos e expusemos argumentos contrários às práticas integrativas e

complementares, à homeopatia e à Psicanálise presentes na revista *Questão de Ciência*, publicação eletrônica do Instituto Questão de Ciência⁷.

O objetivo dessa exposição foi utilizar o “Assunto Pasternak”⁸ como ilustração, como um elemento da cena atual no tocante às críticas de acientificidade da Psicanálise. O aprofundamento para além do livro também foi relevante para reforçar o modo de funcionamento dessa lógica demarcacionista e cientificista encampada por Pasternak e Orsi. É válido ainda destacar que a escrita sobre o posicionamento dos críticos da Psicanálise foi realizada com o intuito de retratar um tanto mais fielmente ao que autores colocavam, sem buscar contra-argumentar a respeito dos pontos por eles levantados nesse momento.

Já o segundo capítulo teve como foco apresentar e desenvolver posicionamentos e reações do meio psicanalítico à publicação de *Que bobagem!*, sobretudo no que concerne à Psicanálise, com a finalidade de discutir pontos sobre a validação científica desta.

A partir da colaboração de autores e das referências evocadas no capítulo, buscou-se, num primeiro momento, evidenciar fragilidades na argumentação de Pasternak e Orsi em relação às críticas que ambos tecem à Psicanálise. Um ponto importante desse capítulo é a apresentação de dados de eficácia clínica da Psicanálise, obtidos através de pesquisas que se utilizaram do método “padrão-ouro”, preconizado por Pasternak e Orsi. Nesse caso, trata-se de um tipo de resposta ocorre no terreno dos opositores e não no da validação da Psicanálise por meio de critérios internos à sua própria racionalidade.

Ainda nesse capítulo, desenvolvemos uma subseção cuja centralidade foi demonstrar, a partir de evidências extraclínicas, a validade de conceitos e teorias da Psicanálise. O nexo utilizado para esse tipo de validação foi o fato de Pasternak e Orsi terem acionado a crítica de circularidade da validação ou o argumento da correspondência, a qual foi desenvolvida originalmente pelo filósofo da ciência Adolf Grünbaum.

Essa crítica de circularidade da Psicanálise diz respeito à debilidade da construção do conhecimento psicanalítico, por se entender que relação entre paciente e terapeuta no contexto clínico, ensejaria, grosso modo, uma lógica de produção de conhecimento e de eficácia clínica que não se sustentaria adequadamente. Isso ocorreria porque o tipo de evidência produzida na

⁷ O Instituto Questão de Ciência (IQC) é a uma instituição que tem por objetivo promover o ceticismo, o pensamento racional e as políticas públicas baseadas em evidências. Foi fundada por Natália Pasternak e seu marido, Carlos Orsi, é editor-chefe da Revista Questão de Ciência.

⁸ Expressão usada em publicação do psicanalista Marcelo Veras em artigo da revista Cult citado acima, onde comenta repercussões, no campo psicanalítico, decorrentes do capítulo sobre a Psicanálise do livro de Natália Pasternak e Carlos Orsi.

relação terapêutica, além de ser enviesado, não encontraria respaldo em outro tipo de comprovação independente dessa relação.

Foi justamente essa crítica que Paulo Beer⁹ veio rebater, reconstruindo a discussão entre o eminente pesquisador Howard Shevrin e o notável Adolf Grünbaum. O diálogo entre essas figuras proeminentes ocorreu, sobretudo, a partir da elaboração de pesquisas em neurociências conduzidas pelo primeiro e que teriam fornecidos provas empíricas de conceitos e teorias centrais da Psicanálise.

Esse capítulo buscou tensionar que as investidas de Pasternak e Orsi em relação à Psicanálise estavam bastante enviesadas, ao negarem evidências significativas de sua eficácia clínica e de validade de seus construtos e teorias. Nesse sentido, o trabalho *Que bobagem!* não só se seria um material de divulgação científica de baixa qualidade, como funcionaria com uma peça de propaganda de um modelo unívoco de se operar com a ciência.

O capítulo seguinte foi a oportunidade de dedicar algumas laudas para o tema do Sujeito Cerebral como paradigma científico e cultural no contemporâneo. A partir de *background* teórico que vinha sendo construído ao longo do processo de Doutorado, nos pareceu interessante o aprofundamento sobre essa visão de mundo relevante em nosso tempo.

A percepção sobre a proeminência do Sujeito Cerebral no nosso cotidiano ganhou mais sentido e força porque, junto às críticas tecidas por Pasternak e Orsi à Psicanálise, havia uma valorização, por vezes mais tímida, por vezes mais nítida, das terapias cognitivo comportamentais (TCCs) e das neurociências. A primeira seria mais válida no campo das psicoterapias, quando comparadas a outras abordagens, enquanto as neurociências seriam o modelo científico ideal de funcionamento da mente.

Esse capítulo coloca, de alguma forma, a ideia de cientificidade em perspectiva ao trazer elementos de ordem sociocultural na consideração do que é científico ou não. Nesse sentido, o interesse principal foi de demonstrar como a as neurociências alcançaram esse *status* no universo da ciência e como isso foi se disseminando culturalmente, sobretudo com a concepção de Sujeito Cerebral. Mais do que isso, a análise desta noção, que se constituiu e se expressa com um pé na ciência e outro no meio sociocultural, nos serviu para argumentar sobre a impossibilidade da existência de uma ciência neutra, descolada de seu solo cultural.

Sendo assim, compreendemos que nenhuma forma de fazer ou de se conceber a ciência pode se valer distinta e indefinidamente, pairar sobre todos e se naturalizar ao ponto de se tornar inquestionável. Não por acaso, os autores recrutados nesse capítulo, especialmente Fernando

⁹ BEER, Paulo. **Psicanálise e ciência**: um debate necessário. São Paulo. Blucher, 2017.

Vidal e Francisco Ortega, se debruçam sobre o tema do Sujeito Cerebral por meio de uma abordagem inspirada na genealogia foucaultiana.

Aliados a Vidal e Ortega, os sociólogos Alain Ehrenberg e Nikolas Rose trazem contribuições valiosas acerca do Sujeito Cerebral e implicações das neurociências na cultura contemporânea. Rose trabalha com a ideia de *self* neuroquímico, que, resguardadas algumas nuances, se aproxima bastante da ideia de Sujeito Cerebral.

Em outra parte do mesmo capítulo, há uma exploração mais direta de algumas das repercussões do Sujeito Cerebral e da neurocultura no contemporâneo. Por intermédio da ideia de Biopolítica de Foucault e da relação entre ciência e ideologia, buscou-se compreender como elementos do poder estão presentes na ciência mais uma vez e colocam em alerta sobre os riscos de se aderir a uma visão desinteressada e isenta de ciência.

No entanto, o fato de problematizar o *status* ou o grau de cientificidade das neurociências, expor o quanto de elementos socioculturais está embutido na ideia de Sujeito Cerebral e desmistificá-la enquanto um “padrão ouro” de pesquisa não tornam a Psicanálise uma ciência por si só. Por isso, o quarto capítulo objetivou aprofundar a compreensão da relação entre Psicanálise e ciência.

É importante sublinhar que essa é uma temática na qual pode se ingressar por diversas vias teóricas ou metodológicas e que, neste trabalho, optou-se por iniciar pela distinção entre ciências nomotéticas e hermenêuticas feita por Pasternak e Orsi no livro *Que bobagem!*

Segundo esses autores, desde a década de 1950, quando a Psicanálise passou a ser taxada de pseudociência e suas pretensões científicas não resistiram, intelectuais que consideravam o pensamento psicanalítico relevante buscaram dotá-la de novos fundamentos. Uma dessas tentativas foi a diferenciação entre ciências “nomotéticas” (produtoras de leis universais, como a Física) e “hermenêuticas” (que criam interpretações dependentes de contexto, como as Ciências Sociais e, a Psicanálise).

No entanto, tal dicotomia no campo da ciência é mais antiga do que supõem Pasternak e Orsi, remetendo à diferenciação entre as Ciências da Natureza e Ciências Humanas, e é praticamente contemporânea ao surgimento da Psicanálise. Por isso mesmo, nos dedicamos ao exame sobre como se deu a inserção da Psicanálise freudiana na disputa dos métodos (nomenclatura adotada por Wilhelm Dilthey sobre a disputa entre ciências naturais e as humanidades no final do século XIX).

Buscou-se compreender como Freud entendia essa distinção e as razões pelas quais ele incluía a Psicanálise dentre as Ciências da Natureza. Investigou-se diferenças metodológicas

entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, especialmente no tocante às ideias de explicação e de compreensão subjacentes a cada um desses métodos.

Mais que um debate puramente epistemológico nesse capítulo, através das lentes de Florent Gabarron-Garcia¹⁰, buscou-se uma compreensão de fatores externos a ciência que também estariam condicionando o posicionamento radical de Freud em considerar a psicanálise como uma ciência, uma ciência da natureza.

A leitura de Gabarron-Garcia tem como ponto chave o impacto para a Psicanálise, da ascensão do nazismo na Alemanha, sua expansão na Europa e sua investida contra o comunismo. Em anos precedentes, a Psicanálise tinha sido marcada por influência do progressismo (clínicas populares, lares infantis, políticas públicas que associavam psicanálise e pautas progressistas). Com a emergência da nova conjuntura política, a disciplina freudiana precisava se dissociar de tal influência em nome de uma neutralidade científica para não sucumbir ao nazismo. Somado a isso, a própria característica de ser considerada uma “ciência judaica” fez com que Freud defendesse a cientificidade da Psicanálise em contraposição a uma leitura que a tomava por uma cosmovisão.

O último ponto dessa seção buscou explicitar o funcionamento da Psicanálise freudiana em termos de causalidade e interpretação, conceitos fundamentais em ciência, cujo funcionamento específico da Psicanálise em torno deles lhe garantiria uma singularidade no campo da ciência.

Finalizamos essa trajetória sintetizando pontos centrais trabalhados no texto, demarcando o quanto a natureza singular da Psicanálise tem a ver com as exigências que a compreensão do psiquismo humano, em sua complexidade, requer, sem perder de vista um compromisso com a ciência e com um grau importante de racionalidade. Isso, por si, seria suficiente para declarar que fazer uma crítica do dispositivo científico não significa aderir ao negacionismo científico, tampouco acreditar numa perspectiva etérea de ciência, isto é, que ela seja descolada das condições socioculturais em que está imersa.

¹⁰ GABARRON-GARCIA, Florent. **Uma história da psicanálise popular**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2023.

2 DEMARCAÇIONISMO CIENTÍFICO E A PSICANÁLISE: O ASSUNTO PASTERNAK/ORSI

Por vezes, a discussão acerca da cientificidade no campo da Psicologia acaba funcionando como um divisor de águas, uma fronteira no que se refere à intenção de se incluir e legitimar determinada prática nesse domínio. Além de buscar demarcar, de forma binária, o pertencimento ou não de determinado saber ao território científico, essa fronteira estabelecida pelo demarcaçãoismo parece criar também uma espécie de “cartografia” das práticas e dos saberes psicológicos de acordo com os critérios de proximidade, distanciamento ou gradiente de cientificidade inerente a cada campo de conhecimento. Esse “mapeamento” não fica apenas no campo da topologia e acaba se tornando uma política, definindo relações de poder entre esses campos de saber do território psi.

No que concerne à Psicanálise, o debate sobre sua cientificidade tem estado presente desde seus primeiros movimentos e, periodicamente, ganha novos contornos, atores e tensionamentos. Uma vez que os parâmetros de cientificidade não são estanques e, dada a dinamicidade de conceitos norteadores na filosofia da ciência e na epistemologia, tal discussão parece tender ao deslocamento para novas bases.

Contudo, muitas vezes, se trata predominantemente de um debate nas mesmas bases, mas com feições diferentes de acordo com características e demandas produzidas em cada momento histórico. Dito de outro modo, argumentos antigos são retomados em função de determinado cenário sociocultural.

Por se tratar de um debate com mais de cem anos de história, é de se esperar que também seja um campo de notória complexidade, em função dos desdobramentos que ocorreram nesse ínterim. É o que ressaltam Iannini (2007), Sisson e Winograd (2010), Beer (2017) e Dunker e Iannini (2023), por exemplo.

Diante de diversidade de possibilidades de ingresso na temática, o primeiro obstáculo é escolher uma porta de entrada, seja pela sua viabilidade ou não, seja pelo risco de se cair numa vala comum sobre essa questão. Não há garantias. Ainda assim, optamos por tomar o *affair* Pasternak¹¹ como ponto de partida, por conta de sua repercussão no meio analítico e nas redes

¹¹ Expressão usada em publicação do psicanalista Marcelo Veras na revista *Cult*, na qual comenta repercussões, no campo psicanalítico, decorrentes do capítulo sobre a psicanálise do livro de Natália Pasternak e Carlos Orsi: *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*, lançado em 2023. Ver: VERAS, Marcelo. O cientista e o ornitorrinco. *Cult*, n. 298, set. 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cientista-ornitorrinco>. Acesso em: jul. 2024.

sociais, bem como por conter elementos importantes e contemporâneos que, na discussão sobre ciência, se entrelaçam com o nosso tema de pesquisa.

Antes disso, entretanto, entendemos que é válida a realização de alguns apontamentos sobre o demarcacionismo, tópico caro à filosofia da ciência, com o intuito de contextualizar o panorama em que se dão as reiteradas acusações de acientifidade da Psicanálise. Apesar de robusta produção teórica sobre esse tópico, o intuito aqui foi o de apresentar bases conceituais mínimas sobre o problema da demarcação a fim de conectá-las com as críticas contemporâneas suscitadas por Pasternak e correligionários

2.1 Apontamentos sobre o problema da demarcação

De maneira geral, o problema da demarcação em filosofia da ciência trata do estabelecimento das margens, das fronteiras do que é ou não ciência ou mesmo de discernir a não ciência da pseudociência. Karl Popper, filósofo da ciência, começou a publicar ainda na primeira metade do século XX, e foi com ele que o problema da demarcação ganhou maior notoriedade entre filósofos e cientistas.

O estudo da demarcação habilitaria o epistemólogo a distinguir entre as ciências empíricas, de um lado, e a lógica e os sistemas metafísicos, de outro, conforme indica a leitura de Almeida (2016) sobre os postulados de Popper. Nesse contexto, a pseudociência seria um campo de saber que se pretende científico, mas que não resistiria ao critério de falseabilidade.

Essa temática teria definido, como assinalam Dunker e Iannini (2023), a agenda de epistemólogos até meados do século XX e, posteriormente, caído em relativo desuso, ficando à margem do debate epistemológico. Para Robson Carvalho (2022), algumas objeções ou críticas feitas ao problema da demarcação, no sentido de expor seus limites, ganharam força entre filósofos das ciências nos anos 1970, o que teria diminuído a importância dessa temática no campo da epistemologia.

No entanto, o problema da demarcação foi reativado diante do crescimento imponente de negacionismos de diversos tipos nos últimos anos, dentre os quais estão: o negacionismo histórico, que recusa ou relativiza o holocausto promovido pelos nazistas; o negacionismo científico, que contesta mudanças climáticas; e o negacionismo sanitário, que nega eficácia da vacinação, por exemplo (Dunker; Iannini, 2023).

2.1.1 O problema da demarcação e o positivismo Comtiano

Vitor Almeida (2016) compreende que foi com o círculo de Viena¹² e seus debates com Popper que o problema da separação entre a ciência e as outras formas de conhecimento se tornou mais evidente. Porém, na sua ótica, não é possível compreender o neopositivismo sem se referir ao positivismo originário de Augusto Comte.

Mesmo que Comte não tenha se dedicado exatamente a essa questão, para Almeida (2016), sua contribuição quanto a uma suposta marcha progressiva do espírito humano de que a Lei dos Três Estados pretende dar conta é um marco importante para a determinação do problema da demarcação entre metafísica e ciência, que está na base do critério de demarcação utilizado pelos neopositivistas.

Considerado um dos pioneiros da filosofia da ciência, um dos fundadores da Sociologia e principal formulador da doutrina do positivismo, é na obra *Cours de philosophie positive*, composta por seis volumes, que Comte busca fundamentar o conhecimento científico como o único válido e apontar a esterilidade de formas de conhecimento que seguem outras lógicas.

Para Almeida (2016), o desenvolvimento do conhecimento humano em Comte seguiria uma lei geral, a Lei dos Três Estados. Tais estágios seguiriam uma ordem e levariam a uma melhor apreensão da realidade e ao progresso da civilização. Nesse sentido, cada ramo do conhecimento estaria submetido a essa lei e passaria, sucessivamente, pelos estados teológico, metafísico e científico ou positivo.

No estado teológico do conhecimento humano, os deuses e as religiões são as chaves de explicação e de estruturação do mundo, conforme explicita Bogéa (2024). Já no estado metafísico, princípios abstratos como “a natureza”, “o povo” ou “o capital” ocupam o lugar dos deuses e regem as formas de conhecimento humano. Por fim, na etapa mais evoluída de conhecimento, os humanos devem estruturar suas vidas em torno de explicações baseadas em evidências científicas e se conduzir, individual e coletivamente, de maneira preponderantemente racional (Bogéa, 2024).

Almeida (2016) defende que, enquanto fundador do positivismo, a contribuição significativa de Comte foi a criação de uma filosofia na qual o conhecimento científico ou positivo é a forma superior de conhecimento. Dito de outro modo, Comte recusaria à ciência a

¹² Conjunto de pensadores, filósofos, cientistas e matemáticos que se reuniam regularmente, na Universidade de Viena, entre 1924 e 1936. Esse grupo tinha por finalidade estudar, discutir e encontrar critérios válidos e seguros que fundamentassem o conhecimento científico e o distinguísse de outras formas de conhecimento.

capacidade de atingir as verdades últimas do Universo, mas, ao mesmo tempo, a consagraria como o ponto mais alto do desenvolvimento do espírito humano (Almeida, 2016).

Esse aspecto da construção filosófica de Comte, para Almeida (2016), não só expressa a nítida valorização social que conferia à ciência, como demonstrava seu otimismo em relação ao papel desta e da razão na sociedade. Para o autor, ao contrário de Carnap e Popper, Comte não fez questão de apontar o problema da demarcação como algo central para a filosofia da ciência ou de estabelecer linhas de demarcação claramente definidas entre ciência e pseudociência. Ainda assim, a demarcação entre ciência e pseudociência está presente, embrionariamente, na formulação dessa lei que ele desenvolve.

Pelo menos em parte, segundo o que assinala Almeida (2016), a rejeição da metafísica pelo neopositivismo é decorrente do positivismo comtiano. As consequências da progressão do estado de pensamento de um anterior e, portanto, mais arcaico para um posterior e mais avançado, estaria, no entendimento desse autor, na base da demarcação neopositivista.

Já no início do século XX, uma nova forma de positivismo floresceu, o chamado positivismo lógico, em primeira instância desenvolvido pelos membros do Círculo de Viena. O neopositivismo, também chamado de empirismo lógico, difere na forma como se determina a validade do conhecimento, distanciando-se da teoria dos três estados e utilizando elementos da lógica de Bertrand Russel e do fenomenalismo de Ernst Mach (Almeida, 2016).

2.1.2 A demarcação neopositivista

O neopositivismo, também conhecido como empirismo lógico ou positivismo lógico, foi um movimento surgido em Viena, na década de 1920, caracterizado pela visão de que o conhecimento científico é o único conhecimento factual e que outras formas de conhecimento e doutrinas metafísicas devem ser consideradas sem sentido.

O positivismo lógico difere do empirismo e do positivismo original por sustentar que a base última do conhecimento deveria repousar na verificação experimental pública. Além disso, considera a ciência algo muito mais explicativo, ao contrário de Comte, para quem o processo científico seria algo mais descritivo (Almeida, 2016).

Esse movimento filosófico se desenvolveu no Círculo de Viena, que agrupava pensadores para discutir e pesquisar linguagem e metodologia científicas, bem como defender a ideia de uma unidade da ciência. Esse grupo, fundado e inicialmente liderado pelo filósofo da ciência Moritz Schlick, teve outros membros de renome, como Rudolf Carnap, Otto Neurath,

Phillip Frank e Kurt Godel. No grupo correlato de Berlim, teve em Carl Hempel e Hans Reichenbach seus principais representantes.

Para Vitor Almeida (2016), o neopositivismo preserva as ideias de progresso do conhecimento e de rejeição da metafísica oriundas do positivismo de Comte. Com o desenvolvimento da filosofia no século XX, a ideia de empirismo ganha mais força, sobretudo influenciada por alguns pressupostos da filosofia do *Tratado lógico filosófico*, de Wittgenstein, publicado em 1922. Nele, segundo Abbagnano (2007a), Wittgenstein defende que os enunciados factuais, isto é, que se referem a coisas existentes, só têm significado se empiricamente verificáveis. Importante ênfase que vai impactar na ideia de conhecimento válido no século XX.

Nessa escola de pensamento, o conhecimento científico, intrinsecamente ligado ao empirismo, tem importância superior às outras formas de conhecimento. Os dados empíricos são vistos como de confiança, desde que a metodologia de registro e análise sejam congruentes com os rigores lógico-formais desenvolvidos pelos positivistas como validação das suas asserções.

No empirismo lógico, Rudolf Carnap é, seguramente, um dos mais importantes expoentes e é com suas teses que K. Popper dialoga. Segundo Carnap, a partir do que coloca Almeida (2016), a relação com a experiência é o requisito dos enunciados científicos e algo que seja completamente dissociado desta forma particular de empirismo não será considerado ciência. Está aí núcleo duro da forma de demarcação neopositivista, isto é, que os enunciados científicos são derivados, de uma forma ou de outra, da experiência.

Porém, não se trata do empirismo preconizado pelo positivismo de Comte, pois outra forte característica do empirismo lógico vinculada a essa primeira é que a filosofia verdadeira é uma crítica da linguagem e seu resultado é mostrar a unidade da ciência, ou seja, de que todo conhecimento genuíno sobre a natureza pode ser expresso em linguagem única comum. De acordo com Almeida (2016), em Carnap, por exemplo, a relação dos enunciados com a experiência é a pedra de toque e por isso mesmo é possível substituir a filosofia pela lógica da ciência ou pela análise lógica dos conceitos e frases da ciência, pois a lógica da ciência não é senão a sintaxe lógica da linguagem da ciência.

Em Carnap, a possibilidade de verificação, ou o verificacionismo, característica que não estava presente em Comte, é a possibilidade de enunciados em sentenças protocolares, sendo que estas não deveriam ter erros gramaticais ou lógicos, contendo apenas termos significativos. A verificação é a capacidade de atribuir veracidade ou não a determinado enunciado.

Contudo, para Almeida (2016), em Carnap o verificacionismo foi sendo substituído pelo confirmacionismo. Nesse caso, considera-se a possibilidade de testagem das hipóteses pela verificação experimental. Do ponto de vista metodológico, segundo a perspectiva de Carnap, a confiança em uma determinada lei é estabelecida por meio do teste contínuo da hipótese. Em outras palavras, à medida que não se encontram exemplos que a contradigam e o número de ocorrências positivas aumenta, cresce também a confiança na confirmação da hipótese. Nesse caso, toma-se como critério da demarcação a possibilidade de uma teoria ser confirmada por via desses testes.

Apesar da sofisticação e da busca do rigor teórico e metodológico para a definição de critério nítido de demarcação científica, um ponto parece ter fragilizado o neopositivismo, de acordo com o que coloca Almeida (2016): a impossibilidade de confirmação *ad infinitum* das hipóteses, ou seja, defendia-se em graus de confirmação de uma lei, de uma hipótese, mas ela nunca poderia ser definitivamente confirmada. Foi essa fragilidade no indutivismo, utilizado como método no confirmacionismo, que tornou o empirismo lógico um tanto ingênuo.

Não é por acaso que Popper não se apoia no empirismo lógico como linha de demarcação científica. Apesar dos esforços de Carnap, Popper nunca foi convencido pelo confirmacionismo e por isso criou como alternativa de demarcação o critério do falsificacionismo que alteraria radicalmente a noção de ciência do século XX (Almeida, 2016).

Diante de críticas dirigidas às fragilidades do positivismo lógico, até mesmo as de Popper, o interesse sobre esse sistema de pensamento começou a diminuir na década de 1950, e em 1970 já tinha deixado de existir como movimento filosófico distinto.

2.1.3 Karl Popper e a consolidação do problema da demarcação

Karl Popper, talvez o nome mais conhecido da filosofia da ciência, nasceu em 1902 em Viena, no seio de família de origens judaicas convertida ao luteranismo. Seu pai, advogado e doutor em direito pela Universidade de Viena, foi uma forte referência em sua vida. Aos 16 anos Popper ficou fascinado pelo marxismo, tendo se juntado à Associação de Estudantes Socialistas e ao Partido Social-Democrata da Áustria. Porém, seu interesse pelo marxismo não durou muito tempo, sobretudo depois de um incidente de seu grupo com a polícia que o levou a se afastar do socialismo em 1919 (Almeida, 2016).

De acordo com Almeida (2016), Popper ingressou como estudante na Universidade de Viena em 1922 e dois anos depois concluiu sua formação de professor de ensino primário (Ensino Fundamental). Em 1928, finalizou o Doutorado em Psicologia com o trabalho *A*

questão do método na psicologia cognitiva e em 1934 publicou *A lógica da descoberta científica*, livro incontornável na filosofia da ciência, no qual Popper apresenta seus primeiros argumentos do critério de falsificabilidade em reação ao problema da indução e como critério de demarcação.

Conforme destaca Almeida (2016), Popper entendia que não havia critério de indução seguro o suficiente para pôr as inferências indutivas numa forma aceitável pelas normas da lógica. Para o filósofo vienense, não era justificável derivar inferências universais de instâncias particulares, independentemente da consistência demonstrada pela observação repetida exaustivamente. Era possível atestar algum grau de probabilidade dessas inferências, mas elas nunca poderiam ser verificadas como verdadeiras e, por conta disso, a indução e o confirmacionismo não eram adequados enquanto métodos de demarcação.

Na busca de um método de demarcação mais adequado, K. Popper não descarta o verificacionismo através da experimentação, mas o coloca a serviço da falseabilidade e não do confirmacionismo. Para Almeida (2016), Popper não exige que o sistema científico possa ser especificado, de uma vez por todas, de forma positiva. Ao contrário, exige que o sistema possa ser testado de forma a ser especificado, por via de testes empíricos, num sentido negativo. Quer dizer, um sistema científico empírico deve poder ser *refutado* pela experiência.

Para Japiassu e Marcondes (2001), é esse critério metodológico de Popper que consiste em distinguir ou demarcar a racionalidade científica das outras formas possíveis (não-científicas) de racionalidade.

Disso depreende-se que, para Popper, uma hipótese, uma teoria, precisaria inicialmente ser empiricamente testável. Se essas premissas não podem ser testadas, não podem sequer serem falseáveis. Desse modo, o teste empírico não serviria, como no confirmacionismo do positivismo lógico, para assinalar a veracidade de uma teoria, mas para expô-la à falsificação de todas as formas concebíveis e selecionar aquelas que seriam mais aptas, resistentes à testagem.

Ao contrário de verificar teorias, Popper, sob a ótica de Almeida (2016), entende que a ciência, através dos cientistas, deva propor testes de falseabilidade para as teorias/hipóteses no intuito de testar se são falsas. Em outras palavras, para que uma teoria seja científica, é preciso que possua esse caráter distintivo que é a falsificabilidade ou refutabilidade. Só são científicas as teorias às quais a experiência pode dar um desmentido parcial e indireto.

Vitor Almeida (2016) considera que é devido à importância que Popper confere ao problema da demarcação, à forma como o seu critério surge por oposição ao positivista e aos critérios de demarcação posteriores se desenvolverem em contraste com suas ideias que o

problema da demarcação se cristaliza nos moldes pelos quais o conhecemos na atualidade. Não por acaso que ele é

2.1.4 Karl Popper, Thomas Kuhn e a lógica da ciência

Apesar de o problema da demarcação ter se consolidado como um tema central na ciência e na filosofia da ciência a partir de Karl Popper, suas proposições não se tornaram inquestionáveis. Thomas Kuhn, por exemplo, considerado relativista por Popper, foi um filósofo que rejeitava suas teses por entender que a verdade científica se estabelece mais por consenso entre os membros de uma comunidade científica do que pela aplicação de métodos objetivos e universais para alcançá-la.

Kuhn tem conceitos marcantes no campo da história e filosofia das ciências, como os de paradigma, revolução científica, anomalia e ciência normal. De acordo com Almeida (2016), na concepção desse filósofo, os cientistas formam comunidades que, como tais, necessitam de um conjunto de regras para funcionar de forma adequada. A esse conjunto de regras denominou *paradigma*, que, dito de outro modo, seria o conjunto das realizações científicas universalmente reconhecidas que providencia problemas e soluções a uma comunidade de praticantes.

Thomas Kuhn acaba se afastando de Popper e dos positivistas por entender que a evolução da ciência se relaciona, sobretudo, com mudanças na percepção dos dados, muitas vezes devido à emergência de novos detalhes ou de avanços técnicos que alterem a forma como esses dados são interpretados, conforme salienta Almeida (2016). Já para os positivistas e para Popper, a ciência funcionaria com dados empíricos extraídos da realidade. Por esse mesmo motivo, Popper, tido como realista, considerava Kuhn um relativista.

A mudança no paradigma científico se daria por mudanças na alteração desse consenso por parte da comunidade científica e, segundo Almeida (2016), Kuhn deixa claro que não é o mundo que muda com a mudança de paradigma, mas o universo com o qual trabalham os cientistas, até porque a existência de um paradigma não depende de uma realidade externa, mas de acordos e desacordos entre interpretações em conflito. Haveria, portanto, nos trabalhos de Kuhn uma interdependência entre ciência e comunidade dos cientistas, de tal forma que as leis e princípios não são reflexos de acontecimentos reais, mas consequência de um acordo entre participantes no processo científico.

Popper é considerado um realista, uma vez que sua concepção de ciência inclui a necessidade da falsificação, entendida como o confronto sistemático com a realidade, o que, em sua visão, permite a produção de conhecimento objetivo. Para ele, o progresso científico

está associado a uma aproximação contínua da verdade. Sendo também considerado um racionalista, Popper acreditava que o conhecimento científico é fruto do exercício da capacidade humana de compreender a realidade e formular hipóteses explicativas sobre ela.

Já para Kuhn, o dinamismo da ciência estaria vinculado à concepção de revolução científica e à mudança de paradigma, ou seja, enquanto um paradigma está conseguindo resolver questões, explicando problemas ordinários e conseguindo obter um bom nível de previsão, a ciência estaria funcionando em normalidade (Almeida, 2016).

Em Kuhn, segundo Almeida (2016), um paradigma não é prontamente abandonado quando não consegue resolvê-lo, dar conta de um problema X ou Y, pois esse problema não resolvido pode ser considerado apenas uma anomalia. Inicialmente o paradigma pode se adaptar para absorver essa anomalia. Entretanto, quando vão se somando mais casos desta natureza e o paradigma não consegue obter sucesso e previsão, o paradigma é levado ao esgotamento e normalmente emerge uma revolução científica em direção a um novo paradigma.

A ciência só se efetiva enquanto tal quando consegue transitar de uma fase pré-paradigmática para paradigmática, quando consegue resolver problemas que lhe são direcionados, fazer previsões e se estabelecer como consenso na comunidade científica. Desse modo, Almeida (2016) destaca a possibilidade de argumentar que o critério da demarcação de Kuhn não é capaz de definir propriamente os limites do conhecimento científico, já que outras atividades cotidianas, além da ciência, dependem também da resolução de problemas.

A visão popperiana de ciência é predominantemente normativa, pois se baseia no modelo de conjecturas e refutações. Para Popper, a ciência é um processo inerentemente racional, definido pelo questionamento constante de proposições por meio da falsificação. É justamente por essa perspectiva mais afirmativa e normativa que Popper, embora crítico do positivismo, muitas vezes é associado a ele (Almeida, 2016).

Segundo Almeida (2016), não é incomum que filósofos da ciência tendam a aderir mais à concepção popperiana, enquanto historiadores e sociólogos apresentem maior inclinação a compreender o funcionamento da ciência sob a ótica de Kuhn.

O problema da demarcação continuou a suscitar questões e a produzir teóricos e debates acalorados. Imre Lakatos e Paul Feyerabend são exemplos disso e propuseram perspectivas distintas a respeito da ciência. O primeiro mais alinhado com Popper, enquanto que Feyerabend se aproximaria mais das proposições de T. Kuhn.

Contudo, nosso objetivo nesse tópico foi o de trazer algumas balizas sobre essa questão, que ainda é considerada como central, por alguns filósofos e cientistas, na busca de parâmetros seguros de cientificidade de uma teoria ou saber. É válido salientar que, além de ser uma escola

de pensamento no campo da epistemologia, muitas vezes o demarcacionismo científico acaba sendo evocado indiscriminadamente para julgar teorias ou propostas de conhecimento. Vejamos como essa discussão se faz presente ainda hoje, no que concerne à Psicanálise.

2.2 Apresentação do assunto Pasternak

É importante destacar que a entrada no debate sobre a cientificidade da psicanálise por esse caminho não acontece em função de se personificar o debate, nem de se considerar esses, os melhores autores, em termos de crítica à Psicanálise. Tal direcionamento ocorre por considerarmos que alguns dos pontos de vista trazidos por Pasternak e Orsi (2023) acerca da Psicanálise são ilustrativos de como parte da comunidade científica e um senso comum mais familiarizado com esse tipo de discussão podem encarar a psicanálise e seguir uma tendência a escanteá-la do campo científico.

Ademais, o caso Pasternak/Orsi e as investidas do Instituto Questão de Ciência, presidido por Natália Pasternak, nos permitem expor uma cena acerca de questões contemporâneas no que diz respeito à ciência psicológica: em que bases atuais ela “deveria” se sustentar e como isso se relaciona com a Psicanálise. Sendo assim, passemos a uma apresentação do *affair* Pasternak.

Primeiramente, cabe ressaltar que o assunto Pasternak pode ser considerado o assunto Pasternak/Orsi, pois Carlos Orsi não é apenas coautor do livro em destaque, mas também marido da pesquisadora, editor chefe e escritor de artigos da revista *Questão de ciência*, publicação virtual ligada ao Instituto Questão de Ciência. Natália Pasternak ganhou mais visibilidade pública da mídia brasileira durante a pandemia de *Coronavirus Disease* 2019 (Covid -19) e, com isso, possivelmente, o livro ficou mais associado ao seu nome.

Natália Pasternak¹³ é bióloga, com Doutorado e Pós-doutorado em Microbiologia, na área de genética bacteriana, pela Universidade de São Paulo (USP). Ela é docente convidada do curso de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (SP), pesquisadora colaboradora da USP e pesquisadora sênior na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos (EUA).

Pasternak atua como divulgadora científica através grandes veículos de mídia nacional, como a sua coluna no jornal *O Globo* e no programa *Hora da Ciência*, na rádio CBN. Colabora ainda com a revista *Skeptic*, é fundadora e presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC),

¹³ Ver em: <http://lattes.cnpq.br/2971054847583007> e <https://br.linkedin.com/in/natalia-pasternak>.

cujos objetivos são promover o ceticismo, o pensamento racional e as políticas públicas baseadas em evidências. Além desses vínculos profissionais, Natália atua como conselheira nas empresas Cellva ingredientes, do ramo de desenvolvimento genético de proteína alimentar, e na gigante da indústria farmacêutica Jansen-Cilag.

Dentre os prêmios recebidos por Pasternak, destacam-se o do Amélia Império Hamburger para mulheres na ciência, concedido pela Câmara dos Deputados do Brasil em 2022, e o prêmio internacional *Baltes Prize*, concedido pelo *Committee for Skeptical Inquiry* em 2022, pela promoção do ceticismo e pensamento crítico. Além disso, Natália Pasternak foi a única brasileira listada pela empresa de comunicação britânica, a BBC, como uma das 100 mulheres mais influentes de 2021. Parte dessa premiação aconteceu devido à sua atuação nas mídias durante a pandemia de Covid-19, na qual defendia medidas sanitárias pautadas na ciência e as vacinas, bem como se opunha a diversas formas de negacionismo em saúde.

Já Carlos Orsi¹⁴ é jornalista formado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e escritor, autor de diversos livros de comunicação de ciência, de ficção científica e mistério. Foi repórter especial e colunista em vários jornais e revistas, a exemplo da revista *Galileu* e do *Jornal da Unicamp*. Atualmente é membro da diretoria do IQC e mantém um *blog* que trata de temas relacionados à ciência.

Natalia Pasternak e Carlos Orsi têm publicações cuja pretensão é divulgar e valorizar a ciência, a exemplo do livro *Ciência no cotidiano*, agraciado com o prêmio Jabuti de melhor livro de ciência em 2021. Também publicaram *Contra a realidade: a negação da ciência, causas e consequências*, em 2022. Já em 2023, a publicação do livro *Que bobagem: pseudociências e outros absurdos que não devem ser levados a sério* teve maior repercussão no meio psicanalítico, pois um de seus capítulos tematiza a Psicanálise, situando-a como uma pseudociência, reproduzindo críticas sobre sua cientificidade a partir de autores já conhecidos.

Entretanto, não apenas a Psicanálise foi alvo de críticas no último livro de Natália Pasternak e Carlos Orsi, *Que bobagem*¹⁵. A astrologia, a homeopatia, acupuntura, entre outras práticas também foram confrontadas, por meio dos critérios de cientificidade usados pelos autores, bem como por argumentação contrária à validade científica dessas áreas.

Navegando pelas páginas virtuais do referido instituto, verifica-se que não é novidade o posicionamento dos autores acerca da aplicação do rótulo de pseudociência à Psicanálise, assim,

¹⁴ Ver em: <http://www.ica.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/carlos-orisi> e <https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/c1/carlos-orisi>

¹⁵ Redução utilizada para se referir ao livro *Que bobagem: pseudociências e outros absurdos que não devem ser levados a sério* de Natália Pasternak e Carlos Orsi (2023).

o posicionamento presente no livro também não surpreende. Observa-se que esse direcionamento de Pasternak e Orsi se relacionaria com o a suposta missão do Instituto fundado por Pasternak e colaboradores.

2.3 O Instituto Questão de Ciência, a demarcação científica e o campo da saúde

Em sua página virtual oficial¹⁶, o IQC se intitula como associação sem fins econômicos, político-partidários ou religiosos fundada em 2018, com o objetivo de trazer a ciência para os grandes diálogos nacionais e globais em torno da formulação de políticas públicas, voltando-se para o uso da evidência científica como critério de decisões de relevância para a sociedade. O Instituto atua através de jornalismo, educação e advocacia científicos.

Nesse bojo, parte das ações do Instituto consiste em comunicações, palestras cursos, relatórios e materiais educativos. A advocacia científica, pelo que depreendemos desse contexto, seria fazer a defesa, se posicionar em favor do pensamento científico e contrário aquilo que não o seja. Como consequência, o IQC buscaria também influenciar na tomada de decisões e na destinação de verbas por legisladores e outras autoridades.

O IQC teria como intuito estimular a adesão, a cultura e o letramento científicos, em prol de determinada concepção de ciência com aplicabilidade em diversas áreas, sobretudo no campo da saúde. Este campo, incluindo a saúde pública, é um núcleo de atuação fortemente investido por parte do IQC. Diversos artigos da revista *Questão de ciência*, uma publicação virtual do Instituto, são dirigidos a temas ligados a práticas de saúde, campos de saberes sobre saúde, terapias financiadas pelos serviços públicos, entre outros temas.

Parte significativa desses artigos concerne ao questionamento da cientificidade de determinadas práticas de saúde, de demarcar o seu pertencimento ou não ao campo da ciência. Um dos alvos privilegiados do IQC são as práticas alternativas em saúde.

2.3.1 O IQC e as Práticas integrativas complementares

Práticas alternativas em saúde é um termo tomado como sinonímia de uma categoria maior, que seria a das Práticas Integrativas e Complementares (PICs)¹⁷, e tem como exemplos

¹⁶ Ver página virtual do IQC: <https://iqc.org.br/>

¹⁷ Práticas integrativas complementares (PICs) são práticas de saúde baseadas no modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo e que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Nesse contexto devem se distinguir as práticas alternativas, complementares e integrativas. As

o reiki, a acupuntura e a terapia de florais, dentre outras. Na Revista do IQC, cerca de oitenta e cinco artigos e matérias possuem esse identificador — terapias alternativas —, muito embora a temática não seja abordada frontalmente em todos eles.

O posicionamento do IQC sobre as PICS normalmente é de tom desabonador e reprobatório, por não considerar que tais práticas atendam aos pré-requisitos suficientes para fazer parte do clube da ciência, ou seja, são pseudociências. Desse modo, segue abaixo um resumo de algumas das críticas feitas às PICs, pelos autores do IQC, nos referidos artigos:

1. Falta de evidências de eficácia em relação direta ao que propõem tais práticas;
2. Ação, eficácia dessas práticas a partir de efeitos inespecíficos (sobretudo do placebo);
3. A possibilidade de riscos à saúde decorrentes da submissão a algumas dessas PICS.;
4. Presença de estruturas argumentativas de certas PICS, similares às de teorias de conspiração ou de seita;
5. A existência de fatores político-ideológicos ou econômicos na defesa das PICs, em vez de se considerar sua cientificidade;
6. Mensuração de resultados obtidos nas práticas alternativas a partir de experiências anedóticas, que não seriam consideradas evidências científicas válidas.

Em um artigo publicado por Carlos Orsi (2023a), afirma-se que as modalidades terapêuticas preconizadas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)¹⁸ estariam nessa categoria justamente por não atenderem às evidências científicas de segurança (quando os benefícios superam os riscos de determinada conduta terapêutica) ou de eficácia (não produzem o efeito prometido). Para Orsi, algumas dessas PICS têm *status* científico tão duvidoso quanto o terraplanismo, no sentido de terem princípios demonstravelmente falsos como, por exemplo: homeopatia, reiki, antroposofia e acupuntura.

primeiras sugerem que o tratamento médico seja substituído por algum tratamento não convencional e que não se valem de comprovação científica. Já as complementares são usadas em paralelo ao tratamento indicado no modelo médico e de acordo com suas instruções. Quando se trata de práticas integrais, refere-se à associação entre os tratamentos convencionais e abordagens que envolvem corpo, mente e espírito. Vide: <https://revista.abrale.org.br/qual-a-diferenca-entre-pratica-alternativa-complementar-e-integrativa/>.

¹⁸ As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), denominadas pela Organização Mundial da saúde (OMS) como medicinas tradicionais e complementares, foram institucionalizadas no SUS por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. A PNPIC contempla diretrizes e responsabilidades institucionais para oferta de serviços e produtos de homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, plantas medicinais e fitoterapia, além de constituir observatórios de medicina antroposófica e termalismo social/crenoterapia. Em março de 2017, a PNPIC foi ampliada em 14 outras práticas a partir da publicação da Portaria GM/MS nº 849/2017, a saber: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga, totalizando 19 práticas desde março de 2017. Cf.: BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário temático**: práticas integrativas e complementares em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Já outras modalidades de PICS parecem plausíveis inicialmente, mas não foram estudadas o suficiente para que se possa afirmar que sua utilização traz benefício real (ex. meditação e yoga). Por fim, algumas dessas práticas, como a ozonioterapia, quiropraxia e a constelação familiar, seriam mais graves porque podem trazer perigos mais diretos a seus usuários (Orsi, 2023a).

Wassin Syed (2020), que aborda a temática das PICS no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca que algumas dessas práticas, como a fitoterapia e a meditação, teriam mais facilidade de serem testadas pelo método científico e maiores chances de apresentar resultados positivos de sua eficácia. No entanto, na mesma linha de Orsi, entende que outras, como homeopatia, reiki e naturopatia, por exemplo, não ofereceriam nenhum benefício significativo em termos de política pública. Por conseguinte, o autor questiona a lógica do financiamento público de saúde em relação a esse tipo de prática, afirmando que o valor financeiro drenado com tais ações poderia ser melhor utilizado em práticas terapêuticas cientificamente comprovadas.

Pois bem, além do questionamento de gasto público com as PICS e a negação de sua eficácia para aquilo a que se propõem, Orsi (2023a) alega que uma das promessas do cuidado integral promovido por elas seria a redução de ansiedade e do estresse nos pacientes. Embora o autor não negue esses efeitos, questiona tais resultados, quando comparado com o objetivo direto preconizado por intervenção X ou Y. Para o Orsi, esses efeitos inespecíficos, obtidos através de tais práticas, seriam resultantes de efeitos placebo, aos quais ele contrapõe os efeitos específicos de determinado medicamento ou intervenção, cuja comprovação pode ser atestada.

Os efeitos inespecíficos decorrentes do efeito placebo também podem acontecer em intervenções médicas padronizadas, como subproduto de uma linha de cuidado mais densa na relação terapêutica. Entretanto, devido ao ritmo acelerado de consultas, à impessoalidade e à burocratização dos atendimentos, realizados em escala industrial, característicos da atualidade, esses efeitos secundários benéficos na medicina “oficial” se perderiam, em razão da própria precarização da relação terapêutica (Orsi, 2023a).

No entanto, para Orsi (2023a), ceder lugar às práticas integrativas como fonte desses efeitos inespecíficos em função da perda de qualidade dos tratamentos médicos convencionais seria a resposta equivocada para enfrentar o problema de falhas na saúde, pois levaria a um caminho perigoso. O fato de que os serviços ou as práticas na medicina científica tenham lacunas, sobretudo do ponto de vista do acolhimento e do acompanhamento humanizados, não significa que as práticas alternativas sejam eficazes. Para esse autor, a solução não é usar práticas pseudocientíficas para preencher a lacuna de atenção psicológica e emocional aos pacientes, mas incorporar esse tipo de demanda aos tratamentos eficazes.

Nesse contexto, além da falta de evidências de eficácia e a valorização inadequada dos efeitos inespecíficos alcançados pelas PICS, na ótica de Orsi (2023 a), tais tratamentos podem oferecer riscos. O editor chefe da revista do IQC menciona estudos que mostram que a adesão a tais práticas incentivaria o abandono ou retardaria a busca de tratamentos convencionais com maior confiabilidade, instigando comportamentos contrários à saúde pública. Isso pode ocorrer, segundo o autor, porque muitas práticas alternativas, como a naturopatia e a medicina antroposófica, derivam ou se inspiram em sistema de crenças anticientíficos e podem ser transmitidas por parte dos praticantes a seus pacientes.

Em outro flanco de críticas às PICs, Carlos Orsi (2019) apresenta semelhanças entre elas e as teorias de conspiração (comparação que, por sinal, também realiza a respeito da Psicanálise). Em sua ótica, tanto as teorias da conspiração como as práticas alternativas se valeriam de um mesmo *modus operandi*. Citando o historiador norte americano Richard Hofstadter, o qual escreveu sobre teorias de conspiração e sobre irracionalidade na política, Orsi (2019) afirma que tanto as PICs quanto as teorias de conspiração tentam acumular fatos corretos, evidências sólidas e opiniões sensatas com o intuito de usá-las como apoio a uma conclusão válida, mas que estas conclusões não se sustentam.

O editor chefe da *Questão de ciência* chama a atenção para uma forma de atuação muito comum entre os defensores das PICs, que se trata de uma tentativa de imputar motivação desonesta e improcedente, em relação àqueles que criticam tais práticas, o que seria uma atitude de auto blindagem (Orsi, 2019).

Já outra linha de argumentação dos membros do IQC, refratária aos defensores das práticas alternativas, é que a valorização das PICs ocorreria, muitas vezes, por conta do viés político-ideológico e econômico, em detrimento ao valor das evidências científicas.

Alguns defensores das PICs entendem que estas, no tratamento dos pacientes com um sofrimento localizado, estimulariam a pessoa a perceber tensões e conflitos relacionáveis aos sintomas físicos e que a compreensão de valores, crenças e comportamentos associados ao processo saúde-doença atuaria na melhora do paciente. O problema, segundo Orsi (2019), é que esse tipo de afirmação e defesa nem sempre é válido, pois nem sempre haveria evidências de correlação e eficácia suficientes para sustentar esse entendimento. Desse modo, para ele, tal crença não seria o ponto central no processo de adoecimento, e possivelmente se induziria a um erro no próprio tratamento.

Outra vertente que tem a ver com esse viés político-ideológico apresentado por Orsi (2019), ocorre quando se defende, de maneira indiscriminada, que o adoecimento é uma forma de exprimir e denunciar relações sociais hostis. O autor considera esta uma generalização

perigosa, pois haveria a tendência a se negar evidências científicas de fatores específicos que causam determinadas doenças.

Além do mais, do ponto de vista político-institucional, muitas vezes se argumenta que a adoção das PICs ocorre em função de interesses políticos. É o que aponta Syed (2020), por exemplo, pois para ele haveria uma contradição do Conselho Nacional de Saúde (CNS) quando da recomendação do uso de tais práticas em relação à Covid-19, já que não havia ainda remédio para tal enfermidade, e do repúdio, por parte do mesmo Conselho, do uso da cloroquina devido à escassez de comprovação científica. Se trataria aí de uma recomendação majoritariamente política e não científica, o que contribui para confundir a população.

Mauro Proença (2024) lembra que durante a pandemia houve mais um debate político do que científico sobre o “tratamento precoce”, no qual alguns médicos evocavam a autonomia de consultório para prescrever medicamentos que eles acreditavam ser eficazes no combate à Covid, mesmo sem comprovação científica.

Também é muito comum se encontrar, em diversos artigos da *Questão de ciência*, críticas à Organização Mundial da Saúde (OMS) por sua aceitação de práticas das medicinas tradicionais. Em um dos mais recentes, Orsi (2023c) questiona a realização, em meados de 2023, da primeira cúpula global de medicina tradicional pelo órgão. A crítica vem em função do que o autor considera um endosso pela OMS em relação a tais práticas, que carecem de comprovação científica e, mesmo uma indiferenciação entre estas e a medicina científica.

Inicialmente, o autor considera duas confusões, as quais visariam dar legitimidade a tais práticas: a primeira seria a equivalência entre contexto de descoberta e contexto de justificação. O contexto de descoberta é aquele do qual o cientista tira suas ideias, onde ele vai encontrar as perguntas que deseja responder e os problemas a que se propõe solucionar. Nesse sentido, a medicina tradicional é fértil, pois alguns medicamentos regulares atuais são provenientes desse campo (Orsi, 2023c).

Todavia, isso não leva a crer na veracidade de todas as suas bases, uma vez que é só o contexto de justificação que pode garantir a legitimidade de tais práticas. O contexto de justificação, para Orsi (2023c), é justamente o trabalho de teste de hipóteses, controlar fatores de confusão, conduzir experimentos e buscar evidências. Esse processo é o que permite chamar uma descoberta de científica e, nesse caso, as medicinas tradicionais não resistiriam a tal etapa.

Já a segunda confusão abordada por Orsi (2023c) seria entre a influência do poder de mercado *versus* a legitimidade terapêutica. Ele menciona o nicho de medicamentos fitoterápicos, produtos naturais, programas de saúde e de bem-estar e ressalta que, apesar de não terem respaldo de eficácia e de segurança, movimentariam algo em torno de US\$ 10 bilhões

anualmente no globo. Para Orsi isso ressalta a diferença existente entre o sucesso comercial e validade científica em determinados segmentos da saúde.

Embora haja certo esse endosso da OMS em relação às medicinas tradicionais, a mesma se mostraria ambígua na temática, segundo Orsi (2023c). Por exemplo, o órgão teria incluído diagnósticos da medicina tradicional chinesa na sua classificação internacional de doenças (CID) em 2019. Já em 2023 a Organização fez recomendações claras de que os países que procurassem integrar as práticas de medicina tradicional nos seus sistemas de saúde, alinhados a uma corrente principal de cuidados de saúde, deveriam fazê-lo de forma adequada, com base nas evidências científicas mais recentes, para evitar prejuízos aos pacientes (Orsi, 2023c).

Diante dessas colocações sobre influências político-econômicas em políticas públicas e considerando a ciência como instituição social produzida por homens em um determinado contexto sociocultural, nos parece plausível questionar se a instituição científica, a CIÊNCIA estaria isenta de tais influências. Seria a ciência uma prática social blindada desses fatores? Teremos a oportunidade de desdobrar melhor esse questionamento nos capítulos seguintes.

No tocante aos relatos de resultados de pacientes que se submeteram a práticas integrativas, Orsi (2018) menciona que relatos anedóticos não são evidências científicas, especialmente quando se trata de saúde. Nesse artigo, ele alega que o ser humano é impressionável e tende a fazer associações indevidas de causa e efeito. Mesmo que a cura seja real, o fato de uma recuperação ocorrer depois de um remédio ou tratamento não prova que o remédio ou o tratamento causou a cura.

O autor explica que nesse caso se trata de um tipo de falácia¹⁹ — *post hoc ergo propter hoc*: “depois daquilo, logo por causa daquilo” —, referindo-se a essa tendência a associações indevidas. Se um evento significativo se segue a outro, então o anterior é tomado como causa: a realização de uma sangria, a remissão de uma febre e a tendência a relacionar um evento ao outro, por exemplo.

Experimentos conduzidos por psicólogos, conforme coloca Orsi (2018), indicam que ilusões de causalidade são facilitadas por dois tipos de manipulação — densidade de efeito e densidade de causa. No caso de questões de saúde, uma densidade de efeito significa que a doença em questão tem alta taxa de remissão espontânea, ou seja, que as doenças têm ciclos e

¹⁹ Falácias formais são formas de argumentos que parecem válidas, mas, se examinadas mais detidamente, não o são. A aparência de validade é produzida unicamente pela falta de domínio do aparato lógico formal para a análise dos argumentos ou pela não compreensão do significado dos operadores lógicos. In: NAHRA, C.; WEBER, I. H. **Através da lógica**. Rio de Janeiro: Vozes. 1997. p. 133.

podem se esvaír sozinhas. É por isso que, fundamentalmente, qualquer remédio, pílula multivitamínica, chás ou homeopatia funcionariam para resfriado (Orsi, 2018).

Densidade de causa, por sua vez, acontece, segundo Orsi (2018), quando o número de pessoas tentando a pseudocura é elevado, o que aumentaria a chance de surgirem exemplos de supostos “resultados positivos”. Foi praticamente o que ocorreu em relação à fosfoetanolamina para o tratamento do câncer. Além da ilusão de causalidade, outro fator que pode dar a impressão de que um tratamento inócuo está fazendo bem é a variabilidade natural da doença.

O raciocínio, de acordo com Orsi (2018), é o seguinte: o paciente tende a abraçar alguma terapia alternativa quando está no desespero em algum momento como o ponto “A”. Caso ele não morra, a mera variação natural da doença tende a levá-lo ao ponto “B”, de modo que a melhora será atribuída ao tratamento. Caso o paciente morra, bastaria dizer que a terapia foi aplicada em atraso ou que ele teve azar. O autor alerta que ilusões de causalidade, variabilidade natural e outros fatores dificultam bastante o trabalho de determinar cientificamente que tipo de tratamento funciona, de fato, para determinada condição.

Acreditamos que essas são as críticas centrais, os argumentos principais do IQC contrários às PICS, sobretudo, no tocante à saúde pública. É válido destacar que a fundamentação e o debate que envolvem tais práticas comportam mais elementos que suscitariam outros pontos para discussão.

Em seguida, destacaremos as investidas do IQC em relação à Homeopatia, especialidade médica que tem sido questionada em seus fundamentos, eficácia clínica e legitimidade científica. Se trata, mais uma vez, de verificar o alcance da investida do demarcacionismo e de suas consequências para determinada prática.

2.3.2 O Instituto Questão de Ciência e a Homeopatia

Observa-se que, em alguns países, a Homeopatia deixou de ser considerada uma especialidade do campo da Medicina, perdendo o financiamento de verbas públicas designadas para o tratamento a partir dessa especialidade. Essa especialidade tem sido alvo reiterado de críticas por parte do IQC.

César Baima (2023), editor assistente da *Questão de ciência*, resgata as investidas de Natália Pasternak e do IQC contrárias ao fato da Homeopatia ser considerada uma especialidade médica no Brasil. Nesse retrospecto, destaca publicação de Pasternak e do pesquisador alemão Edzard Ernst no jornal Folha de São Paulo, em que chamavam atenção para a fragilidade dos

princípios da prática da homeopatia, como a diluição sucessiva das substâncias com as quais se propõe tratar os pacientes.

Baima (2023) assinala ainda que em 2019, um ano depois de sua criação, o IQC lançou a campanha 10^{23} (dez elevado a 23), referindo-se ao número de Avogadro, princípio da homeopatia, o qual representa o grau de diluição a partir do qual não se encontra mais nenhuma molécula do suposto princípio ativo no produto final. Tal campanha almejava justamente questionar a homeopatia como especialidade médica.

Já em 2020, o IQC produziu um contra dossiê em resposta ao dossiê especial sobre evidências científicas da homeopatia, elaborado pela Câmara Técnica de Homeopatia do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e publicado em 2017, como edição especial da *Revista da Associação Paulista de Homeopatia* (APH). Obviamente, o objetivo do contra dossiê foi o de rebater e refutar os principais artigos do dossiê do Cremesp.

Pois bem, 2021 foi o ano em que o IQC retomou a campanha 10^{23} sob o *slogan* “Homeopatia é feita de nada” e, apesar dos apontamentos sobre a falta de evidências científicas, Baima (2023) questiona as razões do Ministério da Saúde manter a Homeopatia dentro do rol de práticas na PNPIC do SUS. A PNPIC, instituída em 2006, tem 29 destas práticas no Sistema Único, pagas com recursos públicos, incluindo abordagens que, para o autor, podem trazer riscos aos pacientes.

No livro *Que bobagem*, o capítulo dedicado à Homeopatia se propõe a abordar o contexto de surgimento dessa especialidade, época em que se desconhecia a Microbiologia, os mecanismos de transmissão de doenças contagiosas e o uso de antibióticos. Pasternak e Orsi (2023) apresentam os princípios básicos de funcionamento da Homeopatia, bem como as cifras financeiras bilionárias que essa especialidade movimenta e suas perspectivas de crescimento para os próximos anos.

Os autores destacam ainda uma série de estudos que refutariam evidências científicas da eficácia da homeopatia e tentam demonstrar como a suspeita que paira a mesma teria levado a mudanças no financiamento público na Homeopatia em alguns países, como Suíça e a Austrália, por exemplo, que deixaram de financiar publicamente a homeopatia em 2005 e 2015, respectivamente (Pasternak; Orsi, 2023).

No caso dos EUA, em que pesem revisões de literatura, pesquisas, testes clínicos que não indiquem evidências positivas a favor dessa especialidade, não há sinais de mudança quanto ao seu *status* de especialidade médica. Há nos EUA, segundo Pasternak e Orsi (2023), um centro nacional de medicina alternativa e complementar que teve orçamento de cerca de US\$

123 milhões em 2005, e ainda se estima que o mercado da Homeopatia no mesmo país tenha a expectativa de movimentar em torno de US\$ 20 bilhões até 2030.

Dentre os pontos negativos dessa especialidade médica, Pasternak e Orsi (2023) chamam atenção para a possibilidade de o paciente homeopático não procurar tratamento médico eficaz, colocando em risco sua saúde e a própria vida. Haveria também o desperdício de recursos financeiros, a divulgação de falsas crenças e a debilitação do compromisso com a medicina científica.

Concomitantemente à divulgação do livro *Que Bobagem*, o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Jeancarlo Cavalcante, concedeu entrevista ao jornal *O Estadão*²⁰. Nessa entrevista, conforme Baima (2023), Jeancarlo afirma que mesmo a Homeopatia sendo uma especialidade reconhecida pelo Conselho de classe, ele estaria aberto a levar a discussão para o Conselho e que ainda solicitaria uma avaliação das evidências no tocante à prática da homeopatia para uma possível análise do CFM.

Caso isso realmente ocorra no Brasil e a Homeopatia venha a perder sua titulação de especialidade médica, deixaria claro um sinal, mesmo considerando a complexidade de vários fatores envolvidos (inclusive o poder médico), de que o IQC obteve uma vitória em sua cruzada contra a homeopatia.

Mas o que isso tem a ver com a psicanálise? Nesse caso, o recurso ao uso da relação da homeopatia com o IQC serviria, ao menos em parte, para ilustrar o alcance desse tipo de discussão pautada no demarcacionismo científico. Se isso acontece com um ramo significativo no campo da Medicina, cujo corporativismo e poder médico são significativos na sociedade brasileira, caberia se perguntar de que(quais) forma(s) essa discussão poderia atingir a Psicanálise.

Com essas ponderações observa-se disputas que vêm juntas com o demarcacionismo. Trata-se da postulação de critérios de justificação, espectros de verdade, exposição de armaduras lógicas com o objetivo de dizer o que faz parte ou não do universo da ciência e, com isso, se recolher as benesses desse pertencimento.

²⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/reconhecimento-de-homeopatia-como-especialidade-medica-pode-ser-revisto-diz-vice-presidente-do-cfm/>

2.4 O IQC, Pasternak/Orsi e a Psicanálise

Na revista eletrônica do Instituto Questão de Ciência, encontramos seis artigos que abordam a Psicanálise de forma mais direta. Em três deles, o identificador — Psicanálise — aparece no título do texto e há um em que é a palavra *psicanalista* que se destaca. Já outro tem Jacques Lacan como alvo principal e, por fim, há um texto que tem o *inconsciente* no título. Existem outros artigos relacionados à Psicanálise, que abordam a temática dos sonhos ou Carl G. Jung, por exemplo. Entretanto, em função de nosso foco de pesquisa, apenas esses seis artigos principais serão levados em consideração para análise.

De modo geral, verifica-se que o principal objetivo dessas publicações é denunciar a Psicanálise como pseudociência, de desfazer qualquer pretensão científica da mesma e, por vezes, em tom mais ácido, acusar os psicanalistas (sobretudo Freud e Lacan) de charlatões. Não bastasse esse tipo de investida sobre a Psicanálise, em alguns dos textos sugerem supostos danos da prática psicanalítica em relação aos pacientes e sua contraindicação como ferramenta psicoterapêutica ou prática de saúde.

É apropriado esclarecer que nenhum destes artigos foi escrito por Pasternak, mas dois deles são de autoria de Carlos Orsi. De qualquer forma, alguns dos pontos de crítica levantados nessas publicações serão retomados pelos autores no livro *Que bobagem*. Nesse sentido, parte significativa das críticas à Psicanálise contidas nesse livro não tem nenhum caráter de novidade. Segue abaixo um quadro de resumo de críticas dirigidas à Psicanálise pelo IQC.

Quadro 1. Resumo das críticas do IQC à Psicanálise

1. Mimetização da ciência pela Psicanálise para extrair vantagens.	7. A Psicanálise não é ciência porque não é falseável.
2. Falhas da Psicanálise em reconhecer ou incorporar avanços no conhecimento psicológico principalmente os oriundos das ciências cognitivas ou neurociências.	8. A história da Psicologia como o único ponto comum entre Psicanálise e Psicologia científica atualmente.
3. Abandono do ensino da Psicanálise em departamentos de Psicologia nos EUA em razão da mesma não se submeter ao método experimental.	9. Insuficiência de casos clínicos para comprovar a eficácia da Psicanálise.
4. A psicanálise não seria licenciável para reembolso de seguros de saúde em alguns estados dos EUA.	10. Inadequação da Psicanálise ao “padrão ouro” da experimentação científica atual (cegagem, randomização e grupo controle).
5. Manipulação de casos clínicos por parte de Freud e críticas à sua biografia.	11. Fragilidade na ideia de inconsciente psicodinâmico.
6. Peso da retórica e não das evidências científicas que garantiria o sucesso da psicanálise entre intelectuais.	12. Psicanálise tomada como religião e Freud e Lacan como charlatões.

Fonte: elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2025).

Inicialmente, ressaltamos que, no artigo de Ronaldo Pilati (2020), a Psicanálise operaria pela mimetização da ciência ao estar inserida nas universidades, ter organizações institucionais de formação e publicações, cujos estudos buscariam confirmar seus pressupostos. Contudo, a criação freudiana, segundo ele, não faria parte da ciência e não poderia gozar dos privilégios revertidos para esta. Seria por esse mimetismo, pela carência de evidências científicas, pelos obstáculos que a população encontraria para distinguir como funciona a lógica do pensamento científico e pelos *riscos* que a Psicanálise pode representar à população, que o autor consideraria importante responder à questão sobre a cientificidade da Psicanálise.

Pilati (2020) retoma elementos da filosofia da ciência de Karl Popper, o qual usava Psicanálise com frequência para exemplificar o que era ou não ciência, aplicando o rótulo de pseudociência à mesma. O critério usado por Popper para essa demarcação, segundo o autor, era o fato de a Psicanálise não ser falseável, ou seja, a Psicanálise alegava poder explicar tudo e, uma vez que não se encontrava exemplos que a refutassem, ela não seria falseável. Em Popper, a condição de ser falseável era indispensável para o pertencimento ao campo da ciência.

Pilati (2020) entende que apesar desse mimetismo com a ciência, a Psicanálise, se distanciou desta ao não considerar avanços das ciências cognitivas e comportamentais ao longo do século XX, e em especial as neurociências dos anos de 1990. Para ele, evolução científica teria modificado muita coisa no entendimento sobre cérebro e comportamento desde Freud, levando-nos a uma forma mais acurada de conhecimento. Desse modo, a única coisa que a Psicanálise partilharia com a Psicologia científica seria a história, na qual a Psicanálise seria uma parte da evolução do estudo moderno do comportamento (Pilati, 2020).

Stuart Vyse (2020) também retoma Popper e destaca que as fragilidades da Psicanálise continuam sendo atualmente as mesmas sinalizadas pelo filósofo austríaco, salientando que ela não seria capaz de passar no pelo crivo da verificação e falseabilidade inerente ao modo de construção de conhecimentos científicos válidos. O autor enfatiza que nos EUA descartou-se a introspecção e outros métodos subjetivos de pesquisa na Psicologia há muitas décadas. Além disso, destaca que a Psicanálise é ensinada nas universidades dos EUA, mas não nos departamentos de Psicologia, exatamente pelo seu caráter pseudocientífico.

Embora seja praticada nos EUA, Vyse (2020) considera que ela não seria respeitada em razão dessas fragilidades. Parte significativa dos atendimentos em saúde na América do Norte, segundo ele, depende de profissionais particulares licenciados pelos órgãos regulatórios de saúde, os quais são reembolsados pelos seguros de saúde. Psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais conseguem a referida licença, todavia, na maioria dos estados, a Psicanálise não seria

elegível para esse tipo de licenciamento e os pacientes teria que pagar do próprio bolso se quisessem ser atendidos por psicanalistas.

Ainda em 2020, Douglas Oliveira assinou um “dossiê” sobre a Psicanálise na Revista do IQC. Inicialmente, ele sublinha certo prestígio social que a Psicanálise ainda teria no Brasil, enquanto nos EUA as escolas de Psicologia a relegariam a um papel de curiosidade histórica, de forma análoga ao que foi mencionado por Vyse (2020) e Pilati (2020).

Oliveira (2020) aponta as dificuldades teóricas e metodológicas da Psicanálise no sentido de que seus conceitos e suposições não encontrariam apoio nas ciências do cérebro e do comportamento humano atuais. No Brasil, segundo esse autor, a Psicanálise seria confundida com um conhecimento válido em Psicologia e admirada por correntes pós-modernas que, em sua ótica, entendem ser o conhecimento apenas uma disputa de narrativas igualmente válidas.

Não obstante alguns neurocientistas enxerguem valor em Freud, principalmente como fonte de *insights*, noutras palavras, seu valor pelo contexto de descoberta, não haveria evidências para sustentar uma articulação entre esses dois campos, inviabilizando-se a possibilidade de união entre os conhecimentos psicanalíticos e os das neurociências, como é a pretensão da neuropsicanálise, por exemplo (Oliveira, 2020).

Aqui, fica claro que o autor toma como parâmetro científico dominante na atualidade as neurociências cognitivas. Contudo, embora haja esse posicionamento de negação de possibilidade de associação entre Psicanálise e neurociências, vemos que não se trata de um posicionamento unânime no campo científico²¹.

O edifício da Psicanálise seria, para Oliveira (2020), construído em cima de poucos casos clínicos e com resultados duvidosos, o que não seriam boas evidências de sua eficácia clínica. A maioria dos estudos em Psicanálise seria carente de pesquisas com grupos de controle, randomização e duplo cego. Dessa forma, seria difícil distinguir o efeito placebo ou a remissão espontânea dos sintomas, quando comparados à eficácia da técnica psicanalítica.

Percebe-se, assim, que o uso de casos clínicos como método de pesquisa é bastante criticável por parte do IQC, por não se adequar ao “padrão ouro” de pesquisa acima citado. Em

²¹ Por serem campos complexos e com divisões internas, dificilmente se encontraria homogeneidade nas relações entre Psicanálise e neurociências. Davidovich e Winograd (2010) elencam três posicionamentos dessas relações, contribuindo para um mapeamento do debate. No primeiro agrupamento, denominado *hibridação*, a conciliação da Psicanálise e das neurociências se daria através de um novo campo de saber, a neuropsicanálise; o segundo bloco de posicionamento refere-se ao *isolamento* ou impossibilidade de diálogo entres esses dois campos, por se compreender que não haveria condições epistemológicas para uma discussão. O terceiro grupo agrupamento se caracterizaria pela *interlocução*, isto é, pelo compartilhamento do ponto de vista dos pesquisadores de não acreditarem nem na hibridação nem na impossibilidade de diálogo, mas de se pensar na fertilidade de pesquisas interdisciplinares, mantendo-se suas especificidades metodológicas e epistemológicas.

diversas ocasiões, o estudo de caso é comparado à experiência anedótica e recebe o mesmo tipo de tratamento ao que lhe é conferido nas críticas às práticas alternativas.

As colocações acima merecem duas considerações, a primeira delas referente às diferenças e semelhanças entre o estudo de caso e uma experiência anedótica. Em termos gerais, a experiência anedótica se trata de um relato casual, não sistemático, corriqueiro e enviesado de uma situação ou fato. O estudo de caso, por sua vez, pressupõe método formal e sistemático de busca de evidência científica, mesmo que alguns pesquisadores não considerem que tenha alto grau de confiança, se comparado a outros tipos de evidência (evidência empírica, por exemplo). Uma segunda questão é justamente a comparação da Psicanálise com práticas alternativas, sobre quais pontos elas se aproximariam e em quais se distanciariam, que não será profundado aqui.

Ainda nesse “dossiê”, o autor discorre sobre um conjunto de críticas, lastreadas em publicações que demonstrariam manipulações na condução e publicação de casos clínicos por parte de Freud (como no caso do homem dos lobos), assim como ataques à biografia do criador da Psicanálise.

Orsi (2020a) segue essa mesma linha e toma como recurso a publicação das correspondências entre Freud e Fliess, bem como entre Freud e Martha, sua esposa. O mesmo acusa tanto Freud como Fliess de serem charlatães, pois ambos teriam utilizado a retórica e o autoengano como guia de observação e produção teórica, o que teria levado a Psicanálise a ter se transformado num conjunto de opiniões sem nenhuma base para além do carisma de Freud e dos propagadores da Psicanálise. Os estudos de caso estariam permeados de mentiras, distorções, fraudes e não necessariamente orientados por *insights* e introspecção, conforme consta na publicação: *O livro negro da Psicanálise*, de autoria de Catherine Meyer²², publicado no Brasil em 2011.

Em outra linha de argumentação, Douglas Oliveira (2020) argumenta contrariamente a uma tentativa de colocar a Psicanálise como ramo da Filosofia, pois considera que a Filosofia incentiva a exploração da realidade numa busca de melhor descrevê-la. Para ele, a Filosofia seria uma atividade intelectual racional e empírica em que são considerados conhecimentos autênticos de base para tratar problemas, questões.

A Psicanálise, de acordo com Oliveira (2020), não teria nenhuma característica de Filosofia porque subáreas que compõem esta são incompatíveis com ela incompatíveis, uma vez que a Psicanálise possuiria uma semântica (articulação conceitual e de sentido) frágil em

²² MEYER, C. *et al.* **O livro negro da psicanálise**. Trad. Simone Perelson e Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

sua lógica. Além do mais, a ontologia psicanalítica seria anticientífica, sobretudo no que tange ao problema da relação entre mente e cérebro, pois a Psicanálise se situaria no dualismo psiconeural, em que entidades imateriais (mente) obedeceriam a leis diferentes das que regem o universo e a interação com corpos materiais.

Do ponto de vista epistemológico, conforme ao que coloca esse crítico, a Psicanálise tem diversas hipóteses, mas que não podem ser testadas e colocadas à prova e nem elencadas como verdadeiras ou falsas, o que seria uma característica das falsas ciências. Do ponto de vista ético, a Psicanálise passaria por cima dos princípios da aplicação de conhecimentos científicos, pois sua proposta de tratamento não tem evidências de eficácia para tratar pacientes. Portanto, para Oliveira (2020), a Psicanálise teria uma relação forçada e conflituosa com a Filosofia e colocá-la com tal não a imunizaria contra a pecha de pseudociências.

Ao nosso ver, esse entendimento e classificação de Oliveira (2020) acabam sendo muito simplistas, pois para cada uma dessas áreas da Filosofia há discussões que vão além dos elementos por ele colocados e, posto dessa forma, desconsidera-se o diálogo profícuo e as contribuições significativas que a Psicanálise mantém com o campo filosófico desde sua criação.

Dando continuidade na incursão das críticas do IQC à Psicanálise, Carlos Orsi possui dois artigos, publicados em 2020 na revista do Instituto, também visando demonstrar supostos pontos fracos da Psicanálise e questionar sua legitimidade enquanto ciência e prática social. No primeiro deles, intitulado *O homem bomba das ciências humanas?* (Orsi, 2020a) procura rebater a alegação de que se o método psicanalítico for invalidado, então as ciências humanas, incluindo-se a História, as Ciências Políticas seriam também inviabilizadas. Na sua perspectiva, do ponto de vista retórico, essa afirmação seria o equivalente de uma tomada de reféns, a Psicanálise seria uma espécie de homem bomba no prédio das humanas que, caso explodisse, levaria consigo todo o conjunto.

Em primeiro lugar, para o autor do artigo, essa seria uma alegação arrogante e que teria a função de mobilizar a angústia e apelar às Ciências Humanas em defesa da Psicanálise. Contudo, tal defesa não faria sentido porque alguns dos argumentos críticos mais fortemente direcionados à Psicanálise partem das próprias Ciências Humanas (Orsi, 2020a).

O editor chefe do IQC recorre aos filósofos Karl Popper, Mario Bunge e Adolf Grünbaum, os quais consideram a Psicanálise, de diferentes maneiras, uma teoria epistemicamente injustificada. Para Grünbaum, citado por Orsi (2020), o inconsciente e as motivações irracionais de comportamentos humanos já existiam antes de Freud e ele teria

introduzido, de modo desnecessário, uma linguagem técnica carregada de metafísica para descrever os fenômenos psicológicos.

Essa linha de argumentação é similar à de Oliveira (2020), que afirma que o conceito de inconsciente já estaria presente na filosofia de Leibniz e tinha uso corrente na cultura na qual estava imerso o criador da Psicanálise. Esse inconsciente presente em Leibniz vai ser retomado pelas neurociências, pelas ciências cognitivas e seria válido para a ciência, mas não o inconsciente freudiano carregado de metafísica.

Da ótica da “psicologia científica”, Orsi (2020a) entende que ela continua a evoluir prescindindo da psicanálise. Ele cita estudo de Robins e Gosling (1999), no qual se avaliam as tendências da Psicologia no final do século XX e anos seguintes. Tal estudo mostrava um declínio da Psicanálise e do behaviorismo, acompanhado da ascensão da Psicologia cognitiva e da neuropsicologia. Para Orsi, esse quadro parece não ter mudado duas décadas seguintes.

Quanto à alegação de que as terapias psicodinâmicas possuem efeitos benéficos e podem ajudar algumas pessoas, Carlos Orsi (2020a) lança 3 objeções: a primeira delas é de que algumas dessas terapias se afastam significativamente da Psicanálise e seria razoável supor que algumas delas podem trazer benefícios.

Em segundo lugar, o que unificaria esse tipo de abordagem em psicoterapia, para Orsi (2020a), seria a crença no inconsciente psicodinâmico. Este, por sua vez, seria uma espécie de calabouço cujos elementos constitutivos (memórias, desejos, símbolos) precisariam ser reconhecidos e confrontados para que houvesse uma cura mental. À luz dos conhecimentos atuais em neurociências, que propõem um funcionamento do inconsciente sem a metafísica preconizada pela Psicanálise, o inconsciente freudiano seria, de acordo com o membro do IQC, um mito. Tal visão seria falsa e perigosa porque daria margem, através de conceitos derivados (como o da transferência) a diversos tipos de fantasias e induziria os pacientes a convergirem com as “intuições” do terapeuta.

Numa terceira objeção, Orsi (2020a) alega que mesmo uma investida com astrólogos pode gerar a percepção de benefício em uma pessoa. O autor assinala que, apesar do fato de algumas terapias psicodinâmicas terem resultados positivos, elas não se mostram melhores que outras modalidades de psicoterapia, estas não permeadas da densidade metafísica.

O editor chefe da revista *Questão de ciência* prevê o abandono da Psicanálise como terapia e como teoria da mente e, para ele, esta deveria ser relegada a um capítulo da história, assim como o exorcismo ou comunicação com os mortos. Sendo assim, não haveria por que temer a ameaça de implodir as Ciências Humanas, no caso de deterioração da disciplina criada por Freud.

Já no artigo intitulado *A conspiração do inconsciente*, Carlos Orsi (2020b) rebate algumas críticas sofridas por publicações anteriores, nas quais ele situava a Psicanálise como pseudociência. O ponto nevrálgico de ataque à Psicanálise nesse texto é o conceito de inconsciente psicodinâmico de Freud, que estaria na base de diversas correntes psicanalíticas.

Para Orsi (2020b), esse inconsciente psicodinâmico seria um tipo de mente paralela, onde estariam banidos desejos inconfessáveis, pensamentos vergonhosos, traumas, memórias indizíveis. Ele entende que a repressão (toma repressão como equivalente ao recalque) seria o mecanismo de instauração desse inconsciente, o qual teria o poder de determinar comportamentos e atitudes humanas. O inconsciente se manifestaria através de sonhos, lapsos, associação de ideias, e, como contrapartida, a função do analista seria a de ler seus sinais, de trazer o inconsciente à luz e livrar os pacientes de seus sintomas.

O inconsciente psicodinâmico não existiria, para o autor, a não ser a partir da palavra do psicanalista e dos clientes. E em tom sarcástico, ele afirma que a Psicanálise faria tanto sentido quanto a hepatoscopia²³. O que existiria, nesse contexto, seria um círculo vicioso no qual o psicanalista tem um entendimento do que é o inconsciente e interpretaria os sinais do cliente (gestos, linguagem, sonhos) a partir dessa ótica, o que seria como um mecanismo de confirmação de evidência desse próprio inconsciente (Orsi, 2020b).

Na leitura de Orsi (2020b), o que ocorreria na dinâmica clínica é que se o paciente concorda com as assertivas do psicanalista, então ficariam confirmadas as investidas do inconsciente, caso contrário, com a discordância do paciente, se trataria de uma resistência, o que também seria manifestação do inconsciente. Com isso, Orsi (2020b) assevera que, em Psicanálise, uma evidência positiva é positiva e uma evidência negativa também seria uma evidência positiva. Essa lógica, segundo ele, se aproximaria da lógica das teorias de conspiração, uma vez que operariam de modo similar através dos mecanismos de pareidolia e apofenia²⁴.

O poder retórico da Psicanálise e como ela se tornou popular entre intelectuais e estudiosos chamam a atenção de Orsi (2020b). Contudo, ele ironiza e considera que as estratégias retóricas da Psicanálise seriam uma autorização para soar inteligente sem fazer esforço. Nas palavras ácidas do autor: “Em um universo em que é legítimo tratar as coisas como

²³ Pretensa adivinhação do futuro pela inspeção do fígado. Praticada pelos caldeus 2000 anos antes de Cristo.

²⁴ Pareidolia é a tendência de interpretar estímulos vagos e aleatórios como tendo significado. É um fenômeno psicológico comum em que a percepção tende a impor um significado a um estímulo (normalmente visual) sem significado nenhum, ex.: enxergar rostos ou animais em nuvens. Já a apofenia é a tendência de enxergar conexões entre eventos independentes ou dados aleatórios. É um termo cunhado por Klaus Conrad em 1959 para o fenômeno cognitivo de identificar padrões entre esses dados. Para alguns pesquisadores a pareidolia é um tipo de apofenia.

fossem iguais a si mesmas ou iguais a símbolos de seus opostos de acordo com a conveniência do momento é uma Disneylândia discursiva e um prato cheio para os sofistas” (Orsi, 2020b).

Os alvos na Psicanálise não se restringem a Sigmund Freud, seu criador. O psicanalista pós-freudiano Jacques Lacan também é alvo de uma série de ataques. Em texto de Vinny de Melo (2023), Lacan é apresentado como um charlatão e a Psicanálise é tida como uma religião.

Melo (2023) cita o livro de *A batedora de Lacan*, de Maria Pierrakos, que fora a estenotipista dos seminários de Lacan durante 12 anos. Segundo Pierrakos, a partir da leitura desse o autor, o par Lacan/plateia tinha características de seita, dentre elas: a utilização, por parte do psicanalista francês, de fórmulas paradoxais e incompreensíveis num discurso que tinha aura de mistério e profundidade e uma plateia seduzida por esses recursos, embora não totalmente passiva. A postura de Lacan se assemelharia a dos grandes sacerdotes ao interpretarem os oráculos. Porém, além de interpretar os desígnios de Deus, Lacan colocava os próprios enigmas e os respondia se pondo no lugar de Deus e de sacerdote ao mesmo tempo.

Melo (2023) recorre também ao psicanalista François Roustang, para quem o discurso de Lacan teria tido uma grande repercussão no meio intelectual, em razão de suas tentativas de tirar a Psicanálise de seu círculo fechado ao lançar mão de outras disciplinas na sua produção intelectual. Essa busca de costura, de religação dos saberes teria exercido forte poder na intelectualidade contemporânea ao analista francês, especialmente pelo ideal de uma espécie de restauração da unidade da ciência. Entretanto, para Roustang, citado por Melo, o que Lacan fazia, de fato, era usar dos recursos das ciências para apontar suas limitações e com isso conferir um lugar de superioridade para a Psicanálise.

Sob a ótica de Melo (2023) e de tais críticos, Lacan seria um prestidigitador de gênio, buscava se colocar como mestre e os outros em posição eterna de discípulos. Tal leitura se aproxima do que propõem Filip Buekens e Maarten Boudrys no livro *O lado escuro do lunático: explicando as tentações do obscurantismo*. De forma geral, para o autor do artigo, esse livro buscava explicitar os truques utilizados pelo psicanalista francês para sustentar a atenção dos seus ouvintes, assim como os mecanismos psicológicos destes, no sentido de contribuir para a aceitação de um discurso obscurantista.

Buekens e Boudrys, mencionados por Melo (2023), tomam o obscurantismo como movimento deliberado no qual o protagonista elabora um complexo jogo verbal de espelhos e fumaça para sugerir profundidade e *insights* onde, na verdade, não existem. O obscurantista seria aquele que pretende manter as aparências sobre um assunto complexo do qual não entende, visando, dessa forma, manter o público engajado através da promessa de atingir conhecimentos

profundos. Os autores expõem os meios pelos quais um mestre obscurantista tenta blindar sua teoria de críticas e os mecanismos através dos quais os discípulos alimentam (Melo, 2023).

Também nesse artigo sobre Jacques Lacan, Vinny de Mello (2023) recorre a Alan Sokal e Jean Bricmont, especialistas em Matemática e Física, os quais apontam abusos que autores pós-modernos e Lacan cometem no uso das Ciências Naturais em suas teorias. O principal problema dos pós-modernos, de acordo com esses pesquisadores, é que o discurso teórico é desconectado de qualquer fundamentação empírica e desprovido de lógica interna.

Jacques Lacan, conforme Melo (2023), não se comportaria como um intelectual que propõe e defende uma tese com argumentos lógicos, mas como um oráculo que canalizaria uma mensagem inconsciente como se fosse portador de uma verdade para a qual fosse necessária uma nova linguagem que dela desse conta. O público e o leitor, em contrapartida, se esforçariam para dar sentido a esse discurso, contribuindo, assim, para manter esse tipo de funcionamento oracular (Melo, 2023).

Existem outros artigos na revista questão de ciência, os quais mencionam ou tangenciam temas relacionados à Psicanálise, mas não de maneira frontal, de modo que não consideramos plausível expô-los aqui. Sendo assim, segue-se para a abordagem do livro *Que bobagem*, o qual traz um capítulo que tem a Psicanálise como alvo.

2.4.1 O livro *Que bobagem* e a Psicanálise

Carlos Orsi e Natália Pasternak publicaram em 2023 o livro *Que bobagem*, em consonância com suposta missão defendida pelo Instituto Questão de Ciência. Esse livro tem como proposta uma defesa do uso de determinado parâmetro científico como modelo “mais acurado” de conhecimento da realidade. Munidos dessa ideia de ciência, buscam combater as pseudociências. No tocante à Psicanálise, em especial no capítulo *Psicanálise e psicomodismos*, argumentam contrariamente à sua cientificidade, retomando pontos, ideias e argumentos anteriormente publicados pelo IQC e agregando outros no referido capítulo.

Porém, antes de se examinar o capítulo especificado, vale sublinhar algumas noções gerais apresentadas no livro de Pasternak e Orsi (2023) que vão ajudar a compreender as críticas mais diretamente relacionadas à Psicanálise. Os autores, por exemplo, entendem a ciência como a melhor forma de descrição da realidade, sobretudo em função de sua atitude de respeito à

totalidade da evidência²⁵ e por sua postura de abertura à revisão crítica, isto é, a possibilidade de rever seus pressupostos a partir de novas evidências.

O valor social da ciência se daria em função desses princípios e é devido a tal prestígio que as pseudociências buscariam falsificá-la. Para os autores, as pseudociências seriam resultado do abandono das atitudes científicas na produção de conhecimento válido, ainda que se beneficiem da credibilidade pública garantida à ciência (Pasternak; Orsi, 2023).

O casal que dirige o IQC salienta que a capacidade da ciência em descrever, controlar e prever a realidade dos fatos não é uma questão de gosto pessoal e que a lógica da ciência não é mais uma lógica dentre outras, mas sim o uso mais correto e refinado da aplicação da lógica para uma intervenção na realidade. No entanto, para estar de acordo com a atitude científica, conforme indicam Pasternak e Orsi (2023), a mente humana precisa se submeter a processos e métodos para não incorrer em erros, em falhas cognitivas. As principais destas são as falhas heurísticas, falácias e vieses, que podem vir sozinhas ou se entrelaçar.

A heurística é uma forma de pensamento automático aplicada pelos seres humanos, pela qual busca-se atalhos, respostas mais rápidas e intuitivas sobre os fenômenos da realidade. No geral, são úteis para o dia a dia, porém, é necessário cuidado e prudência no seu uso científico, pois as generalizações alcançadas através das heurísticas podem não ser corretas (Pasternak; Orsi, 2023).

Consideramos que essa definição de heurística trazida pelos autores não ficou clara, por isso, optamos por ampliá-la. A heurística, para Japiassú e Marcondes (2008), se refere à descoberta e serve de ideia diretriz numa pesquisa. Também é relativo à enunciação das condições da descoberta científica. Em Abbagnano (2007), heurística é uma palavra utilizada para se referir à pesquisa ou à arte da pesquisa. Heurística é a parte da lógica que se dedica a alcançar a verdade, partindo de conhecimentos verdadeiros já encontrados. É um método de invenção, de descobrimento de ideias.

Tomada de forma positiva, heurística é a arte de descobrir e de inventar, típica dos seres humanos, quando se está em busca de respostas para questões complexas. Entretanto, do ponto de vista de um erro cognitivo, a heurística diz respeito às regras genéricas usadas pelo decisor para simplificar seus julgamentos e tomada de decisões. Todavia, a partir dessa forma de se pensar, muitas vezes as soluções para perguntas difíceis e complexas são imperfeitas, lacunares.

De acordo com Pasternak e Orsi (2023), falácias são raciocínios errados com a aparência de verdadeiros. Em lógica ou na retórica, falácia é um argumento logicamente incoerente, sem

²⁵ Os autores indicam que a Ciência (e eles como divulgadores científicos) pesariam o conjunto de evidências favoráveis e desfavoráveis relacionada a tema X ou Y.

fundamento ou falho na tentativa de provar eficazmente o que alega. Para Nahra e Weber (2005), falácias formais são formas de argumentos que, apesar de parecerem válidas, mas não são. A aparência de validade é produzida pela falta de domínio do aparato lógico formal ou pela não compreensão do significado dos operadores lógicos.

Já o viés é uma espécie de distorção no julgamento do observador e se manifesta como uma inclinação atribuir julgamento mais favorável ou desfavorável à pessoa, coisa ou grupo em função dos interesses, perspectivas do próprio observador. Dentre as críticas dos autores, a Psicanálise é acusada de funcionar através de falácias e de vieses de confirmação.

Em torno de pontos ligados a pesquisas em saúde, esses autores fazem alusão aos testes clínicos randomizados, com duplo cego e grupo placebo como sendo o padrão mais alto na experimentação nesse campo. Esse tipo de teste que é bastante citado ao longo do livro, surge da ideia de se comparar grupos para testar a eficácia de tratamento ou conduta de saúde e seu objetivo é comprovar a eficácia de uma variável, descartando possível efeito placebo ou a remissão espontânea de uma doença, por exemplo.

O teste clínico, conforme Pasternak e Orsi (2023), é uma estratégia muito antiga e veio se aprimorando até chegar na estrutura atual²⁶, cujo objetivo primordial é justamente o de se evitar vieses de confirmação ou da interferência de outras variáveis no processo. É por essa estratégia que as ciências de saúde procurariam se manter fiéis ao pensamento científico, contrariamente a algumas terapias e/ou práticas que consideram esse procedimento inaplicável, ilegítimo ou o aplicam apenas nas aparências (Pasternak; Orsi, 2023).

O efeito placebo recebe especial atenção por parte de Pasternak e Orsi (2023), que o definem como as mudanças no estado de um paciente pela percepção ou crença de que existe um tratamento em curso, mesmo que esse “tratamento” não passe de simulação. Essa mudança no paciente é uma melhora ou sensação de melhoria em determinada condição de saúde.

Grosso modo, os autores buscam explicar o efeito placebo, inicialmente através de um funcionamento análogo ao condicionamento clássico introduzido por Ivan Pavlov. O exemplo inaugural desse condicionamento descreve um cão a secretar suco gástrico na ausência da comida real e na presença de um estímulo qualquer como uma sineta, por exemplo, após ter sido condicionado a partir do estímulo real. O efeito placebo seria resultado, portanto, de um

²⁶ O teste duplo cego randomizado se estrutura da seguinte forma: dois grupos, sendo um o experimental ou teste e um de controle (em que não será ministrada a substância ou conduta terapêutica a ser testada). É chamado de duplo cego porque nem os pesquisadores nem os voluntários sabe em quem está sendo administradas uma determinada substância em teste e é randomizado porque, na impossibilidade de se comparar grupos com características idênticas, opta-se por grupos de forma aleatória. Um terceiro grupo ainda pode ser adicionado ao teste clínico básico, o grupo placebo, em que se ministraria algo para simular um medicamento.

condicionamento que produziria reações fisiológicas no organismo a partir de um estímulo não diretamente ligado à causa da doença. Pasternak e Orsi (2023) apresentam também uma explicação neuroquímica de tal fenômeno, através de experimentos que demonstrariam uma correlação bioquímica entre o efeito placebo e os receptores opioides.

Seguido à apresentação desses conceitos de base utilizados por Pasternak e Orsi (2023), vale destacar que o primeiro ponto de crítica feito por eles à Psicanálise diz respeito ao entendimento que defendem, o de que não haveria motivos para a Psicanálise e outras práticas em saúde mental não se submeterem aos mesmos tipos de testes clínicos e ao escrutínio por que passam outros tratamentos utilizados para lidar com doenças do corpo. Isso seria fundamental, segundo eles, para evitar falsas conclusões e associações equivocadas entre causa e efeito e vieses de confirmação.

Uma das fragilidades de relativas à cientificidade das psicoterapias, segundo Pasternak e Orsi (2023), ocorre devido ao fato de se basearem em evidências anedóticas, em relatos de casos isolados. Além de serem amostras pouco significativas, enquanto base de justificativa de resultados clínicos, o relato de casos, tomado como evidência, normalmente incorre no erro de haver uma seleção desigual dos casos, com privilégio à inclusão de casos positivos, uma vez que os pacientes insatisfeitos provavelmente não voltaram para contar esse relato. Desse modo, a experiência clínica seria inconclusiva e, no limite, inválida, pois é pouco representativa e possivelmente enviesada.

Mesmo com limitações na quantidade e qualidade de estudos sobre eficácia das psicoterapias, os autores apontam que em torno de cinco a dez por cento dos pacientes acompanhados em psicoterapia ficariam insatisfeitos ou se sentiam piores depois da terapia. As psicoterapias psicodinâmicas não teriam interesse, segundo Pasternak e Orsi (2023), em se submeter aos métodos científicos.

Apesar de relatarem que alguns estudos mostram que os efeitos positivos de uma psicoterapia dependem mais do terapeuta que da técnica por ele usada, Pasternak e Orsi (2023) fazem a defesa das terapias cognitivo-comportamentais (TCCs). Pelo que inferimos do texto, o casal entende que as TCCs se aproximariam mais do modelo de ciência por eles preconizado.

Haveria, em Psicologia, uma proliferação de técnicas, de procedimentos de diagnóstico e de avaliação, de acordo com o que colocam os membros do IQC. Esse conjunto de procedimentos não têm sido testados adequadamente, colocando em risco a própria ciência psicológica. Pasternak e Orsi (2023) citam estudo do psicólogo Tomasz Witkowski ²⁷, para

²⁷ WITKOWSKI, Tomasz. **Psychology led astray**: cargo cult in science and therapy. California: Brown walker press. 2016

quem esse contexto denota a existência de experimentos descontrolados com humanos, sendo fundamental distinguir as práticas que são das que não são baseadas em evidências científicas.

A submissão ou não das psicoterapias, da Psicanálise aos parâmetros de pesquisa oriundos da Medicina e das ciências da saúde reabre, para os autores, a discussão sobre a existência ou não de diferentes tipos de ciência. A comunidade científica se dividiria sobre o encaminhamento das psicoterapias serem ou não avaliadas por métodos próprios. Para o casal do IQC, esse debate teria vez em função de uma anacrônica concepção filosófico-religiosa que preconiza a distinção radical entre mente/espírito e corpo, sendo que a mente constituiria o domínio da alma e operaria por regras próprias, metafísicas. Entretanto, para os mesmos, esse dualismo não se sustentaria mais, frente aos avanços das neurociências nos últimos dois séculos.

Não é novidade o questionamento da dualidade psicofísica no campo filosófico e científico. No entanto, não acreditamos que seja possível afirmar que essa seja uma questão esgotada e, ainda que não exista essa separação, entendemos que isso não significa automaticamente a adesão a um único modo de se pensar e fazer ciências.

A Psicanálise, que, para Pasternak e Orsi (2023), teria se iniciado com aspirações científicas, passou a ser classificada como pseudociência desde a década de 1950 e se assemelharia mais a um tipo de religião. Quando a cientificidade da Psicanálise se viu em xeque alguns intelectuais imbuídos do valor da teoria psicanalítica tentaram emplacar a distinção entre as ciências nomotéticas, as quais produzem leis ditas universais, como a Física e as Ciências Hermenêuticas, que produzem interpretações a partir do contexto, como as Ciências Sociais e a Psicanálise (Pasternak; Orsi, 2023).

Todavia, os autores de *Que bobagem* defendem que a distinção entre as ciências nomotéticas e hermenêuticas não se sustentaria por dois motivos: o primeiro deles é que mesmo as ciências duras, como a Física de partículas, precisam levar o contexto em consideração e lidam com interpretação. O outro argumento utilizado pelos autores é que seria falsa a alegação de que as Ciências Hermenêuticas ou interpretativas dispensariam regras e não buscariam leis gerais. Em um confronto de interpretações, algum critério deve ser utilizado para definir qual produziria mais acuidade em relação a dado fenômeno.

Segundo Pasternak e Orsi (2023), é possível desenvolver um léxico, instrumentos e técnicas próprias da psique humana, porém esses instrumentos e conceitos não estariam além dos princípios e das regras mais fundamentais das ciências físicas, biológicas e da saúde, muito menos de contradizê-los. Nesse sentido, sob a pena desses autores, a Psicologia científica não precisaria de fundamentos freudianos ou da introspecção para se desenvolver, pois ela já

obtivera avanços através de métodos científicos em áreas como a Psicologia Social, Análise de comportamento, Neuropsicologia e no contexto clínico, com as TCCs.

Observamos que essa distinção feita pelos autores remetem a um debate mais antigo no contexto da Filosofia e ciências alemãs no século XIX e que ficou conhecida como a disputa dos métodos (*methodstreiten*). Naquele período se refletia sobre as aproximações, diferenças e particularidades ontológicas e metodológicas das ciências da natureza e ciências do espírito ou ciências humanas. Para o momento, enfatizamos que dois apontamentos são certos: que essa temática e o debate dela decorrente não são tão simples como colocado por Pasternak e Orsi, e sim, certamente é uma discussão que atinge a Psicologia em seu cerne. Essa questão será retomada no presente trabalho.

Pois bem, como mencionado, parte considerável do capítulo retoma argumentações desenvolvidas em artigos prévios publicados na revista *Questão de ciência*, a saber:

- A) Os autores apresentam o raciocínio segundo o qual se alega que a desconstrução da Psicanálise, em razão de suas fragilidades científicas, serviria não apenas para descredenciar a mesma, como também para extinguir outras Ciências Humanas. A Psicanálise seria, assim, uma espécie de homem bomba das Ciências Humanas, conforme já desenvolvido por Orsi (2020).
- B) A argumentação de Pasternak e Orsi (2023), que se concentra na dependência das psicoterapias psicodinâmicas em relação ao conceito de inconsciente freudiano, é uma retomada do artigo de Carlos Orsi (2020b). Nele, o editor chefe da revista *Questão de ciência* expõe a falta de evidências do inconsciente psicodinâmico, as supostas imposturas de Freud no acompanhamento e relato de casos clínicos.
- C) Também conforme posto por Oliveira (2020) e Orsi (2020b), no livro *Que bobagem*, os autores lembram que o inconsciente científico pode prescindir do inconsciente psicodinâmico. Resgatam a origem de tal conceito em Leibniz, seu uso corrente na época de Freud e os modos como as neurociências cognitivas o tratam atualmente, sem haver a necessidade de recorrer ao inconsciente psicodinâmico.
- D) Pasternak e Orsi (2023) retomam a argumentação desenvolvida por Orsi (2020b) sobre o círculo vicioso que representa a Psicanálise e com isso sua proximidade da forma de funcionamento de uma teoria da conspiração. Os autores resgatam a comparação da Psicanálise com a hepatoscopia, com a Astrologia e possíveis prejuízos decorrentes da prática da Psicanálise como, por exemplo, no episódio das falsas memórias nos EUA.

É válido assinalar que a continuidade do capítulo de *Que bobagem* segue com a crítica à prática da constelação familiar. Embora não seja igualada, pelos autores, à Psicanálise,

segundo eles, a constelação familiar emergiria por meio de uma ampliação do conceito de inconsciente freudiano para um plano mais transcendente. Consideramos mais uma vez a analogia simplista e rápida. Apesar de Pasternak e Orsi (2023) não as tomarem como equivalentes, a forma como as ideias são organizadas no capítulo sugere uma associação entre ambas por contiguidade, levando o leitor a fazer tal aproximação e a diminuir a Psicanálise.

2.5 A simplicidade equivocada de críticas de Pasternak e Orsi

Acreditamos que fica claro que após exposição da diversidade de argumentos, de críticas dirigidos às práticas integrativas, à homeopatia e à Psicanálise, seria difícil imaginar que os autores do *Que bobagem* fizessem alguma ponderação positiva ou recomendassem quaisquer dessas práticas como válidas no campo da saúde. Sobre a Psicanálise, em particular, Natália Pasternak e Carlos Orsi (2023) reforçam é que já teria passado da hora de reconhecer que o seu jogo retórico e sua prática são vazias, que suas conclusões são ilusórias e que a mesma pode causar danos à vida de pessoas que a ela se submetem.

Entendemos que, ao longo desse capítulo, o desejo de demarcação de Pasternak e Orsi, o *páthos* de estabelecer os limites entre o que é ciência e o que é pseudociência se baseia na métrica de um modelo unitário de ciência e ao qual qualquer proposta de conhecimento, de saber, deva se adequar, seja no campo das práticas de saúde de modo geral, seja no das psicoterapias.

Em função da adoção desse modelo fisicalista, experimental e falseável, Pasternak e Orsi (2023) julgam o que é e o que não é do campo da ciência. No domínio psi, ainda que com ressalvas, apontam que o modelo cognitivo comportamental seria mais próximo ao que idealizam em termos de ciência, e, de forma mais enfática, defendem as neurociências em sua aplicação à processos psicológicos.

Dessa maneira, para os maestros do IQC, a Psicanálise não só estaria imensamente distante desse modelo (ela seria apenas um capítulo defasado da história da psicologia científica), como seria considerada uma pseudociência por tentar mimetizar a ciência.

No entanto, o debate sobre qualquer temática inclui o questionamento das certezas, o acolhimento do contraditório, na exposição de evidências e argumentos, mas também em dispor contra evidências e contra-argumentos, não foi o que observamos nesse ataque de Pasternak e Orsi à Psicanálise. Ademais, pensamos ser necessário questionar se só se faz ciência à luz do “padrão-ouro” defendido pelos diretores do IQC e afins e se esse modelo das neurociências defendido por eles é tão intocável quanto supõem.

Porém, antes disso, é válido mencionar que a publicação de Pasternak e Orsi (2023) gerou uma série de respostas e posicionamentos por parte de psicanalistas, pesquisadores e cientistas e que, além disso, há uma série de pesquisas que buscam demonstrar a validação da Psicanálise, mesmo no protótipo de ciências defendido por eles, mas que não foram mencionadas. Portanto, é imprescindível, dar espaço a essas manifestações, apresentar contra-argumentos, fazer uma análise da crítica e ponderar defesas em relação às acusações sofridas pela Psicanálise. Essa é a proposta para o capítulo que se segue.

3 VALIDAÇÃO CIENTÍFICA EM QUESTÃO: POSIÇÕES PSICANALÍTICAS FRENTE AO ASSUNTO PASTERNAK- ORSI E VALIDAÇÃO EXTRACLÍNICA

O livro *Que bobagem*, de Natália Pasternak e Carlos Orsi, gerou várias reações públicas de defensores de práticas/abordagens nele criticadas, dentre elas, as respostas de psicanalistas. Instituições de psicanálise e membros da comunidade analítica se manifestaram, por meio de matérias jornalísticas, artigos e debates em redes sociais e livros²⁸, em relação às críticas desferidas pelo casal.

As colocações de Pasternak e Orsi (2023) dão margem à elaboração de artigos, dissertações e livros por tratarem de diversos aspectos da ciência, da cientificidade e história da Psicanálise sem um maior aprofundamento nesses temas. Os autores teriam, supostamente, o objetivo de realizar divulgação científica, mas expuseram, de modo caricatural e depreciativo, abordagens por eles consideradas não científicas.

3.1 Posições do meio psicanalítico diante do assunto Pasternak-Orsi

O intuito, neste tópico, foi o de rastrear alguns desses posicionamentos de respostas às críticas de Pasternak-Orsi e trabalhar sobre tais pontos, de modo a problematizá-los e direcionar a argumentação acerca da validação científica da Psicanálise. Sendo assim, verificamos que, na maioria das respostas, considerou-se que as críticas dos autores do IQC apresentaram fragilidades em alguns pontos:

- 1) O livro *Que bobagem* não apresentou, por diversas características, nenhuma novidade, do ponto de vista epistemológico, acerca da Psicanálise e de sua cientificidade;
- 2) Verifica-se a ausência de menção do posicionamento crítico da Psicanálise em relação a determinados ideais sociais adaptacionistas ou produtivistas, os quais, muitas vezes, são dominantes na Psicologia ou em saúde mental;
- 3) Negação generalizada de evidências favoráveis à Psicanálise.

Esses pontos, de alguma forma, se entrelaçam e, por essa razão, há certo grau de dificuldade em isolá-los na sistematização e exposição das ideias.

²⁸ Ainda em 2023, Christian Dunker e Gilson Iannini publicaram *Ciência pouca é bobagem. Por que a psicanálise não é pseudociência* (Ubu, 2023). Livro que é, ao mesmo tempo, uma resposta importante ao *Que bobagem*, de Pasternak-Orsi, e um posicionamento aprofundado sobre epistemologia e cientificidade da Psicanálise, considerando a complexidade inerente ao tema.

3.1.1 Divulgação científica ou mais do mesmo sobre a crítica à cientificidade da Psicanálise?

O que se espera de um novo livro, sobretudo de divulgação científica, como destacam Dunker e Iannini (2023), é que apresente argumento inédito, um ângulo inesperado de determinada temática ou pelo menos uma abordagem mais sistemática e clara de uma questão, sem partir de declarações falaciosas. Segundo esses autores, o *Que bobagem* não preenche nenhum desses critérios e fica aquém de um livro de divulgação científica ou de epistemologia de qualidade, como também alerta Pereira (2023).

Marcelo Veras (2023), Paulo Beer (2023) e Vladimir Safatle (2023) mencionam que os argumentos utilizados por Pasternak-Orsi (2023) não contribuíram com nenhuma inovação ao debate. Beer (2023) vai além, apontando certo ar de desânimo na comunidade psicanalítica com a qualidade da discussão proposta pelos membros do IQC, justamente por entendê-la como um retrocesso no debate que teria avançado para além dos contornos propostos por Pasternak-Orsi.

Esse autor, por exemplo, assegura que os critérios de demarcação científico de Popper, seu enquadramento da Psicanálise como pseudociência, o recurso às ideias de Adolf Grünbaum, com suas críticas aos fundamentos da Psicanálise, não se configura como nada novo. Contudo, são ideias trazidas pelos autores do IQC, como se não tivesse ocorrido ampla discussão, após a publicação desses filósofos.

Outro expediente utilizado por Pasternak e Orsi (2023), de acordo com o que sintetizam Dunker e Iannini (2023), é a retomada de uma bibliografia emergente nos anos de 1990 e 2000, a exemplo de *Imposturas intelectuais*²⁹, *A grande Traição*³⁰, *O livro negro da psicanálise*³¹ e *Freud: a criação de uma ilusão*³². Estes trabalhos buscam rever a historiografia da Psicanálise e indicar irregularidades, imperfeições de casos clínicos freudianos ou inconsistência na vida pessoal de Freud para buscar invalidar as provas de eficiência clínica da Psicanálise (Dunker; Iannini, 2023).

Existe um universo significativo da produção historiográfica da Psicanálise, inclusive de biografias de Freud. No entanto, os autores do *Que bobagem* trazem apenas aquelas que visam macular essa imagem, principalmente o trabalho de Frederick Crews³³, o que, para

²⁹ SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos. Trad. Max Altman. São Paulo, Record. 2001.

³⁰ JUDSON, Horace Freeland. **The Great Betrayal**. Boston: Harcourt, 2004.

³¹ MEYER, Catherine (org.). **O livro negro da psicanálise**: viver e pensar melhor sem Freud. Trad. Simone Perelson e Beatriz Medina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2015.

³² CREWS, Frederick C. **Freud: the making of an illusion**. New York: Metropolitan, 2017.

³³ Ensaísta, professor de inglês e crítico literário norte americano. No início da sua carreira sofreu influência da Psicanálise, mas distanciou-se e tornou-se um crítico dela e um dos protagonistas das “guerras de Freud” nos anos de 1980 e 1990. Morreu aos 91 anos, em 2024, nos EUA.

Dunker e Iannini (2023), enviesaria o debate. Segundo estes, Crews colocava Freud como péssimo psicoterapeuta, insensível, dogmático, sexista e com baixa formação científica.

Parte significativa da argumentação trazida por Crews é reproduzida sem modulações por Pasternak-Orsi (2023). Entretanto, Dunker e Iannini (2023) sinalizam erros do autor norte-americano, tomando como exemplo: considerar a teoria psicanalítica como pronta desde o início e não revista ou não modificada desde então; utilizar, como fonte de argumentação, material privado e não público (como cartas de amor e comportamento individual); apoiar-se em fontes históricas de Peter Swales³⁴ e Frank Cioffi³⁵, as quais que não têm corroborações valorosas de outros biógrafos de Freud.

Para Dunker e Iannini (2023), essa manobra de Pasternak e Orsi é um exemplo claro da estratégia *cherry picking* (colher cerejas), que é a supressão de evidências ou apresentação incompleta delas. Tal estratégia consiste em selecionar evidências de maneira fortemente enviesada e omitir todas as fontes contrárias ao argumento que se defende. Pasternak e Orsi acessam essa estratégia ao se utilizarem dos historiadores acima sem contextualizar ou ponderar sobre outros biógrafos de Freud.

Ainda que tais alegações sobre Freud fossem verdadeiras, entendemos que isso não tem o poder de invalidar a Psicanálise como um todo, como bem colocam Dunker e Iannini (2023). Os argumentos de Pasternak e Orsi (2023), para esses autores, são requeentados para denunciar a suposta pseudocientificidade da Psicanálise. Ainda assim, nos parece válido questionar a razão por que, regularmente, essas acusações retornam.

Veras (2023) entende que, em parte, Pasternak-Orsi (2023) teriam interpretado a comunidade psicanalítica, pois, apesar de excelentes textos de em defesa da Psicanálise por parte de colegas, isso não eliminaria a constatação, a seu ver, da carência de formação dos que estudam e trabalham com Psicanálise para esse tipo de debate.

Marcelo Veras (2023) cita ainda a experiência do professor de Psicanálise da Universidade de Paris 8, François Regnault, o qual afirmava que, em diversas ocasiões de debate, o mais comum era encontrar um cientista bem preparado, munido da certeza e empáfia de seus dados, de um lado, e um psicanalista pouco preparado que, em geral, apenas sabia recitar Freud e Lacan, de outro.

³⁴ Historiador nova-iorquino de origem britânica que, no início dos anos de 1980, defendia a tese de que Freud e sua cunhada Minna Bernays teriam sido amantes. Cf.: <https://www.nytimes.com/1981/11/22/us/historian-links-freud-and-wife-s-sister-as-lovers.html>

³⁵ Filósofo norte-americano influenciado por Ludwig Wittgenstein e suas teorias de lógica e linguagem, produziu um artigo sobre a Psicanálise como pseudociência ainda da década de 1970, posteriormente redescoberto por críticos da Psicanálise e que teria alimentado a “guerra à Freud”. Cf.: <https://www.nytimes.com/2012/02/01/books/frank-cioffi-philosopher-and-critic-of-freud-dies-at-83.html>

Essa colocação não está distante do que assinalam Dunker e Iannini (2023), para quem a repercussão do livro de Pasternak-Orsi decorre do desconhecimento elementar das relações entre Psicanálise e ciências, de sua história, das problemáticas acerca de achados mais atuais. Associado à parca publicação de textos sobre o assunto em português e menos ainda de livros que tratam do tema visando o público amplo, o livro de Pasternak-Orsi ganha notoriedade desmerecida.

Apesar da significativa repercussão na mídia, sobretudo em um momento histórico marcado por fenômenos de massa em redes sociais virtuais, o livro *Que bobagem* não trouxe qualidade de inovação nem aprofundamento de argumentos contrários à cientificidade da Psicanálise, não estando, portanto, à altura do *frenesi* que teria provocado.

Parte da explicação para que essas críticas retornem parece estar relacionada também com os ideais de cientificidade que determinado momento histórico engendra e as repercussões socioculturais desses ideais e do modelo de ciência vigente. O padrão de ciência adotado por Pasternak e Orsi (2023) os leva a tratar a Psicanálise de forma leviana e, em nome desse modelo “inquestionável” de ciência, o livro *Que bobagem* parece demonstrar que:

- 1) Não tem por objetivo aprimorar o debate da Psicanálise com as ciências e;
- 2) Tem interesse em fortalecer e fazer a propaganda de um único modelo de se fazer ciência. Sob o manto do demarcacionismo, os autores descartam formas mais ampliadas de se conceber as ciências; tomam a Psicanálise como alvo e montam uma armadilha intelectual, ao requeentarem pontos chaves e alvos históricos de contestação, conforme a própria historiografia da Psicanálise demonstra.

Nesse sentido, ao confrontarem a Psicanálise com esse modelo de ciência, num contexto recente de pandemia e negacionismo, os autores parecem querer induzir o leitor, ao mesmo tempo, a aderir a esse paradigma de ciência, rechaçar a Psicanálise e impedir a abertura de questionamento sobre os próprios ideais das ciências.

Essas condições tornam favoráveis a criação de uma convulsão cognitiva que dificulta a avaliação dos limites e alcances da ciência e da relação da Psicanálise com esta. Tal investida sinaliza o interesse em salvaguardar uma imagem reconfortante e segura da primeira. No entanto, ao nosso ver, quando se faz uma adesão automática ao modelo sustentado por Pasternak e Orsi, não se sabe ao certo as repercussões sociais que podem daí se gerar.

3.1.2 Psicanálise como crítica a ideais sociais vigentes em algumas abordagens em saúde mental

Em relação ao segundo ponto, Pasternak-Orsi (2023) parecem desconhecer/desconsiderar o posicionamento de parte significativa de correntes teóricas da Psicanálise, enquanto crítica a ideais sociais vigentes, e mesmo da coparticipação de algumas abordagens da Psicologia, da ciência e de práticas em saúde mental nestes ideais.

Safatle (2023), por exemplo, reprova o tom desabonador com o qual o casal de divulgadores de ciência trata a Psicanálise e sinaliza a superficialidade deles quando creditam o sucesso da Psicanálise ao fato de Freud ser um “ótimo publicitário” ou um “astuto prestidigitador”.

Ora, esse entendimento de Pasternak-Orsi (2023) não é razoável, pois a influência da Psicanálise, para Safatle (2023), tem sido fundamental desde o início do século XX, em termos de compreensão e produção da cultura e da subjetividade. Para ele, a Psicanálise é uma prática clínica e uma forma de saber que moldou a sensibilidade ocidental a respeito de questões centrais como: família, sexualidade, memória, corporeidade, desejos e seus conflitos.

Ao fazerem críticas à Psicanálise e certa apologia a modelos de Psicologia, como as terapias cognitivo-comportamentais ou as neurociências, Pasternak-Orsi (2023) não contextualizam os questionamentos apontados pela Psicanálise a modelos normativos ou adaptativos de cura, conforme destacam Beer (2023), Safatle (2023), Veras (2023) e Dunker e Iannini (2023).

Para esses autores, desde Freud, a Psicanálise se tornou um importante discurso de crítica à uniformização moral, epistêmica e técnica que muitas vezes domina a Psicologia e isso se aplica, inclusive, à atual e predominante categorização (sobretudo, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (CID³⁶)) de sintomas psíquicos presente em manuais de psiquiatria.

Safatle (2023) considera uma aberração epistêmica o que tem acontecido no campo da saúde mental. Ele considera que a ciência psiquiátrica teria passado por um desenvolvimento anômalo nos últimos anos, sobretudo a partir do lançamento do *DSM*, em 1952, o qual continha 128 categorias para a descrição de modalidades de sofrimento psíquico. O que chama atenção é que sessenta anos depois, em 2013, a versão do *DSM-V* passou a conter 541 modalidades de transtornos mentais.

³⁶ No original, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, que em português significa Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e CID é a abreviação de Classificação Internacional de Doenças, um sistema de códigos que identifica doenças, lesões e causas de morte.

Para Safatle (2023), não existe uma revolução científica que explique esse desenvolvimento anômalo impressionante. Desse modo, o mesmo busca interpretar tal fenômeno mais como uma forma de extensão das tecnologias de intervenção sobre os corpos e desejos, por meio de procedimentos de patologização, do que como um desenvolvimento científico propriamente dito.

Pois bem, a depender dos critérios utilizados, a Psicanálise pode não ser muito bem aceita do ponto de vista social. Isso porque ela não vai aderir automaticamente a determinados valores e ideais predominantes no meio social, como, por exemplo, a produtividade. Não que a Psicanálise se posicione contra a produtividade, mas não a toma como um ideal acima de todas as coisas, como um valor geral e ilimitado (Beer, 2023).

Paulo Beer (2023), por exemplo, questiona a forte tendência à medicalização da subjetividade no contemporâneo recorrendo às teses do sociólogo Nikolas Rose, para quem a identidade e as relações humanas têm sido moldadas, nas últimas décadas e em larga medida, pela indústria farmacêutica e pela psicofarmacologização da existência.

Safatle (2023) segue o mesmo fio condutor e expõe o excesso de farmacologização do ser humano e os profundos problemas que a guinada farmacológica da psiquiatria contemporânea tem produzido. Ele cita, por exemplo, estudos desenvolvidos por Michael Hengartner e Martin Plöderl, publicados na revista *Psychotherapy and Psychosomatics*, nos quais os autores apresentam resultados de que adultos começando tratamento com antidepressivos para tratar a depressão têm 2,5 mais chances de cometer suicídio do que aqueles que se servem de placebos. É importante que ocorra a replicação desse estudo, mas é algo que não deixa de ser preocupante.

Veras (2023) destaca, justamente nessa linha de denúncia de Safatle, a aliança entre as neurociências, psiquiatria, as TCCs e a indústria farmacêutica, que, com diagnósticos duvidosos, fizeram com que mais de 10 milhões de crianças nos EUA tenham tomado Ritalina em 2012, no auge do *boom* do diagnóstico de TDAH naquele país.

Não se trata aqui de negar avanços em quaisquer abordagens científicas ou práticas de saúde mental que sejam, mas de se questionar os usos, por vezes automáticos, do título de científico para justificar ideais morais, valores que se pretendem universais, sem avaliar criticamente algumas das consequências desse uso. Referenciada a partir desse padrão, a Psicanálise pode realmente não se ajustar ao “parâmetro de ouro” defendido por certos modelos de ciência, como intentam Pasternak e Orsi.

3.1.3 Negação de evidências científicas da Psicanálise

Consideramos que a subseção em destaque é a mais densa do capítulo, pois trata do ponto central da crítica de Pasternak-Orsi à Psicanálise. Um dos reiterados ataques à Psicanálise no livro *Que bobagem* e em artigos do IQC refere-se à consideração de que a Psicanálise não apresentaria evidências científicas de eficácia clínica ou de conceitos teóricos que fundamentam sua teoria. Para Dunker e Iannini (2023), isso culminaria, no contexto de divulgação científica, na falácia de que “se não existem evidências, então a evidência é negativa”.

Aqui é importante, antes de tudo, destacar a complexidade de uma concepção de ciências não só baseada, mas “[...] calcada numa hipertrofia do valor epistemológico da evidência” (Dunker; Iannini, 2023, p. 34). Para estes pesquisadores, uma das consequências desse excesso de valorização da evidência levaria a uma possível desqualificação não só da Psicanálise, mas também de outros campos que seriam dificilmente qualificados como absurdos por Pasternak-Orsi, como, por exemplo, a física quântica.

A noção de evidência³⁷ e a produção científica “baseada em evidências” parecem ter ganho um caráter inequívoco e naturalizado, enquanto valores hegemônicos quando se discute sobre pesquisas, sobre a produção de conhecimento válido, ou como critério de demarcação científica. No entanto, mesmo considerando a relevância de se pensar em critérios de evidência no contexto epistemológico da justificação, nos soa estranha tal naturalização.

É como se nessa noção, ao se pretender natural e evidente em si mesma, estivesse implícita a ideia de um critério neutro, inquestionável e descolado de uma perspectiva que a considera como o produto de uma escolha social, humana e, portanto, também política.

Para Dunker e Iannini (2023), na filosofia da ciência atual se ampliou o problema da demarcação original. Antes baseado no tudo ou nada (ciência/ não ciência de acordo com critérios universais) agora aposta-se mais no diferencial, ou seja, naquilo que se apresenta como mais ou menos científico, segundo critérios de inclusão mais numerosos e diversificados.

Tais critérios, segundo esses autores, ganharam projeção em função da grande quantidade de dados gerados em ciências, principalmente no ramo da saúde, e da necessidade

³⁷ Edward Erwin, segundo Beer (2017), entende que o valor de uma teoria, sua capacidade explicativa, sempre é estabelecido em relação a alguma definição de verdade. Uma teoria só é verdadeira se tiver algum grau de verdade, de modo que ele desloca a questão da validade, da veracidade de uma proposição para a existência de evidências, ou seja, considera que uma proposição é verdadeira caso haja evidências de que ela e não outra é verdadeira. Erwin propõe, portanto, uma divisão entre evidência em si (evidência básica) e evidência derivada. A primeira é aquela que se sustenta por si mesma, uma hipótese, uma espécie de acordo no qual certos tipos de evidências se aproximariam mais do fato em si. Toda evidência que não é evidência em si seria considerada evidência derivada.

de organizá-los e classificá-los. Em função disso, os investimentos em pesquisas passaram a ficar condicionados àqueles que definem o que é a ciência.

Dentre esses critérios para a inclusão no território da ciência, Dunker e Iannini (2023) mencionam: publicações em revistas com maior classificação na hierarquia das publicações científicas (hierarquia criada e alimentada pelas próprias revistas), fator de impacto do número de citações geradas, parâmetro de verificação da estratégia PICO,³⁸ metanálises, revisões integrativas e hierarquia de evidências.

Clarice Ferreira (2021)³⁹, citada por Dunker e Iannini (2023), apresenta uma pirâmide de evidências dos critérios que as colocariam mais próximas ao ideal da ciência. Nessa pirâmide as revisões sistemáticas e metanálises seriam as evidências mais fortes, seguidas por ensaios clínicos randomizados; ensaios não randomizados; estudos de coorte; estudos de caso-controle; séries de casos clínicos; relatos de casos clínicos; editoriais; capítulos de livros e, por fim, revisões e narrativas e artigos de opinião.

Esse tipo de postulação de critérios cria subdivisões no campo científico e, por conseguinte, através dessa lógica, a tendência é que áreas que antes conseguiam se justificar epistemologicamente possam ser rebaixadas para uma categoria inferior nesses novos critérios. Tais campos, em uma perspectiva de concorrência por recursos públicos para pesquisa, também podem encolher e serem excluídos de políticas públicas (Dunker; Iannini, 2023).

Ora, esse é exatamente o objetivo do Instituto Questão de Ciência, conforme verificamos no capítulo anterior, pois estabelecer o que é e o que não é ciência contribuiria com a suposta justificativa de melhor uso de recursos públicos.

No tocante à Psicanálise, observa-se que a ideia central de que ela não apresenta evidências é um tanto complexa, porque envolve diferentes nuances e, em função destas, as respostas a Pasternak-Orsi podem ocorrer de pelo menos três formas: 1) Através da exposição de resultados de pesquisas, de dados que mostrem que a Psicanálise possui evidências de eficácia clínica, mesmo partindo dos parâmetros predominantes e “ditados” pelo modelo *padrão* de ciência, conforme preconizado por Pasternak-Orsi. Isto é, mesmo jogando no campo do “inimigo”, a Psicanálise apresentaria resultados positivos de efetividade clínica.

³⁸ Acrônimo de *Patient, Intervention, Comparison and Outcomes*. PICO é uma estratégia de prática baseada em evidências voltada para área clínica em relação aos cuidados, ensino e pesquisa. Santos *et al.* (2007) o consideram fundamental na busca de evidências em pesquisas bibliográficas. Cf.: SANTOS, C. M. C. *et al.* The pico strategy for the research question construction and evidence search. **Revista latino-americana de Enfermagem**, n. 15, v. 3, p. 508-511, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/cfknnz8mvsqvjz37z77pfsy>.

³⁹ FERREIRA, Clarice. **Como saber se uma prática é baseada em evidências?** Belo Horizonte: Sapiens Instituto de Psicologia, 2021.

Um segundo posicionamento trata de demonstrar, por meios extraclínicos — sobretudo de forma empírica —, conceitos que justificam a prática e fundamentam a teoria psicanalítica. Por fim, um terceiro modo de responder a esse enunciado de Pasternak-Orsi consiste em se questionar a racionalidade científica que determinaria o que é ou não uma evidência válida, bem como a apresentação de uma forma própria de validação de achados da Psicanálise.

3.1.4. Evidências de eficácia clínica da Psicanálise a partir do “padrão-ouro” da ciência

No que concerne a essa primeira forma de resposta, Rogério Lerner (2023) assinala que, mesmo que Pasternak-Orsi (2023) apresentem, na introdução do livro *Que bobagem*, que a discussão que sustentariam seguiria os padrões da ciência, eles não fornecem evidências de terem seguido esse preceito no capítulo sobre Psicanálise. Isso porque, ao contrário do que afirmam, há diversos estudos randomizados controlados com duplo cego e tratamento estatístico de dados que demonstram a eficácia clínica da Psicanálise e de psicoterapias psicodinâmicas.

Ribeiro e Pereira (2023), por exemplo, afirmam que na prestigiada base de dados *Cochrane Library* há pelo menos 670 pesquisas sobre a rubrica “psicoterapias dinâmicas” entre 2000 e 2023, sendo 188 especificamente dedicadas aos estudos de eficácia desses tratamentos. Leite, Vasconcelos e Couto (2023) seguem a mesma tendência e indicam que, de 1967 até 2022, existem mais de 200 estudos randomizados controlados envolvendo a Psicanálise, entre os quais mais de 120 artigos publicados apenas nos últimos dez anos.

A partir de 2010 houve um nítido crescimento de publicações que confirmam que a Psicanálise e terapias de base psicanalíticas são eficazes para o tratamento de transtornos mentais. Porém, antes de se apresentar um resumo de alguns deles, é válido frisar, em consonância com Dunker e Iannini (2023), dois aspectos sobre a temática da eficácia terapêutica da Psicanálise.

Uma deles é justamente o modo como se deve compreender a questão das evidências em um sentido próprio e admissível para a Psicanálise, a segunda é a necessidade e a dificuldade de se definir o que é Psicanálise e separar seu princípio ativo de cura, para que possa ser mensurável em pesquisas empíricas.

A primeira nuance é considerada como crucial por muitos psicanalistas para que a Psicanálise busque sustentar sua singularidade no campo das ciências, mas que não será desdobrada nesse momento. Quanto ao segundo matiz, relacionado à uma definição de Psicanálise na sua relação com as psicoterapias, Dunker e Iannini (2023) entendem que muitos

psicanalistas não a reduziram a uma forma de terapia, pois, além de ser considerada uma psicoterapia, a invenção de Freud pode também ser concebida como prática ética de cura ou uma variante do método clínico com semiologia diagnóstica e etiologia ligadas à linguagem.

Nesse sentido, esses autores compreendem que uma forma de enfrentar esse problema de definição entre Psicanálise e psicoterapias (sobretudo, em relação às psicoterapias psicodinâmicas) é o estabelecimento de uma metodologia de definição da relação entre esses dois campos a partir de uma menor ou maior presença de referências psicanalíticas nas práticas que as caracterizam. Isso ajudaria, inclusive, a compreender os graus de distanciamento e proximidade entre abordagem *x* ou *y*.

Essa espécie de conceituação operacional expressaria, por analogia, mais ou menos o grau de um “princípio ativo” diluído nas diversas formas de psicoterapia em que ele estaria mais concentrado na Psicanálise (ainda que um grau de pureza total seja algo apenas conjectural, ideal), como argumentam os autores. Esse princípio ativo, grosso modo, relaciona-se com as características “pessoais” e específicas desenvolvidas na apropriação/efetuação da abordagem pelo terapeuta, como ele maneja isso no trabalho com o paciente e como isso repercute neste. Ao nosso ver, o princípio ativo seria, em grande medida, a ocorrência e o manejo da transferência com o paciente.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que as pesquisas sobre eficácia não comparam as práticas elas mesmas (kleiniana, lacaniana), mas suas versões feitas em “laboratório”, para fins de estudos (Dunker; Iannini, 2023).

Seguindo esse modo de definição, haveria, para Dunker e Iannini (2023), quatro grupos de práticas: as psicoterapias psicodinâmicas de curto prazo, as psicoterapias psicodinâmicas de longo prazo (LTTP), as psicoterapias psicanalíticas e a Psicanálise. As duas primeiras, de acordo com eles, se desenvolveriam a partir de intervenções interpretativas, que objetivam melhorar a percepção dos pacientes sobre conflitos repetitivos na base de seus problemas; por intervenções de apoio; para o fortalecimento de habilidades temporariamente inacessíveis aos pacientes, em razão de estresse agudo, ou insuficientemente desenvolvidas e se desenrolando através da relação terapêutica.

Na psicoterapia psicanalítica, por sua vez, haveria o encontro face a face, sua frequência não seria maior que duas sessões por semana e sua técnica seria focada na interpretação e no apoio, com o objetivo de redução de sintomas e a melhoria na qualidade de vida e no funcionamento social, como indicam Dunker e Iannini (2023). As mudanças devem ser duradouras, tanto para o enfrentamento de problemas da vida como para melhor aproveitamento do potencial pessoal diante de oportunidades.

Já na Psicanálise propriamente dita, a frequência de sessões seria de, pelo menos, três vezes por semana, a técnica envolve o uso do divã para o favorecimento da ocorrência das regras básicas de funcionamento e, ainda, conforme apresentam Dunker e Iannini (2023), o objetivo principal visa uma mudança estrutural do sujeito, de sua personalidade, em prol de um desenvolvimento de um eu coeso, adulto e integrado. Entendemos que esses autores elencam tais diretrizes em termos de ideais a serem perseguidos, até mesmo porque na Psicanálise o sujeito é dividido, por princípio, e o infantil não se deixa suplantado por completo na subjetividade adulta.

Com essa contextualização das pesquisas sobre a eficácia de tratamento em Psicanálise, vamos, agora, para alguns dados de pesquisas mostrados por Lerner (2023), Dunker e Iannini (2023) e outros pesquisadores, referentes à eficácia da Psicanálise e das psicoterapias psicodinâmicas, seguindo as diretrizes metodológicas tomadas como dominantes na ciência.

Dunker e Iannini (2023) mencionam que, mesmo antes de um conjunto mais sólido de pesquisas — que ocorreram a partir dos anos dois mil —, Rolf Sandell e colaboradores⁴⁰ já haviam realizado pesquisa longitudinal na Suécia, entre os anos de 1988 e 1996. Essa pesquisa teve por objetivo avaliar se seria adequado às políticas públicas de saúde no âmbito do Estado o financiamento de tratamentos psicanalíticos de longa duração. Isto é, uma “preocupação” similar a que defendem os membros do IQC.

Nessa pesquisa, 1500 pessoas diagnosticadas a partir de categorias do DSM-IV foram divididas em três grupos: o daquelas que recebiam tratamento psicanalítico, o das que estavam em acompanhamento de psicoterapia psicodinâmica de longa duração (LTPP) e o daquelas em fila de espera. De modo geral, os casos eram considerados graves e a situação dos pacientes ao longo do estudo era monitorada em termos de qualidade de vida, profissão e saúde, através de escalas de avaliação de adaptação social e senso de coerência (Dunker; Iannini, 2023).

Esse monitoramento era repetido anualmente e os fatores em questão eram ponderados contra a presença de eventos e de mudanças extra terapêuticas. Além disso, conforme explicitam Dunker e Iannini (2023), considerou-se o perfil dos terapeutas envolvidos na pesquisa e suas concepções clínicas. Os psicanalistas eram filiados à Sociedade Sueca de Psicanálise, que, por sua vez, era vinculada à Associação Internacional de Psicanálise (IPA). Estes eram mais velhos e mais experientes que os psicoterapeutas, os quais eram formados pelo Centro Nacional de Saúde Mental. Estes tinham mais experiências de trabalho em instituições do que os psicanalistas e em 95% deles a orientação psicanalítica era forte ou bem forte.

⁴⁰ SANDELL, Rolf. *et al.* **Diferença de resultados a longo prazo entre pacientes de psicanálise e psicoterapia.** Livro anual de psicanálise, XVI, 2002, p. 259-280.

Em resumo, os resultados indicaram os seguintes achados: eficácia geral considerada alta na Psicanálise e mediana na psicoterapia psicodinâmica; níveis equivalentes de adaptação social entre ambas; uma melhoria na passagem de níveis clínicos para o subclínico dos pacientes nas duas formas de abordagem. Além disso, também se constatou maior senso de coerência e bem-estar nos pacientes submetidos à Psicanálise em relação àqueles de psicoterapia (Dunker; Iannini, 2023).

Outros indicadores dessa pesquisa demonstraram que a combinação de sessões semanais mais frequentes e maior duração do tratamento resultava em maior eficácia. Ademais, quanto mais tempo de análise ou psicoterapia pessoal haviam passado os clínicos e quanto mais tempo tinham dedicado à supervisão, mais importantes eram os resultados dos tratamentos.

Outro dado relevante encontrado nessa pesquisa é que quanto mais o profissional entendia sua prática como um trabalho artístico e menos como atuação científica, melhores eram os resultados. Esse último dado é importante, pois pode causar um estranhamento naqueles que defendem as evidências científicas ou a formação científica do terapeuta acima de tudo. Ironicamente, por meio da ciência, se aponta a ideia de que a eficácia do tratamento clínico tem melhores resultados quando a atuação de terapeuta é mais encarada como artística e menos como científica.

Em autoavaliação pós-tratamento, na referida pesquisa, os dois grupos indicaram melhoria na situação de bem-estar e redução dos sintomas, mas com maior taxa de absenteísmo laboral e aumento no uso dos serviços de saúde e seguro social. Finalmente, segundo Dunker e Iannini (2023), os piores resultados na curva de evolução dos pacientes encontraram-se entre os terapeutas que conduziam o tratamento de maneira psicanalítica pouco adequada, sem formação específica ou sem ter passado por supervisão adequada.

Esse destaque chama a atenção, pois consideramos necessário maior cuidado em relação ao que o expressam Pasternak e Orsi (2023), quando colocam que alguns resultados positivos de psicoterapias psicodinâmicas podem ser provenientes ou estariam centrados na personalidade, em características pessoais do terapeuta. Como alertam Dunker e Iannini (2023), parece não ter passado pela cabeça desses autores que tais habilidades poderiam ser treinadas a partir do processo de formação dos profissionais atuantes em saúde mental.

Dando continuidade, Dunker e Iannini (2023) apresentam uma evolução dos estudos dos pesquisadores alemães Falk Leichsenring e Sven Rabung⁴¹, os quais publicaram,

⁴¹ LEICHSENRING, Falk; RABUNG, Sven. Effectiveness of long-term Psychodynamic Psychotherapy: a Meta-Analysis. **Jama**, v. 300, n. 13, p. 1551-1565, 2008.

inicialmente, uma metanálise (2008) na qual mostravam resultados superiores das LTPPs e da Psicanálise, quando comparadas outras formas de psicoterapia.

Essa pesquisa mostrou índices significativamente mais elevados das LTPPs em termos de eficácia global, problemas-alvo e funcionamento da personalidade, quando comparadas a formas mais curtas de psicoterapia, assim como efeitos significativos e estáveis em relação a vários transtornos mentais complexos.

Esses resultados de Leichsenring e Rabung, segundo Dunker e Iannini (2023), foram questionados por Kriston *et al.*⁴², em função das técnicas estatísticas que teriam sido utilizadas pelos primeiros. A partir do questionamento, os autores alemães refizeram a metanálise original, aumentando a qualidade dos critérios metodológicos em nova publicação de 2011. Desta vez incluindo na metanálise dez estudos e explicitando melhor os critérios de inclusão, como: a duração de pelo menos um ano ou cinquenta sessões de terapia, condições de comparação ativa, projeto prospectivo, medidas de resultados confiáveis e validadas, e tratamentos encerrados. Os resultados mostraram efeitos favoráveis às LTPPs em relação a formas menos intensivas de psicoterapia.

Apesar desses resultados e de outras pesquisas, por meio de ensaios controlados e randomizados, que apoiavam a eficácia das psicoterapias psicodinâmicas, os autores alemães continuaram sendo contestados sobre supostas fragilidades de seus estudos. Evidências favoráveis às psicoterapias psicodinâmicas continuaram a ser ignoradas ou apresentadas de forma distorcida, de acordo com o que declaram Dunker e Iannini (2023).

Já em 2012, Smit *et al.*⁴³ realizaram uma análise crítica dessa metanálise da dupla alemã, com o objetivo de avaliar a estabilidade das metanálises anteriores e, para tanto, incluíram estudos que não faziam parte das pesquisas anteriores, como assinalam Dunker e Iannini (2023).

Em virtude de diferentes critérios de inclusão, a metanálise de Smit *et al.* comparou as psicoterapias psicodinâmicas de longo prazo a outras formas de psicoterapia de longo prazo, demonstrando que as psicoterapias dinâmicas são tão eficazes quanto outras de longa duração. Reforçou-se ainda a ideia de que as LTPPs são significativamente superiores a formas mais curtas de terapia, no tocante aos transtornos mentais complexos, confirmando os resultados de metanálises anteriores (Dunker; Iannini, 2023).

⁴² KRISTON, Levente; HÖLZEL, Lars; HÄRTER, Martin. Analyzing Effectiveness of Long-term Psychodynamic Psychotherapy. *Jama*, v. 301, n. 9, p. 930-933, [s.d.].

⁴³ SMIT, Yolba. *et al.* The effectiveness of Long-Term Psychoanalytic Psychotherapy: A Meta-Analysis of Randomized Controlled Trials. *Clinical Psychology Review*, v. 32, n. 2, p. 81-92, 2012.

Lerner (2023) apresenta uma revisão de literatura de 2015 publicada por Kivlighan *et al.* (2015)⁴⁴, na qual demonstraram que os ensaios clínicos randomizados controlados feitos com psicoterapia psicodinâmica são tão bem orientados metodologicamente quanto ensaios semelhantes realizados com terapia cognitivo comportamental. Concluiu-se que não existem diferenças significativas na eficácia, magnitude e duração do efeito a longo prazo entre essas duas modalidades de psicoterapia.

Leichsenring *et al.* (2015)⁴⁵, também citados por Lerner (2023), publicaram uma revisão sistemática na revista *Lancet Psychiatry*. Essa publicação, segundo Rogério Lerner (2023), apresentava uma a revisão da descrição de requisitos metodológicos de provas de eficácia, bem como resumia evidências relativas ao uso de psicoterapia psicodinâmica no tratamento de transtornos mentais.

Esses autores, citados por Lerner (2023), fizeram uma busca sistemática usando os seguintes critérios para filtrar os melhores trabalhos (de acordo com o que se supõe serem os critérios de melhor evidência): ensaio controlado randomizado de PDT (terapia psicodinâmica); uso de manuais de tratamento ou diretrizes semelhantes a manuais; uso de medidas confiáveis e válidas para diagnóstico e resultado; tratamento de adultos para problemas mentais específicos.

Segundo Lerner (2023), eles encontraram 64 ensaios clínicos randomizados que forneciam evidências de eficácia da psicoterapia psicodinâmica para transtornos mentais comuns e não se evidenciaram diferenças substanciais entre as psicoterapias psicodinâmicas e as Terapias Cognitivo Comportamentais, em termos de eficácia.

Essas informações foram corroboradas por outras pesquisas, mas, ainda assim, Lerner (2023) ressalta a necessidade de mais estudos randomizados para alguns distúrbios mentais, dentre eles os transtornos obsessivos compulsivos e de estresse pós-traumático.

Dunker e Iannini (2023) continuam uma apresentação progressiva de estudos mais recentes sobre a eficácia da Psicanálise. Eles citam uma metanálise publicada em 2017, composta de análises estatísticas de 23 estudos controlados e randomizadas com 2.751 pacientes, conduzida por Christiane Steinert *et al.*⁴⁶, que sugeriu robusta equivalência de

⁴⁴ KIVLIGHAN, D. *et al.* The enduring effects of psychodynamic treatments vis-à-vis alternative treatments: A multilevel longitudinal meta-analysis. **Clinical Psychology Review**, v. 40, p. 1-14, 2015.

⁴⁵ LEICHSENRING, F. *et al.* Psychodynamic therapy meets evidence-based medicine: a systematic review using updated criteria. **Lancet Psychiatry**, v. 2, n. 7, p. 648-660, jul. 2015. Disponível em: [http://www.10.1016/S2215-0366\(15\)00155-8](http://www.10.1016/S2215-0366(15)00155-8).

⁴⁶ Steinert, Christiane. *et al.* Psychodynamic Therapy: As Efficacious as Other Empirically Supported Treatments? A Meta-Analysis Testing Equivalence of Outcomes. **American Journal of Psychiatry**, v. 174, n. 10, p. 943-953, 2017.

evidências entre terapias psicodinâmicas e outros tratamentos de eficácia comprovada quanto a sintomas alvo.

Já em 2019, Cristian Woll e Felix Schonbrodt⁴⁷ realizaram uma reanálise estatística dos estudos de Falk Leichsring *et al.*⁴⁸ e encontraram resultados que fortalecem a eficácia de LTPPS no tratamento de transtornos mentais complexos (Dunker; Iannini, 2023).

Por fim, uma revisão sistemática de 2023 de Leichsring *et al.*⁴⁹, citada por Dunker e Iannini (2023), bem como por Pereira e Ribeiro (2023), traz dados das psicoterapias psicodinâmicas para transtornos mentais comuns em adultos com base no modelo de tratamentos empiricamente sustentados.

Analizando-se as metanálises de ensaios clínicos aleatórios, os resultados mostraram evidências de alta qualidade desse tipo de psicoterapia em relação a transtornos depressivos e de sintomas somáticos, bem como evidências de qualidade moderada nos transtornos de ansiedade e de personalidade. Os dados apontam ainda que as psicoterapias psicodinâmicas são superiores às condições de controle ativas (placebo) e inativas (pessoas sem tratamento) na redução de sintomas alvos (Dunker; Iannini, 2023).

Esse modelo de pesquisa gera um tipo de classificação ligada à qualidade do tratamento e indica um tipo de recomendação conforme essa qualidade. Entre os escores “muito forte”, “forte” ou “fraca”, as psicoterapias psicodinâmicas obtiveram recomendação “forte” de tratamento, conforme assinalam Pereira e Ribeiro (2023) e Dunker e Iannini (2023). Sendo assim, as terapias psicodinâmicas (PDTs) são uma opção apropriada para o tratamento dos transtornos mentais já citados, ao mesmo tempo que é um tipo de psicoterapia baseada em evidências.

Desse modo, nos soa preciso o comentário de Lerner (2023) a respeito do texto de Pasternak-Orsi (2023), pois, segundo ele:

O texto do casal incorre também num erro de longa data que, infelizmente, ainda é comum e resulta em desinformação: a ideia de que “psicólogos que se dedicam à pesquisa científica e mesmo inúmeros psicoterapeutas que buscam basear suas práticas em boas evidências científicas adotam a Terapia Cognitivo-Comportamental (Lerner, 2023).

⁴⁷ WOLL, Christian; SCHÖNBRODT, Felix. A Series of Meta-Analytic Tests of the Efficacy of Long-Term Psychoanalytic Psychotherapy. **European Psychologist**, v. 25, n. 1, p. 1-22, dez. 2019.

⁴⁸ LEICHSENRING, F. *et al.*, *op. cit.*

⁴⁹ LEICHSENRING, F. *et al.* The Status of Psychodynamic Psychotherapy as an Empirically Supported treatment for common Mental Disorders: An Umbrella Review based on Updated Criteria. **World Psychiatry**, v. 22, n. 2, p. 286-304, [s.d.].

Colocar apenas as TCCs no grupo de práticas baseadas em boas evidências científicas e taxar a Psicanálise como pseudociência, como afirma Lerner (2023), é uma concepção equivocada, binária e maniqueísta que não se baseia em evidências. A apresentação de dados acima mostra que a Psicanálise possui resultados positivos de eficácia baseados em evidência, portanto, não é compreensível o negacionismo de Pasternak-Orsi quanto a estas. Isso leva a crer, como salientam diversos autores, na existência de um viés de análise por parte do casal, no que tange a esse aspecto.

3.2 Evidências extraclínicas de conceitos/teorias da Psicanálise

No tópico anterior, nos concentramos em pesquisas empíricas que demonstram a eficácia da Psicanálise para além do relato de caso clínico, considerado de baixa confiabilidade pelos detratores da Psicanálise. O momento agora consiste em elencar evidências extraclínicas, também empíricas, a respeito de conceitos, de fundamentos teóricos da teoria psicanalítica ou mesmo demonstrações de mudanças promovidas pela clínica.

Nessa diretriz, Rogério Lerner (2023), professor da disciplina *Ensaio Clínicos Randomizados e Estudos Neurocientíficos na Produção de Evidências em Psicanálise* do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), rebate um entendimento de Pasternak-Orsi (2023) sobre a falta de evidências da Psicanálise. Para estes, tal falta de evidências estaria ligada a uma concepção do funcionamento mental da Psicanálise, que não encontraria fundamentação no conhecimento neurocientífico atual.

3.2.1 Neurociências e Psicanálise: algumas pontes de validação extraclínica

De acordo com Lerner (2023), as articulações entre neurociências e Psicanálise não só existem como são frutíferas, desmentindo, assim, o posicionamento desses críticos:

Gostaria apenas de salientar que há diversos neurocientistas importantes não referidos pelo casal (Pasternak – Orsi) como Karl Friston, Robin Carhart-Harris, Richard Lane, Pierre Magistretti, Antônio Damásio, Jaak Panksepp e Mark Solms que têm trabalhado em articulações, de diferentes maneiras, entre achados em neurociências e considerações freudianas sobre o funcionamento mental (Lerner, 2023).

Pois bem, sabe-se que as relações entre Neurociências e Psicanálise não são uniformes e nem sempre são tomadas como fecundas, de fato. Por se tratarem de campos complexos, com

divisões internas, ou mesmo pela densidade de questões que recobrem, dificilmente se encontraria homogeneidade nessas relações. O debate tem raízes desde os primeiros trabalhos de Freud⁵⁰, mas comporta novas cenas a partir dos anos de 1980, por conta de novas descobertas no campo das neurociências e sua maior expressão no meio social.

Sobre os tipos de interação entre esses dois campos, Davidovich e Winograd (2010), a partir de contribuição de trabalhos de Benilton Bezerra Júnior, elencam três posicionamentos, contribuindo para um mapeamento do debate. Já Caus e Batista (2021) fazem uma revisão sistemática na literatura brasileira acerca da interface Psicanálise/neurociências.

No primeiro agrupamento, denominado *hibridação*, a conciliação da Psicanálise e das neurociências se daria através de um novo campo de saber, a neuropsicanálise. O segundo bloco de posicionamento refere-se ao *isolamento* ou impossibilidade de diálogo entres esses dois campos, por se compreender que não há condições epistemológicas para nenhum tipo de discussão, o que impossibilitaria qualquer forma de contato entre os saberes em questão (Davidovich; Winograd, 2010).

Já o terceiro agrupamento, como analisam as autoras em foco, se caracterizaria pela *interlocução*, isto é, pelo compartilhamento do ponto de vista dos pesquisadores de não acreditarem nem na hibridação nem na impossibilidade de diálogo, mas sim de se pensar na proficuidade de pesquisas interdisciplinares, mantendo-se as especificidades metodológicas e epistemológicas de cada domínio.

Os diferentes posicionamentos acerca das relações entre Psicanálise e Neurociências e os modelos de psiquismos aí envolvidos, por si, desmentem a afirmação fácil de Pasternak e Orsi (2023). Embora interessante, a exploração do vasto universo de conexões entre esses dois domínios não é o foco deste trabalho, de modo que nos cabe apenas circunscrever alguns pontos de ancoragem, pesquisas que denotam a possibilidade de comprovação de construtos psicanalíticos a partir das neurociências.

Uma revisão de literatura de Weingarten e Strauman (2015)⁵¹, citada por Lerner (2023), por exemplo, aborda a associação entre resultados de psicoterapia (dentre elas as psicodinâmicas) e neuroimagens. Nela, os pesquisadores concluíram a existência de mudanças cerebrais (ativação cerebral, fluxo sanguíneo, metabolismo da glicose, funções da serotonina e dopamina), quando da comparação entre o antes e o depois das terapias.

⁵⁰ Principalmente nas publicações pré-psicanalíticas, que são mais fortemente marcadas pela formação de Freud em Neuropatologia.

⁵¹ WEINGARTEN, C. P.; STRAUMAN, T. J. Neuroimaging for psychotherapy research: current trends. **Psychother Res.**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 2015. Disponível em: <http://www.10.1080/10503307.2014.883088>.

Mario Eduardo Costa Pereira, psiquiatra, psicanalista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em debate com Carlos Orsi promovido pela TV Unicamp⁵², cita, nos parâmetros defendido por Pasternak e Orsi, artigo publicado em 2004 na revista *Science*, no qual se defende o conceito de repressão (recalque) a partir de achados da neurobiologia. Esse ponto é importante porque no livro de Pasternak Orsi o conceito de repressão é acusado de não formulável, falseável.

Nessa pesquisa, a partir do uso de métodos de imagens funcionais, conseguiu-se rastrear atividade cerebral, sistemas neuronais de memórias não desejadas mantidas fora da consciência. Essas memórias foram associadas ao aumento da ativação no córtex pré-frontal, reduzida atividade hipocampal, e à redução de retenção de outras memórias. Tais resultados confirmariam um processo ativo de esquecimento estabelecido por um modelo neurobiológico do esquecimento motivado.

Pereira (2023) também cita artigo⁵³ publicado na revista *Schizophrenia*, vinculada à revista *Nature*, do qual um dos autores é o neurocientista brasileiro Sidarta Ribeiro⁵⁴. Nesse artigo, partiu-se de uma modelização de preditor de psicose a partir de rupturas, de desorganização da fala e da gramática, similar à concepção Lacaniana em relação à estruturação de linguagem nas psicoses.

No referido estudo, os pesquisadores elaboraram o modelo matemático do paciente, a partir de um primeiro surto, em seguida solicitaram que esse paciente relatasse um sonho, então o programa lógico-matemático identificava passagens desse discurso sobre o sonho. O programa, então, emitiria um diagnóstico e seis meses depois, uma equipe independente verificaria o diagnóstico dado. Constatou-se que programa conseguiu acertar o diagnóstico em 65% dos casos no grupo teste, já no grupo controle o valor encontrado foi de cinco por cento.

No ano de 2016, uma das capas da revista *Nature* foi estampada por uma pesquisa de Jack Gallant⁵⁵, o principal grupo de pesquisa de neurociências aplicadas da Universidade Berkeley. Segundo Pereira (2023), essa pesquisa abordava a ocorrência da função semântica no

⁵² TV UNICAMP. Carlos Orsi, coautor de "Que bobagem!", debate com o psicanalista Mário Eduardo Costa Pereira. Youtube, 10 de agosto de 2023. 49 min 02 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eHmn2zcjyZc>. Acesso em 14 de agosto de 2024.

⁵³ MOTA, N. B.; COPELL, I. M.; RIBEIRO, S. Thought disorder measured as random speech structure classifies negative symptoms and schizophrenia diagnosis 6 months in advance. *Nature Schizophr.*, v. 13, n. 3, p. 18, 2017. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41537-017-0019-3>.

⁵⁴ Sidarta Ribeiro é um neurocientista de renome nacional e internacional, possui vários estudos sobre a estrutura discursiva em que se inspira na teoria psicanalítica. Também cabe lembrar seu excelente trabalho *O oráculo da noite: a história e a ciência dos sonhos*, no qual não deixa de destacar a importância das ideias de Freud e de Jung no estudo sobre os sonhos.

⁵⁵ HUTH, A. G. *et al.* Natural speech reveals the semantic maps that tile human cerebral cortex. *Nature*, v. 532, n. 7600, p. 453-458, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature17637>.

cérebro, ou seja, como funcionaria, no cérebro, o processamento de algo que viesse a ter significação para uma pessoa. Resultados dessa pesquisa vieram ao encontro do que propunha Freud no seu estudo sobre as afasias, quando enfatizava a multiplicidade de significações que um objeto poderia gerar para uma pessoa e não apenas uma única associação fixa, por exemplo.

Na pesquisa de Gallant, através do uso de ressonância magnética, foi constatado que determinadas associações semânticas estimulavam atividades em determinadas áreas cerebrais, similarmente ao que indicara Freud. As associações de linguagem ativavam diferentes áreas maciças do cérebro, mas, ao mesmo tempo, ocorriam caminhos preferenciais dessas associações, quando apresentado um mesmo estímulo a pessoas diferentes. Assim sendo, defendeu-se que nenhum cérebro é igual (Pereira, 2023).

Além desses achados, que estabeleceriam pontes entre a Psicanálise e as neurociências, a psicanalista Denise Salomão Goldfajn (2023) afirma que Pasternak e Orsi não pesquisaram a fundo sobre publicações que enfatizam a produção e publicização de evidências da Psicanálise.

Segundo ela, o casal desconhece a proposta da IPA, que desde os anos 1990, através de seu comitê de pesquisa, reúne e divulga pesquisas sobre a Psicanálise realizadas em diversos países, em termos conceituais, empíricos e estatísticos. Uma compilação desses trabalhos está disponível gratuitamente, sob o título *Open Door Review of Outcome and Process Studies in Psychoanalysis* (ODR-III)⁵⁶, já em sua terceira edição.

3.2.2 Críticas de Grünbaum à Psicanálise e a tentativa de saída de argumentação circular por meio de provas extraclínicas

No que se refere à validação extraclínica de conceitos/fundamentos da Psicanálise, as contribuições de Paulo Beer (2017) e Dunker e Iannini (2023) são importantes. Beer, um dos pesquisadores que prontamente respondeu ao livro *Que bobagem*, por meio de entrevistas e textos curtos, se debruça, no Brasil, sobre o a temática da ciência e da Psicanálise há mais tempo⁵⁷. Nesse sentido, a resposta a essa crítica faz parte de um debate já posto, que tem uma história e que foi escanteado por Pasternak-Orsi, que, ao não o mencionarem, enviesaram, assim, a discussão.

Paulo Beer (2017) contextualiza que os desenvolvimentos mais recentes da filosofia da ciência não passariam mais pela busca de um traço universalista do que definiria a ciência e que a distinguiria do que não é ciência, mas sim que se visaria profundidade em considerações mais

⁵⁶ Disponível no site da IPA: https://www.ipa.world/IPA_Docs/Open%20Door%20Review%20III.pdf.

⁵⁷ Publicou o livro *Psicanálise e ciência: um debate necessário* (Blucher, 2017).

delimitadas. Desse modo, os esforços não seriam para o estabelecimento de uma metaciência de referência para todas as outras, mas uma aposta na singularidade, na produção de filosofias das ciências locais.

Essa contextualização por si demonstra fragilidade no discurso de Pasternak-Orsi, pois o casal, que pretende fazer divulgação científica, sequer situa o leitor a respeito dessa atualização na discussão sobre ciência/pseudociência/não ciência, tão importante no campo da filosofia da ciência, na epistemologia.

Aqui, lembramos que, para Dunker e Iannini (2023), acaba sendo um erro considerável transpor um conceito atual de ciência para contexto e conceito do que Freud trabalhava como ciência, pois as mudanças nos critérios de pertencimento a ela implicam que a singularidade científica da Psicanálise só poderia ser compreendida considerando-se a história da ciência.

No cenário atual de valorização da produção de filosofias das ciências locais, segundo Beer (2017), a possibilidade de verificação e compreensão das teorias produzidas em determinado campo ocorre, prioritariamente, a partir de pontos externos e independentes, pois isso tem sido considerado mais adequado do que a adoção de certos ideais metodológicos generalizados.

Sobre a Psicanálise, embora reconheça a importância do posicionamento internalista, Beer (2017) também o considera limitado porque a validação interna, pautada na clínica, se mostra muito privada. Dessa maneira, para ele, a validação conceitual externa colaboraria na formalização da experiência analítica.

Esse psicanalista parte de uma discussão iniciada pelo filósofo Adolf Grünbaum⁵⁸, um dos críticos mais argutos da Psicanálise, que, nos anos 1980, apontou, de forma contundente, aquilo que considerava falhas na construção do pensamento psicanalítico, ainda que discordasse da crítica de Popper em relação a não falseabilidade da Psicanálise. Tanto Popper quanto Grünbaum são personagens centrais trazidos Pasternak-Orsi, que, no entanto, não teriam sido muito bem tratados, como assinalam Dunker e Iannini (2023).

Ao se debruçar sobre bases do pensamento analítico, Grünbaum entende que a validade da construção do pensamento freudiano, sustentada na observação clínica, não seria confiável. Como defende Beer (2017), para o filósofo das ciências norte-americano, no livro *Os fundamentos da psicanálise*⁵⁹, o argumento da adequação (*tally argument*), no qual se basearia

⁵⁸ Sobretudo no livro: GRÜNBAUM, Adolf. **The Foundations of Psychoanalysis: A Philosophical Critique**. Berkeley (EUA): University of California Press, 1984.

⁵⁹ GRÜNBAUM, Adolf. **The Foundations of Psychoanalysis: A Philosophical Critique**. Berkeley (EUA): University of California Press, 1984.

Psicanálise, indica um funcionamento circular da cura psicológica, o qual se daria pela correspondência entre as interpretações do analista e a causa dos sintomas do paciente. Devido a essa circularidade, haveria uma contaminação dos resultados, uma vez que tanto os motivos do sucesso como os de fracasso seriam autorreferidos (Beer, 2017).

Desse modo, não sendo possível o isolamento da incidência do efeito placebo na clínica psicanalítica e podendo-se supor que os efeitos terapêuticos não tenham nenhuma relação de necessidade com as explicações dadas, a clínica estaria muito vulnerável às críticas. Uma epistemologia derivada dessa clínica, conseqüentemente, não se sustentaria.

Dunker e Iannini (2023) põem em relevo que, embora Grünbaum postule as fragilidades metodológicas de formulações teóricas baseadas em casos cínicos, diferentemente de Popper, ele admitia que Freud estava aberto a ver seus conceitos e hipóteses refutados, assim como entendia haver a possibilidade e refutação da teoria psicanalítica.

Para esses autores, uma limitação em evocar Grünbaum atualmente é que ele teria se apoiado em bibliografia disponível nos anos 1970-1980 e que esse quadro mudou significativamente em favor da Psicanálise, como se verifica em publicações de pesquisas a partir dos anos 2000. Além disso, seu foco crítico ficou circunscrito à Psicanálise freudiana, não considerando a reformulação de alguns desses fundamentos, conforme proposto por Jacques Lacan, por exemplo (Dunker; Iannini, 2023).

Apesar disso, mais do que ataques massivos, juízos gerais e incontornáveis sobre a Psicanálise, como dão a entender Pasternak-Orsi, para Grünbaum, segundo Dunker e Iannini (2023), o *status* não-científico da Psicanálise estaria mais para uma convocação, com a finalidade de produção de evidências extraclínicas.

Não à toa, para Hugo Tannous Jorge (2021)⁶⁰, citado por Dunker e Iannini (2023), Grünbaum teria influenciado, implícita ou explicitamente, a divisão da comunidade psicanalítica em duas culturas radicalmente diferentes em relação à natureza e ao papel da pesquisa empírica em Psicanálise. Uma delas buscaria sustentar que esta deveria se restringir ao método de estudo de caso, e a outra, que defende que o método clínico é insuficiente, que a pesquisa em Psicanálise deveria voltar-se para a realização de experimentos.

Dunker e Iannini (2023) resumem as críticas de Grünbaum nos seguintes pontos: a descrição e explicação, dadas pela Psicanálise, sobre como acontecem a transformação dos sintomas por meio das intervenções do analista seriam logicamente contraditórias e inconsistentes. Em segundo lugar, faltariam à Psicanálise evidências de sua eficácia como

⁶⁰ JORGE, Hugo Tannous. A crítica de Grünbaum à Psicanálise. **Eleutheria**, Mato Grosso do Sul, v. 6, n. sp., 2021.

psicoterapia, como tratamento e, por fim, as hipóteses e os achados freudianos careceriam de evidências extraclínicas.

Beer (2017) detalha esses pontos do julgamento de Grünbaum e afirma que o filósofo atinge três pontos nevralgicos, interligados, dos postulados freudianos. O primeiro deles é o questionamento sobre a afirmação de que estados de angústia ativam mecanismos de repressão⁶¹. Isso porque, para Grünbaum, nem toda angústia conseguiria incitar a expulsão de estados psíquicos desprazerosos (repressão). Um segundo ponto consiste em pôr em dúvida o papel causal da repressão na produção de conflitos neuróticos patogênicos e outras formações do inconsciente. Por fim, Grünbaum é cético quanto à capacidade de a associação livre suspender as repressões e produzir os efeitos terapêuticos e investigativos.

No fim das contas, é a própria concepção de Inconsciente — essencial à Psicanálise e ligada ao conceito de repressão — que é posta em xeque por Grünbaum. O filósofo da ciência alega que não seria possível estabelecer uma explicação baseada em estatísticas capaz de identificar as particularidades dos eventos que seriam reprimidos. Além disso, sem uma comparação entre um grupo controle (de pacientes não tivessem suas repressões suspensas) e pacientes em análise para avaliar em que medida os sintomas não se modificariam sozinhos, não seria possível afirmar que o efeito da Psicanálise não se daria por conta do efeito placebo.

Os efeitos terapêuticos da Psicanálise, sua conceituação e argumentação de cura, estariam interligados e se dariam a partir de uma espécie de comunicação interpessoal entre analista e paciente. Nela, a partir da transferência, o analista percebe (interpreta) um estado mental do analisando e lhe comunica, e este, por sua vez, instrumentalizado por essa comunicação, conseguiria superar seus conflitos, sua neurose.

No entanto, uma vez que esses conceitos basilares não se justifiquem, inclusive nem para inferir dados corretos sobre o paciente, a própria concepção de clínica da Psicanálise seria bastante questionável. Para Grünbaum, o tipo de explicação acima, sem referentes externos, sem validação extraclínica, sempre estaria correndo sério risco de circularidade (Beer, 2017).

Nessa crítica, entende-se que as inferências clínicas da Psicanálise são fracas e não poderiam ser usadas como provas, apenas como indício de indução ao *poor story-telling* (contação de história pobre). De acordo com Dunker e Iannini (2023), o que Grünbaum denunciaria é que o pensamento, a argumentação psicanalítica estaria permeada de falácias,

⁶¹ Nos parece que o sentido de repressão usado pelo Grünbaum corresponderia ao conceito de recalque para algumas escolas de Psicanálise pós-freudianas. A tradição francesa, sobretudo, tem a tendência a traduzir o que os ingleses chamam de repressão por recalque.

como a falácia *post ergo propter hoc* (depois disso, logo por causa disso), a falácia da afinidade temática e a confusão entre similaridade e causalidade

Conforme ao que coloca Beer (2017), Grünbaum teria assinalado que uma tentativa de reconstrução hermenêutica da Psicanálise, tendo como base a produção teórica de Ricoeur ou Habermas, ocasionou um movimento de fechamento da Psicanálise em si mesma, em relação à busca de validação externa.

O resultado dessa tentativa teria sido negativo porque não garantiu a isenção da Psicanálise ou de psicoterapias psicodinâmicas de critérios de validação obrigatórios para hipóteses causais nas ciências empíricas, conforme leitura de Grünbaum feita por Beer (2017). Por conseguinte, esse autocentramento da Psicanálise a perpetuaria numa posição na qual não se demandaria uma correção metodológica.

Beer (2017) considera que a validação extraclínica seria a única possibilidade de mudança dessa posição. E essa questão da validação extraclínica merece um parêntese, pois tanto Beer (2017) como Iannini (2024), além de outros pesquisadores consagrado, reconhecem que tanto Freud como Lacan fizeram diversos movimentos de validação da Psicanálise através de campos externos a ela. Essa investida se deu por meio de análises de fenômenos culturais, da arte, da literatura ou mesmo discutindo-se mecanismos de organização social.

No entanto, Grünbaum, ao se debruçar apenas sob os textos clínicos e metapsicológicos de Freud, desconsidera essas investidas e compreende que a comprovação extraclínica deve ocorrer apenas por meio de evidência empírica. Beer (2017) aprofunda essa discussão, trazendo a concepção e a abordagem de evidência de Edward Erwin e sua distinção entre evidência em si e derivada, já citada anteriormente.

Erwin entende que as evidências observacionais são as melhores evidências em si. Embora isso possa ser questionado até mesmo do ponto de vista psicanalítico, Beer (2017) prefere assumir esse parâmetro da centralidade da evidência empírica como básica para desenvolver sua argumentação em favor do diálogo da Psicanálise com o campo científico.

A respeito dessa discussão sobre as evidências básicas ou derivadas, três fatores devem ser prioritários para que determinada evidência aumente a probabilidade de que uma hipótese seja verdadeira, a saber: seu o poder explanatório, sua simplicidade e a parcimônia das hipóteses. Contudo, Erwin, de acordo com Beer (2017), alerta sobre o fato de que uma hipótese pode não preencher esses requisitos e ainda assim ser escolhida, no caso de maior adequação ao fenômeno observado. Ainda que preencha tais critérios, uma evidência desse porte seria considerada derivada.

A conclusão sobre a primazia das evidências empíricas como evidências em si ou básicas se aplicaria, para Erwin, citado por Beer (2017), mesmo diante de três cenários:

- No método de inferência pela melhor explicação (sigla em inglês - IBE), no qual se considera que a hipótese que melhor explique um evento deve ser considerada como provavelmente verdadeira. Essa é uma estratégia utilizada na filosofia da ciência para explicar fatos não observáveis e confirmá-los. Contudo, essa regra não parece ser suficiente como evidência, uma vez que a melhor explicação não significa que seja a verdadeira, pois o caráter de verdade não consegue ser determinado na concorrência de hipóteses sem outras evidências, sobretudo empíricas, que possam vincular a hipótese ao evento;
- No contexto da hermenêutica, por mais que alguns casos possam estabelecer relações de significados correlativos a algum tipo de causalidade, seria um erro inferir que tais relações possam ser tratadas como evidências. Poderiam, desde que também subordinadas a evidências empíricas que demonstrassem maior probabilidade dessa relação de causalidade (Beer, 2017);
- No que diz respeito ao consenso de especialistas e a uma decisão da Associação Americana de Psicologia de equivaler os achados clínicos às evidências empíricas, Beer (2017) sublinha a discordância de Erwin quanto a isso. Primeiramente porque não seria tão simples a definição do que é um especialista e, em segundo lugar, porque não é nítida a definição do que é um relato clínico. Dessa maneira, haveria uma lacuna entre o relato clínico de um especialista e o fato desse relato ser considerado verdadeiro. Para o filósofo da ciência, o relato clínico também só poderia ser verdadeiro quando acompanhado de outras evidências.

As críticas de Grünbaum e de Erwin dão conta de uma concepção bastante delimitada de evidências, as evidências empíricas. Nessa lógica, não é suficiente que uma ideia se mostre mais interessante que outra, é preciso que se reconheça uma correlação imediata e indubitável dela com a realidade (tomada como sinônimo de empirismo). O próprio Beer (2017), na sequência de seu livro, trabalha a perspectiva de evidência e de empirismo descolada do positivismo, a saber: o realismo científico de Ian Hacking.

Por meio do direcionamento em busca de provas extraclínicas para a Psicanálise, através de evidências empíricas, Beer (2017) vai se aproximar do campo das Neurociências, por

considerar que tem ocorrido avanços no cruzamento entre a teoria psicanalítica e novos estudos neurocientíficos, como também ressalta Bezerra Jr. (2013).

Contudo, como já abordado, por não serem unívocas, as relações entre Psicanálise e Neurociências exigem cuidados para não cederem, por um lado, a uma espécie de maniqueísmo epistemológico ou metodológico que recuse, *a priori*, a possibilidade de contribuições interessantes decorrentes desse cruzamento. Por outro, se se almeja manter algum nível de especificidade de cada campo, não é recomendada a adesão automática entre esses dois.

Para Winograd (2006)⁶² existem estudos que mostram associação favorável entre esses dois campos, como pesquisas que tratam de mecanismos envolvidos na constituição da memória ou mesmo a respeito de considerações sobre a dificuldade de rememoração de conteúdos, ainda que estes já estejam inscritos mnemonicamente, por exemplo. Esse tipo de conexão tem mostrado, conforme Beer (2017), um caminho interessante, seja na validação de conceitos psicanalíticos, seja na descoberta de fenômenos a serem estudados.

É importante ressaltar que, mesmo que uma série de correlações entre esses campos possa ser estabelecida e que certos processos descritos na Psicanálise possam ser localizados no cérebro, o simples reconhecimento dos mecanismos cerebrais não necessariamente demonstra correlações satisfatórias com a teoria psicanalítica.

Esse ponto se relaciona com a crítica de Grünbaum, pois certos aspectos clínicos podem ser articulados com conceitos psicanalíticos, mas também podem estar associados a outras estruturas explicativas. Desse modo, deveria ser possível indicar traços mais aprofundados que indiquem diferenças cruciais entre o modo psicanalítico de compreensão de certos fenômenos e os modos como estes são entendidos por outras disciplinas (Beer, 2017).

Não por acaso, Beer (2017) alerta que a diferenciação entre o inconsciente freudiano e o inconsciente cognitivo mostrou-se central pra Grünbaum. Para esse filósofo, atestar a existência de conteúdos inconscientes não prova a validade do inconsciente dinâmico, como proposto por Freud. A simples localização de fenômenos ou processos inconscientes sem inferências causais não estabeleceu uma articulação sólida com a Psicanálise. Por isso o autor de *Psicanálise e ciência* destaca a relevância de trabalhos que tomam a repressão como mecanismo central de sustentação da noção de inconsciente.

Esse posicionamento de Grünbaum se manteve até 2015 e teria se modificado a partir da troca de ideias e de correspondências com o psicanalista e pesquisador em neurociências Howard Shevrin. Beer (2017) faz um recorte do diálogo entre esses autores em função da

⁶² WINOGRAD. Monah. Psicanálise, ciência cognitiva e neurociência: notas para uma interlocução sobre o corpo pensante. **Psychê** — Ano X — nº 19 — São Paulo — set-dez/2006 — p. 179-195

possibilidade de demonstração da articulação e de produção de evidências empíricas e teóricas da Psicanálise e da riqueza desse debate.

O experimento crucial de Shevrin (2013), conforme abordado por Beer (2017), constitui-se, resumidamente, da hipótese e de resultados que denotam uma correlação causal entre a experiência de sintomas conscientes que foram inibidos por ondas cerebrais de potência alfa ligadas a conflitos inconscientes subliminares.

Esse estudo não surge por geração espontânea⁶³, obviamente, e se relaciona às críticas a que a Psicanálise já vinha sendo submetida. Segundo Beer (2017), algumas dessas críticas partiam da ideia de que conflitos inconscientes e repressão, que são fundamentos da Psicanálise e responsáveis por uma gama de sintomas psiquiátricos, já estariam ultrapassadas por falta de comprovação científica que as sustentasse, abrindo espaço para melhores explicações.

A pesquisa de Shevrin de 2013 buscava evidências em quatro pontos: 1) inferir, a partir da clínica, que um conflito causa um distúrbio neurótico específico; 2) demonstrar que, somente quando ativado subliminarmente, o conflito produzia uma resposta inibidora no distúrbio consciente; 3) mostrar que esses estímulos não funcionam desse modo se apresentados supraliminarmente; 4) evidenciar que a inibição não age sobre outros comportamentos, a não ser aquele dos distúrbios conscientes (Beer, 2017).

O desenho da pesquisa de Shevrin, conforme destaca Beer (2017), tinha as seguintes características: primeiramente, foi feita a seleção de onze pacientes diagnosticados, segundo o DSM-IV, com fobia social. Em seguida, eles foram avaliados por quatro juízes independentes, com formação psicanalítica, que selecionaram para cada paciente três grupos diferentes de palavras: 1) palavras ligadas a conflitos inconscientes; 2) palavras ligadas à experiência consciente dos sintomas; e 3) palavras com valor semântico negativo como grupo controle.

Palavras ligadas a sintomas conscientes e palavras associadas a conflitos inconscientes foram apresentadas supra e subliminarmente, utilizando um modelo conhecido nos estudos linguísticos como “*priming*” (uma espécie de “pré-ativação”). Todas as palavras foram equacionadas em termos de duração e frequência de exposição.

⁶³ De acordo com Beer (2017), desde o final dos anos de 1960, Shevrin, em parceria com outros pesquisadores, já vinha desenvolvendo pesquisas que entrecruzavam Psicanálise, neurociências e ciências cognitivas, visando, por exemplo, identificar possíveis marcadores de eventos relacionados a processos inconscientes. No entanto, esses estudos tinham como fragilidade o déficit de material clínico para o reconhecimento de processos inconscientes, o que se buscou corrigir, no seguimento, através de entrevistas realizados por psicanalistas com os sujeitos dos experimentos. Em 1992, Shevrin produziu uma pesquisa que objetivou produzir evidências da existência de conflitos inconscientes e estabelecer uma causa repressiva entre o conflito inconsciente e a experiência consciente do sintoma. No entanto, em debate com Grünbaum, Beer (2017) destaca que este alegava que os achados da referida pesquisa de Shevrin eram inconsistentes, porque não era possível estabelecer relação causal entre os conflitos inconscientes e as experiências conscientes.

O principal evento testado era o encadeamento da apresentação de um estímulo subliminar, referente a um conflito inconsciente, seguido de um estímulo supraliminar, referente à experiência consciente do sintoma (por meio do modelo *priming*, em que um estímulo ativa outro). As palavras referentes à experiência consciente descreviam aspectos de situação social que eram maiores provocadores de ansiedade e temerosos para o participante, mas tais aspectos só eram temidos por remeterem a conflitos inconscientes (Beer, 2017).

É válido ressaltar que, em termos genéricos, a potência alfa é uma resposta, uma atividade cerebral ligada à função cognitiva de inibição (no estudo de Shevrin, inibição de um estímulo ligado à ansiedade fóbica). Nessa pesquisa, segundo Beer (2017), os resultados de potência alfa ligados aos *primes* de conflitos inconscientes apresentados subliminarmente previram com sucesso os resultados de potência alfa ligados a alvos de sintomas conscientes. O mesmo não ocorreu quando esses mesmos *primes* subliminares foram encadeados com palavras controle e muito menos quando eles foram apresentados supraliminarmente.

Beer (2017) ressalta que os autores do estudo, Shevrin e colaboradores, são categóricos em afirmar que os resultados da pesquisa fortalecem a interpretação de uma relação de causa e efeito entre conflitos inconscientes e experiências conscientes de sintomas. Eles defendem, como assinala Beer (2017), que essa seria uma primeira evidência psicofisiológica da teoria freudiana da psicopatologia do conflito inconsciente e que também, de alguma forma, atenderia às condições indicadas por Erwin de que as evidências produzidas nesse experimento se configurariam como evidências em si.

Esse estudo teria o mérito de apontar limites da teoria, uma vez que mostrou que, em situações diferentes, resultados diferentes foram alcançados, ou seja, o alcance mais claro de uma causa para um efeito e não uma noção explicativa ampla e irrestrita. Não só isso, com a comprovação extraclínica de conceitos e teorias da Psicanálise, essa pesquisa teria desarmado a crítica de circularidade feita por Grünbaum e, segundo Beer (2017), convencido o filósofo americano enquanto uma evidência empírica de parte dos fundamentos da Psicanálise.

Ainda no bojo desses resultados, encontram-se elementos suficientes e satisfatórios para o estabelecimento de diferenças entre o inconsciente cognitivo e o psicanalítico, que, no fim das contas, era uma das críticas de base de Grünbaum, adotada, quase que automaticamente, por Pasternak e Orsi (2023).

Para Beer (2017), os resultados dessa pesquisa de Shevrin e colaboradores teriam tido alcance ainda maior por duas razões: 1) Pela utilização e relevância da Psicanálise no aspecto metodológico, ou seja, no levantamento de palavras que contribuíram para o estabelecimento de premissas e dos resultados da pesquisa; 2) Devido à correlação de um pressuposto

fundamental da Psicanálise a um mecanismo cerebral, a qual só foi possível a partir da inferências causais sugeridas pela própria Psicanálise para um experimento neurocientífico, que sozinho não se estabeleceria.

Dunker e Iannini (2023) lembram que esse estudo foi pioneiro e que há outros importantes e atuais, como também indica Pereira (2023), já citado acima. Uma das conclusões a que chegam Dunker e Iannini (2023) é a de que, mesmo que a Psicanálise não seja considerada o único meio eficaz contra a neurose, isso não afeta sua cientificidade nem prejudica o fato de que possa ser uma estratégia terapêutica eficaz.

3.3 Problematicando a necessidade de validação em Psicanálise

Independentemente desses resultados, em termos de validação de eficácia clínica ou de comprovação extraclínica de fundamentos da Psicanálise, Dunker e Iannini (2023) ressaltam que as pesquisas em psicoterapias, diante de testes específicos para detecção de vieses, delineamento experimental e uso da estratégia PICO, costumam apresentar menor confiança metodológica, se comparadas a alguns ramos da Medicina.

De alguma forma, aplicadas à Psicologia, essas metodologias não fornecem o grau de certeza almejado e fica claro, de acordo com o que colocam esses autores. Ao que tudo indica, de acordo com Dunker e Iannini (2023), quanto mais se aproxima do campo do sofrimento psíquico e seus sintomas, as coisas ficam mais complexas e as evidências menos nítidas.

Não se deve perder de vista que essa discussão que se refere aos critérios que constituem uma evidência de boa qualidade, os modos empregados para estabelecer a eficácia de uma terapia e quais as melhores forma de medir esses resultados são campos em disputa.

Nesse sentido, é muito difícil sustentar uma ideia de neutralidade epistemológica, política, acerca de tais questões, menos ainda de se pensar numa transposição automática de critérios de evidência científica da pesquisa em Medicina para a pesquisa em Psicologia Clínica e/ou Psicanálise. Mesmo porque, na Medicina, salvo em áreas específicas (como a educação em saúde), a excelência em qualidade de pesquisas baseadas em evidências não é incontestável (Dunker; Iannini, 2023).

Dito isto, pesando o conjunto de fatores acima mencionados e as particularidades das pesquisas de eficácia psicoterapêutica, ainda assim, os resultados obtidos sugerem que, mesmo jogando no campo do “adversário”, a Psicanálise consegue comprovar sua eficácia e importância como estratégia terapêutica no campo da saúde mental.

Em boa medida, faz sentido a assertiva de Dunker e Iannini (2023) de que a declaração de Pasternak e Orsi (2023) a respeito da Psicanálise não apresentar evidências poder ser substituída pela afirmativa de que a Psicanálise apresenta evidências com as quais os pseudo-divulgadores da ciência não concordam.

Por tudo que foi exposto no capítulo, denota-se que o argumento do livro é um monumento à falácia do espantalho, como nos lembra Pereira (2023), ou seja, que o posicionamento de Pasternak-Orsi conflui para a criação de um espantalho teórico⁶⁴, mais fácil de se combater. A Psicanálise, como descrita por Pasternak e Orsi, seria um adversário feito de retalhos e conceitos distorcidos por eles para ser abatido.

Uma das características observada no trabalho de Pasternak-Orsi (2023) e destacada por Dunker e Iannini (2023) é o caráter inquisidor da crítica, que deslizou rapidamente de uma avaliação epistemológica da validade ou eficácia de uma prática para a acusação moral de seus proponentes e para a desqualificação moral dos usuários. Isso, ao nosso ver, é um dos fatores que pode ter suscitado respostas mais enérgicas por parte de psicanalistas. Como salientam os autores supracitados, essa estratégia retórica é conhecida e consiste na desqualificação moral do oponente, na criação de uma caricatura diante da fragilidade de argumentação.

Embora a Psicanálise, como praticamente nada, esteja blindada de críticas, é de se perguntar: por que rebaixar, distorcer tanto um adversário para enfraquecê-lo? Isso não seria, de alguma forma, reconhecer a sua força? De onde viria essa potência da Psicanálise? Apenas de um mero recurso retórico como proposto por Pasternak-Orsi?

Independentemente das ponderações acima, é notório que, no campo da Psicologia, venha ocorrendo uma adesão à cultura de produção de evidências nitidamente marcada pelo empirismo. Na Psicanálise se observa uma adesão parcial a esse tipo de cultura, de modo mais específico, pela produção de provas científicas extraclínicas a partir das neurociências.

O capítulo seguinte visa analisar, parcialmente, a constituição do campo das Neurociências, seu inflacionamento mais recente e sua expansão no campo sociocultural, o que veio se cristalizar, como denominam alguns pesquisadores, no termo *Sujeito Cerebral*. O intuito é o de explorar como ciência, cultura, política e ideologia, muitas vezes, não têm as suas fronteiras tão nítidas e como essa construção teórico-prática repercute na produção de cultura e de subjetividades no contemporâneo.

⁶⁴ A falácia do espantalho consiste em deturpar um argumento e assim utilizá-lo para atacar o interlocutor. É quando alguém distorce intencionalmente um argumento adversário a fim de tornar mais fácil sua refutação. Cf.: SOUZA, Thiago. Falácia: entenda o que é e os tipos (com exemplos). **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/falacia/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

4 O SUJEITO CEREBRAL COMO PARADIGMA CIENTÍFICO-CULTURAL NO CONTEMPORÂNEO

O ano era 2022, o local um auditório escolar e o acontecimento uma reunião de pais do ensino infantil. Os objetivos dessa reunião eram as apresentações do projeto pedagógico da escola e da atuação de sua equipe multidisciplinar. Na sequência de falas dos profissionais, uma neuropsicopedagoga começou a discorrer sobre sua atuação junto aos alunos, destacando os fatores neuronais implicados no processo de ensino-aprendizado.

Tal fala nos causou estranhamento e, ao mesmo tempo, se tornou gatilho para questionamentos embrionários que tínhamos em mente em função de leituras prévias sobre a investida do discurso⁶⁵ neurocêntrico no social. O significado daquele estranhamento parecia ter a ver com a proximidade, com a “concretude” da presença da neurocultura em nosso cotidiano. Naquele momento, os pensamentos oscilavam entre divagações sobre os significados e possíveis práticas da neuropsicopedagogia e interrogações sobre como tínhamos chegado a esse ponto, de impregnação do discurso “neuro” na realidade, e sobre qual horizonte nos aguardaria.

Observa-se, corriqueiramente, que as neurociências têm sido evocadas nos nossos dias como modelo de ciências a ser seguido e, muitas vezes, utilizado como padrão para o julgamento do pertencimento ou não de outras áreas de conhecimento e saberes, inclusive a Psicanálise, ao domínio das ciências. E este é um ponto forte de articulação com o nosso tema de pesquisa.

Desse modo, o presente capítulo objetiva analisar a constituição da ideia de Sujeito Cerebral enquanto construção de um empreendimento científico contemporâneo, mas que não consegue ser discriminado, se desvincular do campo sociocultural. Com isso, pretendemos apontar algumas consequências da investida das neurociências no campo psicossocial para demonstrar o quanto o ideal de uma ciência pura, neutra do ponto de vista social e político, não é realizável.

Ao situar as neurociências, o Sujeito Cerebral na atualidade, a leitura de Giorgio Agamben (2009) sobre o contemporâneo nos parece interessante. Ao argumentar sobre o que é

⁶⁵ Aqui a ideia de discurso é inspirada no pensador francês Michel Foucault, ou seja, não apenas como um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção, mas como um conjunto regular de fatos linguísticos, em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. O discurso funcionando como jogo estratégico de ação e reação, de dominação e esquiva, como também de luta. Em Foucault, o discurso é um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. Cf.: FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

ser contemporâneo e sobre aquilo a que somos contemporâneos, a partir das considerações intempestivas de Nietzsche, o autor afirma:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo (Agamben, p. 58, 2009).

Com esse tom de enigma, o filósofo italiano destaca que ser contemporâneo a uma época seria manter relação singular com seu próprio tempo, aderir a este, mas, ao mesmo tempo, tomar certa distância. É uma relação de adesão e anacronismo, de dissociação também, porque não se consegue ver muito bem quando se está totalmente colado ao seu tempo.

O contemporâneo ao próprio tempo, para Agamben (2009), não é aquele que, atravessado pelo seu tempo, está numa relação com ele através da luz. O contemporâneo é aquele que percebe, que entrevê a obscuridade do seu tempo, ou seja, algo que é visível, mas que não se mostra evidente.

O compromisso em questão no contemporâneo não tem lugar simplesmente no tempo cronológico, é algo que surge nesse tempo cronológico e que o transforma, é algo que pede passagem, algo da ordem da urgência. Paradoxalmente, o contemporâneo, para Agamben (2009), reserva algo de arcaico, da *arké*, isto é relacionado à origem. A distância e, ao mesmo tempo, a proximidade que definem a contemporaneidade têm o seu fundamento nessa proximidade com a origem, que em nenhum ponto pulsa com mais força do que no presente.

Há uma diversidade de fenômenos a se observar, a se analisar no nosso tempo. Com o olhar atento, podemos constatar uma tendência crescente na representação, na identificação do ser humano com uma visão biologicista ou neurocentrada e, com isso, a disseminação de práticas acadêmicas e populares ancoradas nessa perspectiva.

Na vida concreta, no cotidiano doméstico, é bem possível que se torne mais comum encontrarmos um pai, uma avó, alguém mais velho fazendo palavras cruzadas, *sudoku* ou algo do gênero. Se nos ativermos a perguntá-los sobre o motivo de tal prática, não nos surpreendamos que, para além da distração, as respostas sigam a linha de que esses exercícios são bons para estimular o cérebro, prevenir as demências, o mal de Alzheimer, enfim, adiar a chegada das doenças do cérebro através dessa espécie de “ginástica cerebral”.

Não por acaso, Jane Russo (2017) sinaliza que o sucesso dessa visão gera uma série de questionamentos para o que chama de culturas psi. Porém, é justamente por conta da relação entre a biologia do cérebro e suas manifestações cerebrais não estarem totalmente esclarecidas

que, segundo Zorzaneli (2013), nos inquietamos acerca do papel do cérebro na formação das características comportamentais, na subjetividade humana.

Consideramos que, dentro dessa cultura psi citada por Russo, os questionamentos suscitados por essa neurocultura ecoariam também no campo da Psicanálise. Enquanto psicólogo e psicanalista, considero pouco provável que um profissional dessas áreas não se depare em algum momento com tal realidade do Sujeito Cerebral.

Não seria surpresa que pacientes chegassem aos consultórios ou a outros contextos de trabalho desses profissionais com o discurso carregado de elementos da neurocultura, igualando em si mesmos problemas psíquicos e problemas cerebrais. Também não é impensável que o uso de psicofármacos para lidar com situações do dia-dia, com dificuldades psicológicas, faça parte da vida de alguns desses pacientes. É, portanto, também desse lugar de psicólogo/psicanalista, de sujeito imerso e produzido nesse contexto sociocultural, que desenvolvemos esse capítulo.

4.1 O Sujeito Cerebral

Nessa seção e em suas subseções, almejamos apresentar elementos descritivos e aspectos histórico-culturais que colaboram na compreensão do que tem sido denominado Sujeito Cerebral por pesquisadores como Ehrenberg (2009) e Vidal e Ortega (2019). De modo similar, também faremos uma incursão na concepção de *self* neuroquímico, desenvolvida por Nikolas Rose (2003), nesse campo de problematizações da neurocultura.

O sujeito cerebral, na perspectiva de Vidal e Ortega (2007, 2009, 2019), é uma figura antropológica que incorpora a ideia de que o ser humano é essencialmente reduzível a seu cérebro. Ehrenberg (2009), por sua vez, destaca o movimento de fusão entre o social, o cerebral e o mental preconizado pelas neurociências contemporâneas e como isso concorre para produzir tal Sujeito Cerebral nos termos de Vidal e Ortega.

Já Nikolas Rose (2003), que opta por utilizar o termo *self* neuroquímico, constata que uma gama de experiências humanas e situações corriqueiras tem se tornado diagnósticos psiquiátricos e objetos de medicalização, em função da compreensão de que os transtornos são consequências de desequilíbrios neuroquímicos.

A partir disso, três ressalvas são importantes aqui, a saber:

1) Os autores acima citados são a base de fundamentação deste tópico do capítulo. Diríamos que são os três tenores que dão voz à temática do sujeito cerebral, ainda que outros pesquisadores sejam utilizados em caráter complementar;

2) O sujeito cerebral é tomado, neste trabalho, como uma ideia, uma concepção, o que não significa que seja um tema restrito ao campo das ideias, pois essa forma de compreensão do humano tem se tornado bastante influente como uma maneira de ser/estar no mundo, um modo do homem se autodescrever e atuar em função disso.

3) Por fim, essa concepção e as discussões que igualam identidade pessoal e sujeito cerebral são internacionalmente conhecidos pelo neologismo *brainhood* (cerebralidade), em alusão ao *personhood* (personalidade), como indicam Fabiano Castro (2013) e Vidal e Ortega (2019).

4.1.1 O Sujeito Cerebral em Vidal e Ortega

Fernando Vidal e Francisco Ortega trabalharam juntos na temática do Sujeito Cerebral durante muitos anos e, como eles mesmos colocam, no início dos anos 2000, começaram a proliferar críticas cada vez mais fortes à concepção que tornava equivalentes as noções de identidade pessoal e de sujeito cerebral.

Sabe-se que, no campo das Ciências Humanas, a ideia de sujeito é polissêmica e comporta variações de sentido por vezes significativas. Influenciados pelo filósofo/historiador Michel Foucault, os autores declaram que a razão para pensar em termos de um “sujeito” é que as visões sobre o que são os seres humanos andam de mãos dadas com decisões concretas sobre como estudá-los e com tratá-los. Para eles, a escolha de determinada perspectiva implica em processos de subjetivação, ou seja, processos envolvidos na produção de modo de ser, em formas de reflexividade do *self* (Vidal; Ortega, 2019).

Vidal e Ortega (2019) entendem que o processo de subjetivação tem raízes em contextos sócio-históricos e não excluem a coexistência de diferentes figuras antropológicas — *self* cerebral e *self* psicológico, por exemplo. Destacam ainda que, no plano individual, sujeito cerebral não é um rótulo passível de aplicação permanentemente a alguém, mas uma forma de denotarmos noções e práticas que podem operar nas vidas das pessoas parte do tempo. Na prática, os autores compreendem que as pessoas não são apenas um tipo de sujeito, nenhuma concepção do humano seria monolítica.

Esses autores lembram diferentes nuances entre *self*, pessoa e sujeito. O primeiro tem a tendência a denotar a evocação de interioridade e consciência reflexiva; já as concepções de pessoa e pessoalidade estariam mais ligadas a contextos em que predominam os atributos legais e morais. O sujeito, por sua vez e prioritariamente, indicaria a construção de uma subjetividade

em âmbitos específicos. Apesar dessas diferenças, eles escolheram não diferenciar tais termos rigorosamente.

No que concerne ao conceito de sujeito cerebral, Fernando Vidal (2011) o define desenvolvendo a compreensão de que personagens, vidas, sujeitos seriam reduzidos ao cérebro e aos seus mecanismos. Isto é, uma perspectiva de produção de sujeitos que tem o cérebro como a única parte do corpo que se deve possuir, que deve ser nossa para que sejamos nós mesmos e, portanto, o único órgão indispensável à existência do eu e à manutenção da identidade. Dessa forma, sublinhamos o destaque que esses autores conferem a certo caráter reducionista sobre o ser humano, assim como a ênfase na ideia de sujeito tomada como sinônimo de um EU e de identidade.

Pela noção de sujeito cerebral ou da “cerebralidade”, entende-se que o cérebro seria suficiente para determinar o que somos, marcando uma equalização entre a condição de ter um cérebro e a de ser uma pessoa, ou a definição das propriedades de um ser humano, a partir de qualidades e atributos cerebrais. É em função disso que Vidal (2011) compara a personalidade (*personhood*), enquanto “qualidade ou condição de ser uma pessoa individual” à ‘cerebralidade’ (*brainhood*), que se refere à “qualidade ou condição de ser um cérebro”. Veremos que não é sem contexto essa comparação entre personalidade e cerebralidade, pois é um indicativo de mudança de paradigma de uma interioridade psicológica para outra, pautada no corpo com a primazia do cérebro (Vidal, 2011).

É a partir da segunda metade do século XX que Vidal (2011) identifica que ficções relativas ao cérebro (criogenia, troca de cérebros, entre outros) passaram a se tornar mais proeminentes, marcando o predomínio da cerebralidade como propriedade definidora do ser humano. Em certo sentido, pode-se afirmar que essa marca do sujeito cerebral começa a se fazer sentir na cultura, nas produções sociais do ocidente a partir desse momento, embora sua gestação o anteceda.

4.1.1.1 Notas histórico-genealógicas da emergência do Sujeito Cerebral

Utilizando a genealogia como método de pesquisa para abordar essa temática, Vidal e Ortega (2019) contribuem valiosamente com elementos das condições de emergência desse sujeito cerebral. Sabe-se que esse método é fortemente marcado pela contribuição de Foucault⁶⁶, porém, como eles afirmam, não se trata de uma genealogia sistemática, mas sim de

⁶⁶ Roberto Machado destaca que, a partir de 1969, começaria a se delinear a perspectiva da genealogia do poder nos trabalhos de Foucault. Enquanto na fase anterior da arqueologia ele buscava estabelecer a constituição dos

demarcar a afinidade com a obra de Foucault, sobretudo na ideia de genealogia como uma história do presente.

A genealogia como história do presente começa com diagnóstico e problematização sobre situação atual e supõe escrever uma história do presente no presente, circunscrevendo, conscientemente, um capo de relações de poder. A partir daí, os autores apresentam sua tese fundamental de que o sujeito cerebral não seria proveniente, não se derivaria apenas dos conhecimentos científicos sobre a função e estrutura do cérebro, mas principalmente a partir do desenvolvimento das filosofias da matéria e da identidade pessoal do século XVII (Vidal; Ortega, 2019).

Para chegar nesse ponto sobre o desenvolvimento das filosofias da matéria do século XVII e suas relações com o surgimento do sujeito cerebral sobre as filosofias da matéria e identidade pessoal no século XVII, é interessante o recuo feito por Vidal (2011). Convém destacar que, segundo esse autor, a história das ideias — no tocante às relações entre alma e corpo no mundo ocidental — remete a dois momentos teóricos e dois modelos principais na antiguidade: o aristotélico/pós-aristotélico e a tradição fisiológica derivada de Galeno.

O modelo de compreensão da ligação corpo-alma que predominou no ocidente até o fim do século XVI foi o de Aristóteles. Nele, Aristóteles estabelecia que a “alma” (psiquê/anima) era a forma de um corpo natural que tinha a vida em potência. De acordo com a filosofia aristotélica, a alma seria inerente à vida e permitiria a potencialização de certos tipos de matéria, e o corpo não poderia dela se separar. No exemplo entre olho e visão, o olho seria esse substrato material e a visão sua “alma”. No entanto, se não houvesse o olho, a alma também não existiria (Vidal; Ortega, 2019).

Vidal (2011) ressalta que, concebida dessa maneira, a alma seria a responsável por todas as funções essenciais dos seres vivos, as quais eram divididas em faculdades vegetativas, sensório-motoras e racionais-intelectivas. Todavia, a alma racional ou intelectiva tinha particularidades no pensamento de Aristóteles, pois havia ainda uma inteligência “ativa” no pensamento do filósofo grego, a qual seria separável do corpo, imortal e eterna.

Essa noção de inteligência ativa, segundo Vidal (2011), não teria passado isenta de polêmica, pois parecia não se encaixar no conjunto do pensamento de Aristóteles, o que, por

saberes privilegiando interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, na genealogia Foucault buscava explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes. No capítulo *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault destaca que a genealogia de origem nietzscheana não visa encontrar a origem, uma imagem pronta e acabada do início de algo. Ele ressalta que o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem, mas a discórdia entre as coisas, o disparate. Cf.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

sua vez, também não impediu de ter sido absorvida pela Igreja Católica para torna-se em si a essência da forma do corpo. A partir desse conceito de alma posto por Aristóteles, o cristianismo desenvolveu sua noção de alma, na qual esta deixaria de corresponder às faculdades vegetativas e sensoriais-motoras, passando a ser apenas a alma racional (*mens*-correspondente latino) separada do corpo, a qual estaria representada na filosofia de Descartes⁶⁷.

Apesar da importância da concepção de Aristóteles na definição do conceito de alma e das escolas de compreensão da relação entre alma e corpo no período pós-aristotélico, essa relação também teria sofrido influência das concepções fisiológicas do médico e filósofo grego Galeno, que viveu no século II. É interessante observar que essa concepção teve grande ressonância durante muitos séculos (Vidal; Ortega, 2019). Para fins didáticos, fizemos um recorte e articulamos dois aspectos distintos da teoria de Galeno, apresentada por Vidal (2011): um diz respeito à teoria humoral ou dos fluídos, inspirada nos escritos de Hipócrates, e o segundo corresponde à teoria dos sistemas corporais, na qual se encontra o cérebro e os nervos.

No galenismo, a saúde era resultado do equilíbrio entre os quatro “fluídos” do corpo: o sangue, a bile amarela, a bile negra e a fleuma. Os quatro fluídos, como indica Vidal (2011), são constituídos de quatro elementos e suas respectivas qualidades: o fogo/quente, o ar/frio, a água/úmida e a terra/seca. As combinações e dosagens no corpo constituem “temperamentos”, os quais determinam a personalidade e as capacidades do indivíduo.

Essa teoria dos quatro fluídos, certamente, é mais conhecida como herança do galenismo, contudo, na tradição galênica havia ainda o entendimento de que o ser humano era construído de duas substâncias que interagiriam o tempo todo: o corpo e a alma. Esse corpo possuiria três sistemas: *o cérebro e os nervos*⁶⁸, *o coração e as artérias*, *o fígado e as veias*. O sangue se formaria no fígado e seria conduzido para todas as partes do corpo pelas veias, sendo responsável pela nutrição e pelo crescimento sob a forma de um “espírito natural”. Esse sangue

⁶⁷ É interessante observar que, anteriormente a Descartes, ainda nos séculos XII e XIII, expõe Vidal (2011), surgiram tentativas filosóficas de explicação da dicotomia corpo-alma e de como se dava essa interação, que aqui apenas citaremos: a abordagem da influência física, o ocasionalismo defendido por Nicolas Malebranche e, por fim, a posição de Leibniz no século XVII.

⁶⁸ Os conhecimentos sobre o sistema nervoso da Medicina Hipocrática que chegam até Galeno são muito limitados. As noções de Anatomia e Fisiologia são ainda precárias; sabia-se que o cérebro era formado de duas metades separadas por uma membrana e que fazia continuidade com a medula espinhal. De acordo com a teoria humoral, o cérebro seria a fonte da fleuma, um dos quatro humores do corpo. Além disso, o cérebro era reconhecido como o centro receptor das sensações. A palavra *neuron* é aplicada principalmente aos tendões, que eram confundidos com os nervos. Conhecia-se apenas os nervos mais facilmente identificáveis, como o óptico, o acústico, o trigêmeo, o vago, o plexo braquial e os nervos cubital e ciático. Cf.: Rezende (2009).

se misturaria com o ar⁶⁹ nos pulmões e, depois de passar pelo coração, originaria duas formas de *pneuma*: uma se tornaria o “espírito vital”, de que dependeriam funções vitais e locomotoras, e a outra daria ao cérebro o “espírito animal”, necessário às sensações e funções intelectuais (Vidal, 2011).

O cérebro aparece aí como elemento ligado a essas funções da alma. Numa espécie de prenúncio do localizacionismo, as faculdades intelectivas se situariam nos ventrículos cerebrais e neles se articulariam. Nessa teoria, nada chegaria ao intelecto se não houvesse passado pelos sentidos e, como aponta Vidal (2011), além dos cinco sentidos tradicionais, a teoria galênica postulava a existência de um sexto sentido, um sentido interno: o senso comum, responsável por reunir os dados que chegariam dos órgãos de sentido e pelo funcionamento da memória e da imaginação.

Nessa concepção de Galeno, o cérebro fabricaria e guardaria o espírito, porém não seria o espírito por si mesmo. Essa alma seria modulada pelo temperamento, por influência dos humores e elementos e, apesar de complexa e interessante, a teoria humoral vai perdendo importância a partir do século XVII, de modo que a teoria do cérebro e nervos passa a assumir maior importância (Vidal, 2011).

Se distanciando da teoria de Galeno, no século XVI os nervos passam a ser concebidos como tubos ocos ou fibras sólidas e elásticas que funcionam como intermediários, como uma ponte entre o corpo e alma. Haveria um lugar hipotético no cérebro, um ponto de convergência que seria a sede desse espírito. Entretanto, essa sede não seria um lugar que guarda a alma, mas um órgão onde ela interagiria com o corpo, como salienta Vidal (2011).

Para Descartes, a *glândula pineal* seria esse órgão onde a alma exerceria suas funções; tal escolha teria se dado por não ser um órgão duplo, diferentemente das vias sensoriais (nervos), o que permitia que as impressões oriundas do meio externo, através dessas vias, encontrassem e se reunissem em percepção unitária na epífise. A sede da alma seria unitária e a alma poderia ser considerada indivisível. Essa visão, contudo, não era unânime e o século XVII foi o tempo em que se confrontaram a perspectiva cartesiana e a do médico inglês Thomas Willis, pois este, diferentemente de Descartes, postulava que as faculdades da alma tinham localizações distribuídas. Para Willis, a imaginação teria sede no corpo caloso, a memória no córtex, por exemplo (Vidal; Ortega, 2019).

⁶⁹ São usadas três palavras para designar o “ar” — *phýsa*, *pneuma* e *aer* —, sendo *phýsa* o ar que está no corpo e *aer* o que está fora. *Pneuma* é considerado de natureza espiritual e expressa o princípio vital contido no ar, que mantém a vida através da respiração. Cf.: Rezende (2009).

No século XVIII, disputou-se acerca da indivisibilidade ou não da alma, assim como a discussão sobre sua materialidade ou imaterialidade. De qualquer forma, a compreensão de ser humano como portador de corpo e de alma ganha força, bem como a noção da prevalência do cérebro como órgão do eu. É a partir dessa ideia do cérebro como órgão do eu que vai se erigir o sujeito cerebral. Avançando nesse ponto, Vidal (2011) aponta que, apesar do intento dos pensadores materialistas do Iluminismo do século XVIII, as próprias dificuldades tecnocientíficas da época impuseram limitações para a cerebralização do psiquismo, que só teria progredido levemente.

Teriam sido as discussões do dogma da encarnação no seio do cristianismo, e, posteriormente, as construções e os debates da filosofia da identidade — a partir do século XVII — os fatores mais importantes para a emergência do sujeito cerebral. Eis um ponto nevrálgico e um tanto complexo. Na esteira do que aponta Vidal (2011), ocorreu forte discussão no interior do cristianismo acerca da natureza do corpo de Cristo, assim como sobre a relação entre a natureza divina e humana dos homens. A posição oficial do catolicismo foi a de que o Cristo é, ao mesmo tempo, Deus e homem dotado de um corpo.

A suposição básica no tocante à ressurreição era a de que cada um retornasse ao seu próprio corpo. Daí surgiram alguns questionamentos, a exemplo de como se reformaria esse corpo que seria receptáculo do ser depois de morto ou sobre onde ressuscitaria uma pessoa quando do seu corpo canibalizado ou devorado por animais. Inicialmente, de acordo com Vidal (2011), as respostas variaram durante os séculos, mas todas insistiam na identidade do corpo terrestre e do corpo espiritual como condição indispensável à identidade dos ressuscitados. Não se concebia uma pessoa sem o corpo inteiro, nem a identidade pessoal sem identidade corporal, condicionando-se assim certa antropologia.

Essa antropologia passou a ser questionada no final do século XVII e uma desencarnação relativa da noção de pessoa se estabeleceu, promovendo-se assim uma *psicologização* da identidade pessoal e uma focalização crescente do corpo sobre o cérebro. Estamos diante do eixo mais forte dos primórdios da cerebralização do sujeito. A continuidade material vai se perdendo, enquanto elemento constitutivo da identidade, e, nesse sentido, a continuidade da ressurreição em um mesmo corpo é questionada.

A filosofia de John Locke, no final do século XVII, passa a distinguir o “homem” da “pessoa” e postula a identidade desta como uma continuidade da consciência e memória. O exemplo dado por Locke para expressar isso é que a alma de um príncipe no corpo de um sapateiro o tornaria a mesma pessoa que o príncipe. Diante dessa mudança, para Locke, o eu ou a pessoa (sinônimos) passa a ter um corpo e não ser um corpo (Vidal, 2011).

Na perspectiva do individualismo possessivo, o corpo passa a ser objetivado e distanciado do eu numa relação de posse do segundo em relação ao primeiro, a partir de então “se possui” um corpo e não “se é” um corpo e, conforme assegura Vidal (2011, p. 179): “A identidade pessoal torna-se assim psicológica e independente da identidade corporal. Mas, a desencarnação não é total. Na medida em que a pessoa depende da memória e da consciência, o cérebro é a única parte do corpo de que ela necessita para ser ela mesma”.

A partir daí configura-se a união/relação da alma e do cérebro. Esta visão de ser humano e do lugar do cérebro só vai se fortalecer no decorrer dos séculos XVIII e XIX, cujo exemplo emblemático é a Frenologia, criada pelo médico austríaco Franz Gall. A Frenologia se tratava, ao mesmo tempo, de uma psicologia das faculdades, de uma teoria do cérebro e de um método para estudar o caráter e as aptidões (Vidal, 2011).

Um parêntese importante diz respeito ao surgimento das neurociências. Pois bem, o prefixo — neuro —, atribuído a Thomas Willys, existe desde o século XVII; Resende (2009) assevera que a Neurologia, enquanto ciência formal, vai se edificar a partir do século XIX e que a partir da década 1960 vão surgir as Neurociências⁷⁰. Desde então, se intensificou o peso simbólico e de investimentos financeiros em pesquisa na área das Neurociências, bem como vicejava a percepção de que este seria um dos domínios decisivos para o futuro.

Dentre os pressupostos da Frenologia, destacam-se as seguintes premissas: de que o cérebro é o órgão da mente; de que a mente é composta de capacidades inatas e de que cada uma dessas capacidades tem sua própria sede dentro do cérebro. Essas ideias vieram ganhando força, sobretudo, desde a segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da anatomofisiologia. Alguns entendimentos da Frenologia, segundo Vidal (2011), foram considerados de ordem imaginária, sem correspondência nos estudos contemporâneos. Todavia, ideias como a de localização de funções cerebrais e do cérebro como o órgão do eu ganharam fôlego com as técnicas de imagem cerebral, tornando-se hegemônicas atualmente.

Os desenvolvimentos histórico e conceitual aqui postos contribuem para estabelecer e compreender a antropologia da cerebralidade, implícita e muitas vezes evocada nos desejos de imortalidade através da neuropreservação⁷¹. Além de sua função de causa, fundamento material

⁷⁰ De acordo com Rezende (2009), o nome Neurologia é oriundo do grego *neuron* — nervo, e *logos* — estudos. Foi usado pela primeira vez por Thomas Willis, em 1664. Como especialidade autônoma, data do século XIX. Antes disso, desenvolveu-se lentamente como parte da clínica médica, de modo que encontramos seus primórdios já na medicina da Antiguidade Clássica, em particular na medicina hipocrática.

⁷¹ Criopreservação é um processo que preserva organelas, células, tecidos ou quaisquer outras construções biológicas por meio do resfriamento das amostras a temperaturas muito baixas. As respostas de células vivas à formação de gelo são de interesse teórico e relevância prática. Cf.: JANG, T. H. *et al.* Cryopreservation and its clinical applications. **Integr Med Res.**, v. 6, n. 1, p. 12-18, mar. 2017. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5395684/>.

ou condição de possibilidade, o cérebro possui um primado ontológico, ou seja, não podemos trocar de cérebro sem nos tornarmos outro.

O Sujeito Cerebral é concomitante ao surgimento de práticas de si cerebrais, denominadas neuroasceses, isto é, discursos e práticas referentes a modos de agir sobre o cérebro para maximizar sua performance. Nas práticas de neuroascese, o cérebro aparece como objeto científico e cultural, facetas que se misturam e confundem constantemente (Ortega; Vidal, 2019).

As neuroasceses se tratam também, segundo esses autores, do negócio de vender programas de autodisciplina cerebral. Estas, por um lado, encontram o apelo ao cérebro e às neurociências como base para as receitas de autoajuda, para melhorar a memória ou o raciocínio, para combater a depressão, a ansiedade e aprimorar o desempenho sexual, por exemplo.

Para os autores em análise, haveria, sob a superfície do neuro, crenças e mesmo instruções práticas que remontam a manuais higienistas do século XIX. O vocabulário da malhação é transferido do corpo para o cérebro e temas como recomendações tradicionais de autoajuda adquirem verniz científico. Lembremos da cena do vovozinho fazendo sua ginástica cerebral por meio de palavras cruzadas — eis um retrato do neuroasctismo contemporâneo.

Como esse ponto já se trata de um dos desdobramentos do sujeito cerebral na contemporaneidade, subtemática de que trataremos mais adiante, acreditamos ser possível o encaminhamento para a concepção de sujeito cerebral desenvolvida por Ehrenberg.

4.1.2 O Sujeito Cerebral em Ehrenberg

Alain Ehrenberg (2009), sociólogo francês, também desenvolve a concepção do sujeito cerebral no contemporâneo. Sua abordagem se aproxima à de Vidal e Ortega, assim como dos trabalhos de Nikolas Rose. Porém, cada perspectiva resguarda suas particularidades, o que contribui para fornecer uma visão mais ampla sobre o assunto.

O pesquisador francês nos lembra o prenúncio feito por Erik Kandel, ganhador do prêmio Nobel de Medicina por seus trabalhos sobre memórias procedurais. Kandel (2003, p. 3) destaca a importância da mente para a biologia do século XXI e afirma: “Como os biólogos focalizaram seus esforços na compreensão do cérebro/mente, a maior parte deles está convencida de que a mente representará para a Biologia do século XXI o que os genes representaram para a Biologia do século XX”.

Como aponta Bezerra Junior (2013), o lugar da biologia da mente no meio social e, em especial, a sua relação com a Psicanálise vão adquirir novos contornos a partir da década de 1980⁷². Portanto, estaríamos imersos nessas discussões na atualidade. Nesse sentido, um ponto chave da argumentação de Ehrenberg (2009) acerca de sua compreensão do sujeito cerebral refere-se ao aumento do perímetro de atuação das neurociências, a partir do desenvolvimento de técnicas de imagens cerebrais e da biologia molecular.

Tradicionalmente, a Neurologia se interessava pelos sentidos, pelo movimento e por doenças neurológicas mais clássicas — como a epilepsia, o mal de Parkinson e a doença de Alzheimer. Pois bem, por meio de uma fusão entre o social, o cerebral e o mental, as Neurociências estendem seu campo para áreas como a sociabilidade, os sentimentos morais e as emoções, temas de estudos mais presentes no domínio das Humanidades (Ehrenberg, 2009).

Em razão do seu interesse por processos de individualização, Ehrenberg (2009) busca explorar como o empreendimento das Neurociências, por meio de uma biologia do indivíduo (biologia da consciência, neurobiologia da personalidade), contribui na produção de uma antropologia do individualismo. Segundo ele, o programa das neurociências refletiria a crença individualista do homem fechado em seu corpo, que, em função de possuir um “espírito”, se relacionaria com outros homens e formaria a sociedade. Não se trata de uma crença que surge com as neurociências, mas sim que seria reforçada por esta.

Um dos eixos privilegiados por Ehrenberg (2009) é a forma como as Neurociências, com o foco no sofrimento e na saúde mental, se tornaram os pontos de referência da individualização da condição humana numa sociedade de autonomia generalizada. Esse lugar da saúde mental e das demandas por saúde como destinatário de questões sociais também é enfatizado por Nikolas Rose (2003). E aqui estamos, mais uma vez, às voltas com os desdobramentos de questões de saúde, como também nos dedicamos no primeiro capítulo.

De qualquer sorte, é necessário apontar a distinção feita por Ehrenberg (2009) no que diz respeito ao programa fraco e ao programa forte das Neurociências: o primeiro se mantém circunscrito ao programa tradicional da Neurologia acima mencionado; o segundo equaliza o conhecimento do cérebro e o conhecimento de si. Clinicamente, visa a fusão da Neurologia e da Psiquiatria e, a longo prazo, a ampliação, através dos mecanismos cerebrais, das possibilidades de escolha e de ação humanas.

⁷² Novos contornos porque, após o *Projeto para uma psicologia científica*, a biologia foi perdendo espaço e influência na obra de Freud e na Psicanálise, salvo poucas exceções, como René Spitz e John Bowlby. Estes autores trabalharam a partir do hospitalismo e da teoria do apego articulando, segundo Bezerra Jr, a Psicanálise e com a etologia e os processos de desenvolvimento. No entanto, os desenvolvimentos nas neurociências e uma virada naturalista na ciência provocaram a retomada desse difícil diálogo entre os dois campos.

Observa-se que no programa fraco as Neurociências estariam inseridas no contexto das Ciências Biológicas e Naturais e as fronteiras entre Ciências Humanas e Naturais seriam mais límpidas. O programa forte em Ehrenberg (2009), por sua vez, comporta três perspectivas: a teórica, a prática e a social. Esse esquema de análise nos parece interessante pois confere uma compreensão ampla e ao mesmo tempo discriminada sobre o programa das Neurociências na atualidade, a ser aqui apresentado de forma resumida.

A perspectiva teórica encontraria no cérebro o fundamento de uma explicação materialista como causa da mente, do espírito. Não se trata de uma busca teórica inovadora, conforme já verificamos, mas de novos contornos a partir de descobertas científicas contemporâneas e o seu direcionamento para o sofrimento psíquico.

Já a perspectiva prática diz respeito ao campo profissional e terapêutico e a uma aproximação intensa entre a Neurologia e a Psiquiatria. Aproximação essa que tem por intuito superar uma distinção existente, a partir do final do século XIX, entre doenças de lesão ou morfológicas e doenças de função no campo das patologias nervosas e, por conseguinte, as doenças psiquiátricas passariam a ser encaradas como doenças neurológicas (Ehrenberg, 2009).

No tocante à perspectiva social, Ehrenberg (2009) ressalta que, para além das questões terapêuticas supramencionadas, o cérebro passa a ser referência na compreensão de amplo espectro comportamental. Além de ser um objeto técnico e científico, o órgão é alçado a um lugar de ator social, pois se insere na linguagem ordinária de modo que dificuldades relacionais e psicológicas passam a ter justificativas cerebrais, neuroquímicas. Essa avaliação se aproxima, inequivocamente, do posicionamento de Nikolas Rose (2003) — como será exposto. Ehrenberg expõe uma citação do livro *As correções*⁷³, de Jonathan Franzen, que ilustra bem esse argumento e a qual subscrevemos:

Novas palavras estimulantes pareciam necessárias, mas nenhuma ocorreu a Gary. Ele estava experimentando uma escassez crítica dos Fatores 1 e 3. Tivera a sensação, pouco antes, de que Caroline esteve a ponto de acusá-lo de estar “deprimido”, e temia que, caso a ideia de que ele estava deprimido ganhasse corpo, ele perdesse o direito às suas opiniões. Suas certezas morais seriam confiscadas; cada palavra que ele dissesse seria um sintoma da doença; nunca mais ganharia uma discussão (Franzen, 2001, p. 138).

Um aspecto fundamental intimamente ligado a esse programa forte e à confluência de suas três perspectivas está na distinção estabelecida entre neurologia e psicopatologia a partir do final do século XIX, além de sua busca de redefinição na atualidade.

⁷³ FRANZEN, J. *As Correções*. Trad. Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

4.1.2.1 A divisão entre Neurologia e Psiquiatria

Vemos, com Ehrenberg (2009), que foi nesse período — no contexto de classificação de doenças psiquiátricas —, sobretudo a partir das neuroses (em especial, a histeria), que se estabeleceu uma divisão entre as doenças de lesão e as funcionais. As primeiras ficariam sob a guarda da Neurologia, enquanto as doenças funcionais sob tutela da Psiquiatria, inaugurando-se também o lugar do psiquismo humano em sua relação com as doenças mentais. Grandes nomes envolvidos nesse empreendimento são destacados pelo sociólogo francês, a saber: Charcot, Bernheim, Babinski e Freud.

A explanação dessa divisão é uma linha de argumentação mais específica de Ehrenberg (2009) em relação ao Sujeito Cerebral e vale a pena ser desenvolvida porque explica, em parte, a tendência atual de se classificar as doenças ou transtornos de cunho mental como sendo de ordem neurobiológica.

Essa grande divisão, entre os anos 1880 e a primeira década do século XX, estabeleceu as fronteiras entre Neurologia e Psiquiatria e perdurou a maior parte do século XX. A histeria, enquanto patologia, teria permitido introduzir a noção de psiquismo no campo psicopatológico, para além das patologias de lesão cerebral. Até então se considerava como doenças apenas aquelas patologias que apresentassem tal tipo de lesão (Ehrenberg, 2009).

Através de Charcot, a histeria, que não apresentava características suficientes para se encaixar nesse quadro, passou a ser definida como lesão funcional ou dinâmica. Mas ao buscar salvar o lugar da histeria da neurologia, Charcot considerava que essa função seria fisiológica, cuja insígnia era a particularidade da histérica ser hipnotizável. Nesse caso, essa lesão funcional não teria fundamentação psíquica. É Bernheim, adversário intelectual de Charcot, que contesta tal visão, pois, para ele, segundo Ehrenberg (2009), a constatação de que qualquer pessoa ser hipnotizável demoveria a linha de defesa de Charcot.

Desse modo, a lesão funcional ganharia novo sentido em relação ao que defendia Charcot, tornando-se autônoma. Isso porque, de acordo com Bernheim, como defende Ehrenberg (2009), a etiologia da histeria não seria fisiológica, ao mesmo tempo que não se trataria de uma enganação em relação ao médico, mas sim algo que requeria outra forma de apreensão do objeto, outra forma de racionalidade, que envolveria, assim, o psiquismo. O psiquismo como sinônimo de subjetividade se revela, em Bernheim, através de uma seletividade de recepção, de certa resistência do paciente a determinadas sugestões do médico, evidenciando algo à revelia da disposição objetivante do cuidador (Ehrenberg, 2009).

Essa concepção de psiquismo e subjetividade se aproxima, em alguma medida, a uma leitura foucaultiana que concebe a subjetividade ou a produção dela como decorrente de um campo de forças que atua e submete um indivíduo. Nessa concepção, contudo, pelo fato mesmo de se situar em um contexto de vetores de força atuante sobre os corpos, este campo também forneceria instrumentos, ferramentas que permitiriam algum nível de resistência a essa sujeição.

No tocante ao papel de Babinski no contexto dessa classificação, Ehrenberg (2009) salienta que, ao constatar a indução e a remissão de sintomas na histeria através da hipnose, o mesmo considerava haver clareza de que essa entidade nosológica não poderia estar circunscrita ao domínio da neurologia. Além disso, Babinski compreendia que não era possível distinguir até que ponto a histérica apenas fantasia e até onde isso levaria à doença. Desse modo, de acordo com Ehrenberg (2009), Babinski, em um só movimento, elimina a subjetividade do campo da Neurologia e estabelece os limites entre esta e a Psiquiatria.

Freud parece se situar em continuidade à proposição de Bernheim, no sentido de acolher a necessidade de se desenvolver uma racionalidade, um meio de se apreender a subjetividade. Ao mesmo tempo, o criador da Psicanálise se opõe a Babinski ao conferir relevância ao processo da fantasia na produção de sintomas psicopatológicos.

Freud dá conteúdo e materialidade a uma ideia de psiquismo que operaria a partir do poder das palavras e que não poderia ter sua existência negada. Desde suas investigações sobre as afasias⁷⁴, ainda na chamada fase pré-psicanalítica, o fundador da Psicanálise busca garantir valor e especificidade ao papel da linguagem na diferenciação entre afasia orgânica e a afasia histérica. Ao atribuir uma importância da linguagem e da semântica na causalidade da afasia histérica, Freud desloca, do eixo orgânico para o psicológico, a causalidade deste último tipo de afasia.

Não apenas isso, com Freud a subjetividade humana passa a ser descrita e compreendida em termos de campo de forças contraditórias, do desejo, da repressão, com forte mediação da linguagem, inaugurando-se, assim, a própria Psicanálise e uma dimensão para o ser social/falante no campo da psicopatologia (Ehrenberg, 2009)

Essa distinção entre a clínica neurológica e a psiquiátrica/psicanalítica se fundamentaria, em grande medida, na dicotomia entre o sujeito cerebral (anátomo-fisiológico) e o sujeito social/falante. No primeiro caso, os sintomas transcendem o sujeito doente (o cérebro é a causa e objeto de intervenção terapêutica). Já em relação à Psicanálise, o sintoma é inteiramente

⁷⁴ FREUD, Sigmund. **Zur Auffassung der Aphasien (Eine kritische Studie)** Trad. Renata Dias Mundt. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

singular ao paciente que está doente de si mesmo, por assim dizer, de sua intencionalidade (desejo, crença, vontade, etc.) (Ehrenberg, 2009).

O que Ehrenberg (2009) postula é que o programa forte das Neurociências, por exemplo, parece ir de encontro à Psicanálise, pois nele a subjetividade e o adoecimento mental não seriam psicológicos, mas efeito dos próprios mecanismos cerebrais. Por outro lado, esse programa também iria na contramão da distinção proposta por Babinski (Neurologia e Psiquiatria), uma vez que não haveria, para ele, fronteiras entre estar doente do cérebro e estar psicologicamente doente.

Nessa perspectiva prática do programa forte das Neurociências, Ehrenberg (2009) entende que há uma tentativa de encontrar marcadores biológicos necessários e suficientes para identificar determinados transtornos psiquiátricos como forma de induzir a essa integração entre Neurologia e Psiquiatria. Contudo, na visão do autor, ainda não haveria elementos suficientes para se fazer tal afirmação em relação a algum transtorno mental.

4.1.2.2 Fatores extra científicos na empreitada da cerebralização do sujeito

Nota-se que, para além desse debate mais “científico” em torno dos saberes a respeito da doença mental — que ensejou a divisão entre Neurologia e Psiquiatria —, outras variáveis estão em jogo atualmente. Rogério Paes Henriques (2012), ao discutir sobre a medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade, por exemplo, pondera sobre diversas nuances do conceito de doença no campo da saúde mental.

Segundo ele, a distinção semântica entre “doença” (*disease*) e “perturbação” (*illness*) aponta para uma diferença conceitual, respectivamente, entre doença concebida como entidade biológica universal e formas de experiência e interpretação cultural dessa experiência que ocorrem em indivíduos e grupos sociais. O mesmo compreende, contudo, que tal distinção não se aplica, pois a primeira não existe independentemente da última.

Na língua inglesa, de acordo com Paes Henriques (2012), três expressões correspondem ao conceito genérico de “doença” da língua portuguesa: *illness* (perturbação), *sickness* (moléstia) e *disease* (doença propriamente dita). O autor destaca que, em grau crescente de especificidade, isto é, conforme o parâmetro de adequação ao modelo biomédico bacteriológico, quanto mais próxima da *illness*, menos específica e mais imprecisa é a condição descrita e vice-versa, dada a maior proximidade com a *disease*.

No campo da psicopatologia, as coisas ganham ainda mais sutileza, pois, como pontua Paes Henriques (2012), a essas três expressões da língua inglesa deve-se acrescentar a noção

de *disorder* (“transtorno” ou “distúrbio”). O transtorno seria uma espécie de conceito híbrido, situado a meio termo entre a mera descritibilidade da síndrome e a precisão científica da doença, aplicada às condições psiquiátricas. Conforme o autor, existiria um consenso nos principais manuais nosográficos em Psiquiatria (capítulo V da CID-10 e DSM-IV-TR), de que os transtornos (*disorders*) mentais não seriam doenças⁷⁵ (*diseases*) propriamente ditas, dadas suas inespecificidade e imprecisão nosológicas.

Pois bem, alinhado ao que também coloca Nikolas Rose (2003), Ehrenberg (2009) assinala critérios financeiros e pragmáticos, sobretudo nos EUA, para a construção do entendimento das patologias mentais terem como base o sistema nervoso. Não por acaso, no contemporâneo estamos diante da primazia de uma Psiquiatria mais biológica.

O sociólogo francês ilustra sua argumentação com o exemplo da *National Association for the Mentally Ill* (NAMI), a qual se desenvolveu fortemente a partir do final dos anos 1970 nos Estados Unidos, quando a Genética Molecular começou suas pesquisas sobre as doenças psiquiátricas. Na época, o contexto de seguridade/planos de saúde naquele país teria favorecido a escolha de considerar mais legítima e reembolsável uma doença que atingisse o corpo. O sistema institucional americano passou, portanto, a estimular uma concepção materialista, pois havia justificativa prática para considerar essas patologias como problemas biológicos.

Para os profissionais, é possível que essa neurologização da Psiquiatria seja um meio de os psiquiatras reencontrarem espaço social e uma identidade profissional, pois, como argumenta Ehrenberg (2009), o mundo dos psicoterapeutas e dos empreendedores do equilíbrio pessoal (religiosos, grupos espiritualistas) acaba drenando parte da clientela daqueles. Desse modo, a Psiquiatria também conseguiria manter sua especificidade, uma vez que parcela significativa de prescrição de psicotrópicos é feita por médicos generalistas.

A Psiquiatria deve, enquanto disciplina médica universitária, na ótica de Ehrenberg (2009), agir de modo que os ideais de seu público potencial sejam compatíveis com normas científicas rigorosas. Com as Neurociências, a Psiquiatria entra nos moldes da *big science*⁷⁶ e é

⁷⁵ Para ser possível falar em doenças (*diseases*), alguns critérios se fazem necessários. É preciso que haja: (1) etiologia reconhecida, fato raro em Psiquiatria; (2) anomalia estrutural, fato também pouco frequente em Psiquiatria, a ponto de se falar em “doenças funcionais”; (3) consequências da doença (suas sequelas) em relação direta com o processo mórbido, fato igualmente excepcional em Psiquiatria, haja vista a multifatorialidade implicada no adoecimento mental. Cf.: Rogério Paes Henrique (2012).

⁷⁶ O termo *big science* ou *megaciência* foi criado para descrever mudanças na ciência processadas nos países industrializados durante e após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Pezzo (2019), surgiu na década de 1960 para se referir a projetos científicos com grande colaboração entre cientistas, envolvendo grandes instalações e financiamento expressivo. Esses projetos buscam respostas para questões fundamentais ou avanços tecnológicos que podem transformar nossa compreensão do mundo. Exemplos de megaciência incluem o Projeto Manhattan (bomba atômica), o programa Apollo (viagem à Lua), o acelerador de partículas de hádrons, telescópios gigantes

municipiada ao estilo de um programa forte, pois, para o pesquisador francês, as neurociências lhes fornecem teorias correspondentes às nossas representações do indivíduo (o cérebro), os instrumentos sofisticados e espetaculares (as técnicas de imagem cerebral), elas se apoiam sobre a ponta considerada mais “avançada” da Ciência, a Neurobiologia Molecular.

Aqui, não podemos deixar de destacar o cuidado e os riscos na produção de sujeitos e verdades no campo social, devido a um lugar privilegiado (em função de capital político e social) garantido a determinada abordagem ou perspectiva de ciência, por esta se valer de recursos tecnológicos ditos de “ponta”, e a produzirem uma ciência supostamente mais “avançada”. De alguma forma, esse conjunto de premissas e fatores de determinada concepção de ciência constrói o tipo de sujeito sobre o qual determinada tecnologia tem interesse e condições de agir.

Na perspectiva social desse programa forte, Ehrenberg (2009) afirma que as Neurociências transbordam as fronteiras laboratoriais através de produtos culturais da mediatização do cérebro — como revistas de grande alcance, manuais para estudantes, guias práticos e de orientação sobre esquizofrenias, dislexia, dentre outros. Tal posicionamento se aproxima ao que propõem Vidal e Ortega (2019) sobre as neuroasceses⁷⁷ e é reforçado pelo exemplo do efeito Mozart⁷⁸, conforme colocado por Zorzanelli (2013), como uma extrapolação do campo científico para o cultural.

Entretanto, apesar desses apontamentos, não se pode negar o sucesso popular das Neurociências, o que, para Ehrenberg (2009), deve-se menos ao seu perfil científico do que ao tipo de resposta que esta oferece no contemporâneo. Numa sociedade em que o ideal de autonomia individual generalizada é propalado, as Neurociências oferecem uma espécie de consolo a boa parte da população, que tem dificuldade de encarar o mundo da decisão e da ação que veio a substituir uma sociedade disciplinar.

Dito de outro modo, as responsabilidades sobre as dificuldades de atender às demandas de autonomia exigidas pela sociedade no contemporâneo podem ser terceirizadas ao cérebro. Ao mesmo tempo, as Neurociências oferecem um rol de técnicas que permitiriam a ampliação

e o projeto Genoma Humano. Na área das neurociências, Ortega e Vidal (2019) mencionam o *Human Brain Project* (BRAIN), um projeto de bilhões de euros lançado em 2013, em parceria entre Europa e EUA.

⁷⁷ Tipo de ascetismo praticado a partir de uma cultura voltada para práticas, treinamentos, exercícios cerebrais.

⁷⁸ Zorzanelli (2013) discute o conceito de *neuromito*, que ocorre quando os resultados de um estudo científico (no caso, em neurociências) são interpretados de forma exagerada ou distorcida, indo além das conclusões originais. Ela exemplifica isso com o “efeito Mozart”, um estudo de 1993 da Universidade da Califórnia, que sugeria que ouvir uma sonata de Mozart poderia melhorar temporariamente o raciocínio espacial de estudantes universitários. No entanto, esse efeito não foi reproduzido em pesquisas subsequentes. Mesmo assim, antes de comprovações científicas sólidas, produtos baseados nessa ideia começaram a ser comercializados, criando um mercado paralelo à ciência, como a distribuição gratuita de músicas clássicas em alguns estados dos EUA.

de capacidades cognitivas e do controle emocional, em conformidade com os ideais preconizados pela normatividade de uma sociedade autonomizada (Ehrenberg, 2009).

Outra face da perspectiva social da cerebralização ocorre, de acordo com Ehrenberg (2009) e em forte consonância com Vidal e Ortega (2009), nos *disabilities movements* (movimentos de deficientes). Para esse conjunto de pesquisadores, tais mobilizações promovem uma nova linguagem da incapacidade social, reivindicando a tolerância e o direito à diferença, apoiados sobre a referência ao cérebro. As noções de deficiente e de diferença são, pelo polo patológico, uma maneira de reformar o tratamento e, pelo polo da normalidade, um estilo de justificativa das dificuldades relacionais nas múltiplas situações da vida cotidiana, em que a questão da responsabilidade pessoal emerge.

Desse modo, a questão do sujeito cerebral permite ao indivíduo, por um lado, se desfazer de estigmas da doença, da patologia mental, e ao mesmo tempo não haver mais critério da responsabilidade, de culpa, que é moral. Para o paciente, essa indistinção tem um preço que é preciso avaliar, pois, se por um lado superar o estigma tem função essencial de segurança, por outro, a identificação com determinada patologia pode aprisioná-lo em sua doença. Essa captura pode funcionar como um benefício secundário, porque, onde há patologia, o senso comum permite hoje a substituição por um “estilo de vida diferente” (Ehrenberg, 2009).

Essas são algumas balizas do olhar de Alain Ehrenberg sobre o sujeito cerebral, o qual entra em diálogo com a perspectiva de Vidal e Ortega (2019) e apresenta ressonâncias com a abordagem de Nikolas Rose (2003), apresentada a seguir.

4.1.3 O *self* neuroquímico em Nicolas Rose

E o ‘Cruzeiro’?” “O Aslan otimiza dezesseis dimensões químicas”, explicou Hibbard pacientemente. “Mas tem mais. O ótimo para uma pessoa num cruzeiro turístico não é o ótimo para uma pessoa no trabalho. As diferenças químicas são sutis, mas se somos capazes de um controle fino, por que não oferecer? Além do Aslan ‘Básico’, a farmacopeia vende oito combinações específicas. O Aslan ‘Esqui’, o Aslan ‘Hacker’, o Aslan ‘Performance Ultra’, o Aslan ‘Teen’, o Aslan ‘Club Med’, o Aslan ‘Anos Dourados’ e estou esquecendo qual? O Aslan ‘Califórnia’. Muito popular na Europa. O plano é chegar a vinte combinações especiais nos próximos dois anos. O Aslan ‘Hora da Prova’, o Aslan ‘Namoro’, o Aslan ‘Noites Brancas’, o Aslan ‘Desafio do Leitor’, o Aslan ‘Classe do Connaisseur’ etc., etc., etc. A aprovação da FDA americana iria acelerar o processo, mas não adianta ficar ansioso. E você vai me perguntar, qual é a característica especial do ‘Cruzeiro’? O básico é que ele desliga totalmente a ansiedade. Deixa o ponteiro na posição zero. Diferente do Aslan ‘Básico’, porque para o funcionamento do dia-a-dia precisamos de um nível moderado de ansiedade. Estou tomando o ‘Básico’, por exemplo, porque estou trabalhando (Franzen, 2001, p. 277).

Esse fragmento do texto de Franzen (2001) — embora se trate de um romance, de uma obra de ficção — destaca e hiperboliza uma dimensão da vida contemporânea que nos parece cada vez mais comum: aspectos ou dificuldades ordinárias das vivências humanas enfrentados com o suporte de substâncias químicas. Seria uma vertente da medicalização da existência que ocorre através de uma customização de “tratamento químico” cada vez maior.

É importante assinalar que a perspectiva do *self* neuroquímico de Nikolas Rose (2003) envolve uma série de conceitos e análises que remetem ao contexto cultural contemporâneo e a como ele concorre nos processos de subjetivação na atualidade.

Observa-se que, na temática do *self* neuroquímico, Rose (2003) toma como ponto de partida a constatação de que uma gama de experiências humanas e situações hodiernas tem se tornado diagnósticos psiquiátricos e objetos de medicalização. Ele desenvolve esse conceito tomando como paradigma o modelo compreensivo que define as depressões como o resultado de um desequilíbrio neuroquímico e cujo tratamento prevê a administração de drogas e o reequilíbrio dessas substâncias no organismo humano.

Para sustentar sua argumentação, Rose (2003) recorre a noções/conceitos essenciais, como o de sociedade psicofarmacológica, utilizado para descrever as sociedades em que a modificação do pensamento, do humor e da conduta pela via farmacológica tornou-se mais ou menos rotineira. Em Rose (2003) essa noção atua como chave de leitura do movimento de recodificação de afetos e condutas cotidianas, em termos de neuroquímica, e de como isso tem propiciado uma abertura para a reformulação do eu.

Privilegiando o eixo da psicofarmacologia e das estratégias do *marketing* farmacêutico para a produção desse *self* neuroquímico, o sociólogo britânico traz dados da história de medicamentos psicotrópicos, sobretudo a partir da década de 1950. Nessa década, segundo Rose (2003), a Clorpromazina⁷⁹ foi desenvolvida pelo laboratório Rhone Poulenc e coube aos psiquiatras franceses Pierre Deniker e Jean Delay administrá-la em pacientes psicóticos graves no Hospital Saint-Anne. O medicamento cruzou o Atlântico e passou a ser produzido pelo laboratório Smith Kline e sua prescrição, principalmente nos Estados Unidos, garantiu milhões de dólares em lucro para empresas farmacêuticas (Rose, 2003).

O desenvolvimento dos medicamentos antidepressivos tricíclicos e dos inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS)⁸⁰, em especial o *Prozac*, é relacionado por Nikolas

⁷⁹ Clorpromazina é um fármaco antipsicótico clássico ou típico, também conhecido como neuroleptico. Foi sintetizada pelo químico francês Paul Charpentier em 1950 e anteriormente ensaiada por Henri Marie Laborit. Cf.: <http://www.ccms.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/Mostra/apresenta.html>.

⁸⁰ Medicamentos com atuações distintas e específicas em relação à depressão.

Rose (2003), com a hipótese do desequilíbrio serotoninérgico para explicação da depressão. Ainda na década de 1950, as empresas farmacêuticas desenvolveram e comercializaram medicamentos para o estresse e as tensões da vida cotidiana. Tais compostos ficaram conhecidos como tranquilizantes e incluem os benzodiazepínicos.

O pesquisador britânico realizou rica análise utilizando algumas variáveis, tais como a evolução de prescrição das principais categorias de psicotrópicos ao longo dos anos, estratégias de *marketing* farmacêutico, formas de licenciamento de remédios, modalidades de investimento de pesquisa sobre psicofármacos e sobre doença mental.

Ora, fica muito nítido em sua argumentação o quanto tais fatores concorreram para uma reconfiguração dos processos saúde-doença, para a ampliação de diagnósticos psiquiátricos, no incremento de indicações de uso dos psicotrópicos e, enfim, para a reformulação da personalidade, isto é, formas de subjetividade aos moldes da neuroquímica e, em grande medida, dentro do paradigma do Sujeito Cerebral.

No que diz respeito à ampliação do uso de psicofármacos na sociedade, a análise da evolução do quantitativo de medicamentos distribuídos à população realizada por Rose (2003) e pesquisadores associados fica mais circunscrita a alguns países desenvolvidos (EUA, Europa ocidental e Japão). Contudo, também trazem dados de alguns países em desenvolvimento, como Brasil, outros países da América do Sul e África do Sul.

Apesar de alguns processos judiciais, em função de efeitos colaterais negativos dos psicotrópicos, que geraram prejuízos a laboratórios farmacêuticos, houve uma consolidação da dependência da Psiquiatria em relação à Psicofarmacologia a partir da década de 1980 (Rose, 2003).

Para Rose (2003), algumas mudanças no contexto norte-americano estimularam essa dependência. Uma delas foi o aumento no peso de financiamento de pesquisas por parte da indústria farmacêutica, o que a colocou em posição privilegiada para dar as cartas no campo da saúde mental. A segunda foi a lógica de contenção de gastos por parte de planos e seguros de saúde, o que incentivou a maior medicalização como uma contrapartida à desospitalização e às psicoterapias, estratégias de cuidado que representavam maior custo (Rose, 2003).

Isso contribuiu para uma maior psicofarmacologização da saúde mental e tal característica se aproxima significativamente do que coloca Ehrenberg (2009) sobre a investida na direção de considerar as patologias mentais como problemas biológicos, conforme já comentado.

Tomando como exemplo a depressão, Nikolas Rose (2003) propõe a hipótese de que se produziu uma “epidemia” desta, ressaltando que fatores biológicos ou sociais isolados não

seriam suficientes para justificar o aumento significativo de casos. Desse modo, haveria outros fatores para o recrudescimento exponencial dos casos dessa patologia mental, a saber: a própria concepção da depressão como doença do cérebro tratável com medicamento e as campanhas de reconhecimento desse diagnóstico; relatos autobiográficos de depressivos que se tornaram populares e findaram, do ponto de vista cultural, por disseminar a perspectiva da depressão como uma doença do cérebro.

Além disso, para Rose (2003), essa expansão dos casos de depressão teria relação com a própria concepção do eu na sociedade, uma vez que no início do século XX, por exemplo, a normatividade baseada na culpa tinha como correlato a neurose. Na atualidade, no entanto, a ideia de um eu autônomo, livre, com a possibilidade de escolhas, de ação e autorrealização atua como uma norma em relação com a qual os indivíduos se governam e são governados por outros, e contra os quais as diferenças são julgadas como patologias. Nesse sentido, em alguma medida, seria mais fácil ser encaixado no padrão depressivo ao menor sinal de recusa de algum desses valores. Aqui, mais uma vez, as análises de Rose e Ehrenberg se aproximam.

Essa compreensão de Rose (2003) a respeito da depressão e da expansão desse modelo para outros transtornos mentais levou o autor a afirmar a relação entre o aumento por demanda em saúde na sociedade ocidental e o lugar que o processo saúde-doença (como depositário de problemas e soluções sociais) nela ocupa.

No entanto, mais do que isso, para o pesquisador britânico tem ocorrido uma alteração mais profunda no tocante à personalidade nas sociedades ocidentais, e isso diz respeito a uma transformação no sentido de nós mesmos como indivíduos “psicológicos”, como foi desenvolvido ao longo do século XX.

Durante o século XX, o eu psicológico foi concebido como ser habitado por um espaço interno profundo, moldado pela biografia e pela experiência, que seria ao mesmo tempo fonte de nossa individualidade e *locus* de nossos descontentamentos. Porém, atualmente ele está sendo substituído por uma compreensão de individualidade somática. Nas palavras do autor britânico:

Por individualidade somática, refiro-me à tendência de definir aspectos chave da individualidade de cada um em termos corporais, o que significa pensar a si mesmo como “embodied”, e entender esse corpo nos termos da biomedicina contemporânea. Ser um indivíduo somático, nesse sentido, é codificar as suas expectativas e medos nos termos desse corpo biomédico, e tentar reformar-se, curar-se ou melhorar-se atuando naquele corpo (Rose 2003, p. 54).

O espectro ao qual se refere Rose (2003) inclui dar nova forma ao corpo visível através de dietas, exercícios, tatuagens, como também entender problemas pessoais, desejos, a partir de referência ao funcionamento interno do corpo orgânico, em especial com o cérebro assumindo papel crucial enquanto fonte de transtornos e local de tratamento.

4.2 O sujeito cerebral e neurocultura: implicações no contemporâneo

Ao abordar o assunto Sujeito Cerebral, alertamos também que ele tomou a proporção de um efeito cultural. Não por acaso, Vidal (2009) assinala que a visão de homem pautada no sujeito cerebral não é a única na cultura contemporânea, porém ela é, sem dúvida, uma das principais, e essa constatação seria fator mais do que suficiente para se interrogar sobre seu alcance, seus limites e consequências.

Sujeito cerebral e neurocultura são indissociáveis, na medida em que a segunda se materializa no primeiro, o qual se torna também um agente cultural. Essa concepção naturalista contemporânea penetrou na sociedade de forma mais acentuada e se desenvolveu a partir dos anos 1980, nos EUA, e nos anos 1990, na França, como destaca Ehrenberg (2009b). Para Vidal (2009), essa realidade veio sendo gestada a partir de meados do século XX, com o surgimento da Neurociência⁸¹.

A neurocultura é, na perspectiva de Bezerra Jr. (2013), o contexto cultural em que o naturalismo e o discurso neurocêntrico que o acompanha se tornaram a maneira predominante de enxergar o mundo, uma espécie de *neuroweltanschauung*, como designa Azize (2008). A ênfase do cérebro na cultura é salientada também por Sidarta Ribeiro (2013), o qual destaca que as neurociências fascinam cada vez mais as pessoas pela possibilidade de compreensão dos mecanismos das emoções, pensamentos, ações, doenças, aprendizado, sonhos, fenômenos que nos definem e constituem.

De acordo com Fabiano Castro (2013), a ideia de neurocultura é uma espécie de conglomerado de elementos da cultura do “neuro”, amplamente distribuída, e que agiria como operador conceitual auxiliar na compreender tanto das mutações somáticas por que passa a subjetividade contemporânea, quanto da ascensão do uso de biotecnologias para mensuração de funções psicológicas. Para Vidal e Ortega (2019), termos como ‘cerebralidade’ e ‘sujeito cerebral’ auxiliam a conectar processos sociais, representações culturais, achados científicos.

⁸¹ Como alertam Vidal e Ortega (2019), o uso do termo *neurociência*, no singular, se dá mais em função de um sentido prático, mas recobre diferente métodos, conceitos e abordagens usados para lidar empiricamente com o cérebro.

Acerca da neurocultura, Vidal e Ortega (2019) salientam que existem diferenças entre, por exemplo, experimentos mais básicos e resultados neurocientíficos válidos e os estudos de neuroimagens sobre diferenças culturais ou religiosas. Para eles, um instituto de neuróbica não é a mesma coisa que um conglomerado internacional de grandes laboratórios neurocientíficos. Não obstante a essa diferença, ainda sim esses diferentes nichos partilham, em muitas de suas práticas, a convicção de que somos essencialmente nossos cérebros.

A porosidade dos limites entre o científico e o cultural fica nítida e, nessa tônica, os autores em questão estabelecem que não haveria grandes diferenças entre os “homens bons”, que fazem a ciência básica, e os “homens maus”, que comercializam esperança e entusiasmo, ou seja, o charlatão da “academia do cérebro” e o consultor mais renomado em neurociências participariam de um sistema único, regido pela convicção acima citada.

Verifica-se que a neurocultura se erigiu a partir de três características principais: 1) o grande incentivo financeiro e institucional de pesquisa em neurociências; 2) as descobertas oriundas desse campo, sobretudo obtidas a partir de técnicas de neuroimagem; e 3) a crença socialmente disseminada de que o cérebro e seus mecanismos são os principais responsáveis por definir o ser humano.

Zorzanelli e Ortega (2011) vão na mesma linha e destacam que a ascensão do cérebro como entidade explicativa ocorre em decorrência dos seguintes fatores: o solo de cultura somática, no qual esse tipo de ideia ganha espaço; os estudos neurocientíficos, que estendem as investigações sobre o cérebro às perturbações mentais e comportamentais; o desenvolvimento do campo das neuroimagens e de novas tecnologias que têm grande poder de convencimento do público.

Um ponto fundamental para nossa pesquisa é acompanhar o entendimento posto tanto por Benilton Bezerra Jr. (2013) como por Vidal (2011), de que a neurocultura e o sujeito cerebral não seriam resultantes apenas de avanços científicos, mas decorrentes de transformações socioeconômicas e políticas de nosso tempo, de modo que não é possível descolar a ciência do caldo cultural em que é produzida.

Quando se discute sobre os investimentos de pesquisa no campo das Neurociências, os anos de 1990 emergem como a “década do cérebro”. Não encontramos, precisamente, porque se utiliza de forma recorrente essa expressão na literatura sobre a temática, mas, conforme ao que coloca Markus Gabriel (2018), uma incitação feita por George Bush em 1990 para o congresso norte-americano, com o intuito de estimular pesquisas no campo da neuroquímica para o desenvolvimento de medicamentos contra o mal de Alzheimer ou a doença de Parkinson, teria sido marcante.

Fernando Vidal (2009) aponta que a redução da identidade à cerebralidade e do corpo ao cérebro, assim como o neurocentrismo cultural, comportariam perigos no campo social ao distanciar o ser humano de sua experiência vivida, de sua história, do seu contexto social ou de seu modo de ser no mundo (um modo de ser para além da identidade cerebral).

4.2.1 Biopolítica, neurocultura e Sujeito Cerebral

Dentre as consequências dessa emergência do papel preponderante do sujeito cerebral no cotidiano, Fabiano Castro (2013) sinaliza que o que Nikolas Rose (2003) propõe, por exemplo, é uma versão modificada da ideia de biopoder do pensador Michel Foucault. Diríamos que seria uma atualização, uma nova forma de efetivação da biopolítica de acordo com o contexto atual. De fato, quem está familiarizado com o referencial foucaultiano consegue identificar que o sujeito cerebral se relaciona à ideia de Biopolítica.

O objetivo aqui não é explorar e esgotar mais um referencial teórico ou um novo quadro conceitual para o trabalho, mas o de utilizar esse conceito de Biopolítica como ferramenta de análise de repercussões sociopolíticas do sujeito cerebral no contemporâneo. Ao mesmo tempo, essa referência permite analisar criticamente a ideia de que tal forma de se conceber o sujeito humano representa o ápice de uma designação idealizada de ciência.

Um dos núcleos principais da produção intelectual de Michel Foucault concerne às relações entre poder e conhecimento, poder/saber e como esses são usados como uma forma de controle social, por meio de instituições sociais. Através do conjunto de sua obra, Foucault procurou entender e demonstrar a evolução histórica das sociedades contemporâneas e sua modernização social e econômica de base capitalista. Sua ênfase de investigação tem como foco a crescente racionalização econômica dos processos relacionados à vida humana, imbricados em questões que envolvem saber e poder (Alves; Azevedo, 2021).

A Biopolítica é uma das manifestações de modalidades teóricas foucaultianas que expressam a relação saber-poder. Nesse caso, a vida humana não apenas passou a integrar as decisões políticas, dos cálculos de poder, mas também da própria racionalização social como um todo, conforme sintetizam Alves e Azevedo (2021).

Para esses autores, a vida passou a ser gerida, controlada e configurada por um delineamento que se conforma na maximização de sua utilidade. Tal controle se daria não apenas pela consciência e pela ideologia, mas também no próprio corpo.

A construção conceitual da Biopolítica aparece para Foucault, pela primeira vez, em seu curso “Em Defesa da Sociedade” e, em seguida, na publicação do primeiro volume de “História

da Sexualidade”. É apenas com “Segurança, Território e População” e, depois, no “Nascimento da Biopolítica” que o tema se desenvolve por completo (Alves; Azevedo 2021).

A definição foucaultiana de biopolítica proposta por Judith Revel é a seguinte:

Le terme biopolitique désigne la manière dont le pouvoir tend à se transformer, entre la fin du XVIIIème siècle et le début du XIXème siècle, afin de gouverner non seulement les individus à travers un certain nombre de procédés disciplinaires, mais l'ensemble des vivants constitués en population: la biopolitique – à travers des biopouvoirs locaux s'occupera donc de la gestion de la santé, de l'hygiène, de l'alimentation, de la sexualité, de la natalité, etc., dans la mesure où ils sont devenus des enjeux politiques (Revel, 2009, p. 25).

Nessa passagem a autora expressa a mudança significativa ocorrida na forma do exercício do poder, conforme indicada por Michel Foucault. A modificação se daria, sobretudo na perspectiva do poder, em castigar, punir, levar à morte para o investimento na saúde, na vida de indivíduos e de populações.

Na leitura de Alves e Azevedo (2021), Foucault aponta que nas sociedades pré-capitalistas o poder era tido como direito supremo e que nelas o soberano era aquele cujo poder residia essencialmente no direito sobre a vida e a morte dos homens. A fim de assegurar a defesa absoluta de sua pessoa ou território, era-lhe permitido fazer apreensão das coisas, do tempo, dos corpos, valer-se de seus súditos e, finalmente, da vida. Contudo, os autores em questão, partindo de Foucault, afirmam que se o direito do soberano sobre a morte dos súditos é imediato, seu poder sobre a vida não é. Quando age sobre esta é porque lhe é lícito matar ou deixar de fazê-lo.

Morelle e Tabuteau (2010), seguindo as teses de Foucault, apontam que na idade clássica (pré-capitalismo) o poder político soberano exercia o direito de retirar (dinheiro, corpos para servir ao exército), de punir e de fazer morrer. Através dos dispositivos⁸² de coerção e de sanção, o suplício preenchia uma função simbólica essencial que o detentor do poder, o Rei ou o Estado exercia sobre seus súditos.

A partir do século XVIII, de acordo a leitura foucaultiana feita por Alves e Azevedo (2021), surgiu uma nova forma de organização do poder, em que o direito sobre a morte foi substituído por um poder focado na gestão e organização da vida. A política passou a se caracterizar como um biopoder o que envolve o controle e regulação da vida, buscando sua

⁸² No *Vocabulário Foucault*, Revel afirma que o termo *dispositivo* aparece em Foucault nos anos 1970 e designa inicialmente operadores materiais do poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de assujeitamento colocadas em prática pelo poder. Revel acrescenta que um dispositivo é um conjunto heterogêneo que comporta discursos, instituições, estabelecimentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas. Cf.: REVEL, Judith. **Vocabulaire Foucault**. Paris: Editions Ellipses, 2009. p. 39-41.

maximização e multiplicação. Em contraste com a legitimidade de provocar a morte ou permitir a vida, esse novo modelo de poder passou a focar em produzir a vida, com a possibilidade de decidir sobre a morte.

Alves e Azevedo (2021) frisam que a Biopolítica representa uma estratégia, ao mesmo tempo, de proteção e de maximização da força representada pela vida dos indivíduos em razão do valor gerado pela força de trabalho e não em função de uma pretensa filantropia, isto é, a vida só é útil se for saudável, dócil e disciplinada. Com esse novo modo de gestão da vida, a humanidade, enquanto espécie biológica, passou a ser um elemento central nas estratégias políticas. Segundo Alves e Azevedo (2021), para Foucault, o *bios* se tornou a base das lutas políticas e das exigências de direitos na modernidade.

Já de acordo com Morelle e Tabuteau (2010), a Biopolítica vai se constituir, a partir do século XVIII, uma forma de poder complementar à forma tradicional — o que não significa que o poder soberano tenha abandonado suas antigas prerrogativas de domínio sobre o corpo. A mudança significativa é que sua mais alta função, desde então, não é mais matar e sim investir a vida.

Isso é o que também identificam Alves e Azevedo (2021), pois para eles o poder disciplinar e a biopolítica articulam-se formando um sistema de aparatos que se auto fortalecem. Nesse sentido, dispositivos disciplinares e biopolítica se associam nas novas técnicas políticas que se fazem necessárias para o governo das massas urbanas, para que estas se ajustem à dinâmica da produção e do consumo na sociedade capitalista.

A biopolítica se concretizou a partir de duas novas formas de poder que concerniam tanto aos indivíduos quanto às coletividades: de um lado, o poder cria aparatos estatais capazes de governar populações (demografia, higiene pública, urbanismo), levando a um processo crescente de massificação e burocratização da sociedade; de outro, complementar a esse poder, encontram-se as técnicas individualizantes, consistentes em saberes e práticas destinados a dirigir os sujeitos de modo permanente e detalhado (Alves; Azevedo 2021).

Para Foucault, na leitura de Alves e Azevedo (2021), o biopoder designa a forma de administrar, controlar e conformar as populações (compreendendo-se aí o papel da educação, da assistência à saúde, dos meios de transportes, da securitização de diversos aspectos da vida social etc.). Ressalta-se ainda que tal Biopolítica foi posta em funcionamento, sobretudo, em paralelo à emergência do Estado de bem-estar social.

Segundo Roland Gori e Marie Jose Del Vogo (2005), o biopoder reenvia a manutenção e o governo da vida dos cidadãos ao Estado, que, para tanto, se apoia em meios cada vez mais sofisticados de técnicas biomédicas. Para esses pesquisadores, a biopolítica pressupõe uma

técnica de governo de populações, contrariamente à ética, que, através do cuidado de si⁸³, pode ser qualificada como um uma arte do governo de si.

Como já colocado, a ideia de sujeito cerebral tem fortes indícios de funcionamento na lógica da biopolítica. Ao nosso ver, a biopolítica se operacionaliza, entre outras formas, quando Rose (2003), através da nomeação de *self* neuroquímico e sociedades psicofarmacológicas, busca compreender como uma variedade de problemas, de questões associadas às capacidades subjetivas humanas passara a ser remodelada por drogas psiquiátricas no contemporâneo.

Azize (2008) sinaliza um direcionamento comum para questões levantadas por Ehrenberg (2009) e Rose (2003) e que indicaria a atualização da biopolítica. Três pontos trazidos por esse autor são importantes: 1) a medicalização de doenças como a depressão e a ansiedade; 2) Os mecanismos publicitários, estimulados pela indústria farmacêutica, e seu papel na difusão de doenças mentais; 3) A biossociabilidade como recurso que favorece determinadas formas de socialização.

O primeiro aspecto remete à medicalização de doenças como depressão e ansiedade. Há um debate interdisciplinar que tenta dar conta das conexões entre a disseminação desse fenômeno e os valores centrais que animam a cultura ocidental, uma medicalização dessa ordem é, sem dúvidas, uma das faces da biopolítica. Os transtornos de humor e de ansiedade têm sido motivo de discussões que envolvem as Ciências Sociais, a Filosofia e a Medicina, principalmente em virtude das transformações que ocorreram após o lançamento do Prozac, o mais conhecido dos inibidores seletivos da recaptção de serotonina, usado inicialmente para tratar as depressões moderadas (Azize, 2008).

Por intermédio do posicionamento dos autores acima citados, Azize (2008) afirma que o número de diagnósticos dessas doenças aumentou em progressão geométrica, ao ponto de a depressão ser candidata à “doença do século XXI”. O mesmo destaca o grande volume de publicações que discutem se os usuários estão, de fato, clinicamente deprimidos ou ansiosos, ou se estariam fazendo uso de medicamentos enquanto *enhancement* (aprimoramento), melhoria de si e não necessariamente acometidos por uma patologia. Importante ator no processo de construção social de doenças associadas ao sistema nervoso são os laboratórios farmacêuticos⁸⁴, hipótese defendida por Rose (2003).

⁸³ Para Judith Revel, o tema do *cuidado de si* aparece no vocabulário de Foucault no prolongamento da ideia de governamentalidade. A expressão cuidado de si é uma retomada da *epimeleia heautou*, que encontramos particularmente no primeiro Alcibiades de Platão e indica, na realidade, o conjunto de experiências e de técnicas elaboradas pelo sujeito que ajudam a transformar a si mesmo. Cf.: REVEL, Judith. **Vocabulaire Foucault**. Paris: Editions Ellipses, 2009. p. 96-98.

⁸⁴ Um dos retratos mais perversos da utilização da relação entre medicamentos, indústria farmacêutica e a busca inescrupulosa por lucros pode ser observada na série de *streaming* “O império da dor”. A série, cujo título

Esse contexto de utilização em larga escala de drogas psiquiátricas carrega consigo menos uma noção de “cura” e mais uma ideia de gestão do risco, na qual os indivíduos devem se engajar através de seus atos, por meio de suas escolhas. Verificamos, na letra de Rose (2003), que o *self* neuroquímico circula em um universo onde os limites entre doença e vicissitudes da vida não são muito claros, assim como não são nítidas as fronteiras entre cura, normatização e o melhoramento de si.

De forma relativa ao segundo ponto, verifica-se que os mecanismos publicitários, através dos quais os laboratórios divulgam os seus produtos, muitas vezes se confundem com a divulgação das doenças elas mesmas em campanhas informativas de *disease awareness* (propagação de doenças). Esse tipo de *informativo publicitário* foi objeto de pesquisa de Azize (2008), o qual destaca que este termo ficaria justamente na divisa entre uma peça publicitária e outra que divulga informações de utilidade pública.

Pois bem, nessas peças de publicidade, segundo o autor, fisicalismo e subjetividade se misturam em mensagens cujo conteúdo se concentra em uma forma de “linguagem da serotonina” ou “do cérebro”, isto é, na leitura de fenômenos subjetivos a partir de substratos neuronais. Contudo, esse tipo de publicidade deixa transparecer o caráter físico-moral das doenças, ao fazer uso de valores que estão no cerne da concepção moderna de indivíduo no Ocidente — como “autonomia”, “liberdade” e “natureza” —, o que de alguma forma serve para entrelaçar o biopoder e o *enhancement*.

Quanto ao terceiro tópico, Azize (2008) toma emprestado de Paul Rabinow (1999) o termo biossocialidade, quando este discute questões relativas ao alcance e às repercussões éticas e sociais levantadas por possíveis consequências do Projeto Genoma. Uma das hipóteses plausíveis é a de que, com o esquadrinhamento do genoma, ocorreria a formação de novas identidades e práticas individuais e grupais, decorrentes das verdades propagadas por resultados desse projeto.

Nesse sentido, haveria, por exemplo, grupos de pessoas portadoras de doenças genéticas específicas, as quais partilhariam suas experiências, fariam *lobby* em torno de questões ligadas à sua doença, educação de filhos, organização de seus ambientes familiares. O conceito de

original é *Painkiller*, é baseada no livro homônimo escrito pelo jornalista do *New York Times*, Barry Meier, e publicado em 2018. No livro e na série se analisa como uma epidemia de opioides nos Estados Unidos levou à morte em torno de 250 mil pessoas por overdose de *Oxycontin* entre 1999 e 2017. Esse medicamento, que era um analgésico produzido e comercializado pela Purdue Pharma, de propriedade da família Sackler, tinha como princípio ativo a oxicodona, um opioide de longa duração (12h) usado para suprimir dores moderadas a graves. A série mostra como a empresa ocultou informações sobre o abuso do *OxyContin* e realiza um relato contundente do fracasso do Departamento de Justiça em alterar a trajetória da epidemia de opioides e proteger os cidadãos.

biossociabilidade seria, ao nosso ver, a assunção de uma identidade a partir de determinada característica biológica e a condução de interações e relações sociais a partir dela.

Azize (2008) estende esse conceito de biossociabilidade para a temática cerebral. Ressalta que, embora no Brasil a tradição de se montar associações em torno de uma doença específica não seja tão forte como nos EUA, já se observa aqui alguns casos⁸⁵, inclusive no que se refere às doenças cuja tese etiológica repousaria em algum mau funcionamento do cérebro.

4.2.2 Sujeito Cerebral, ciência e ideologia

Não se pode deixar de pensar que essa concepção de sujeito cerebral venha se tornando também uma ideologia dominante no contemporâneo. Georges Canguilhem lembra que a ideologia era tida inicialmente como uma ciência, um discurso que estudava um conjunto de ideias. Porém, com Karl Marx o sentido mais forte de ideologia passou a ser tomado como sinônimo de ideias e representações que escamoteiam determinada realidade.

Para Fourez (1995), um discurso ideológico é aquele que se dá a conhecer como representação adequada do mundo, mas cujo caráter de legitimação predomina sobre o caráter descritivo. Uma representação é ideológica quando busca veicular uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados.

Por operar por meio de tradução, ou seja, por nomear, definir, abstrair determinados fenômenos por meio de conceituação, é que a ciência não conseguiria fugir de algum nível de um caráter ideológico, segundo salienta Fourez (1995). Para este, contudo, quando se almeja tomar na totalidade a tradução, a abstração pelo próprio objeto da realidade, corre-se sério risco de reducionismo dessa realidade.

A tradução é o modo de proceder da ciência e o que permite instrumentalizar, manipular determinados objetos de pesquisa com satisfatório nível de precisão. No entanto, o epistemólogo alerta que essa tradução pode encobrir certas características de determinado fenômeno e por isso mesmo não deve ser utilizada de forma universal, generalista.

Determinada perspectiva científica nasce de um solo, de um contexto sociocultural também determinado e a escolha de um paradigma científico, de um caminho epistemológico nunca é neutra, comportando um nível ideológico. Para Fourez (1995), o que quer que se faça,

⁸⁵ Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA). Cf.: <https://tdah.org.br/> e Associação Brasileira de autismo e conexão (ABRAAC). Cf.: <https://www.abraac.org/>.

são veiculadas representações do mundo que legitimam, motivam e ocultam, ao menos em parte, seus critérios e origens sociais.

Esse autor distingue dois tipos de ideologia na ciência: um discurso ideológico de primeiro grau designa as representações da construção das quais se pode ainda facilmente encontrar os vestígios. Esta é a situação dos discursos científicos em que houve o cuidado de se construir bem os seus conceitos de base e se está consciente das decisões que implicam toda prática científica. Já numa ideologia científica de segundo grau, a maior parte dos vestígios de sua construção foram suprimidos, isto é, os traços históricos dessa construção praticamente desaparecem e se pretende, prática ou teoricamente, que uma noção aí utilizada seja tomada por verdade objetiva e eterna (Fourez, 1995).

Num primeiro nível, a ciência constrói uma representação parcial da realidade, sendo inevitável e aceitável; no segundo, ela trata o discutível como evidente, o que é eticamente problemático. A ciência é útil ao se conectar com o cotidiano, mas ao fazê-lo oculta a distância entre abstrações e a realidade. Fourez (1995), entretanto, destaca que é difícil definir claramente os níveis de ideologia na ciência, porque não há critérios tão bem partilhados para identificar em que nível a “concentração” de ideologia na ciência esconde “demais” a realidade a que se reporta. Ainda assim, esse pesquisador propõe distinguir entre a ideologia esperada e aquela que transforma a ciência em propaganda.

Fourez (1995) entende que quando o portador do discurso compreende o nível ideológico de seu discurso e, ainda assim, opta por divulgá-lo, escondendo o contexto no qual foi gerado, ele estaria mais do lado da propaganda do que da ciência:

Falaremos de propaganda quando discursos ideológicos forem veiculados por grupos que, no entanto, estiverem conscientes daquilo que é ocultado por esses discursos, que são desejados com vista a projetos políticos ou econômicos. Na maior parte do tempo, contudo, os discursos ideológicos não constituem propaganda, pois aqueles que os difundem são relativamente pouco conscientes daquilo que é mascarado (Fourez, 1995, p. 190).

É claro que a ciência pode ser uma fonte poderosa de crítica a ideologias. Certas estratégias, discussões e experimentos podem mostrar a coerência ou incoerência de alguns pontos de um discurso ideológico. A bagagem científica pode contribuir nessa crítica ao evidenciar suas origens, seus pontos de vistas e os critérios que os subjazem.

No decorrer dos últimos séculos, a ciência se revelou instrumento extremamente poderoso para criticar as ideologias: graças a seus testes pontuais, puseram em questão os abusos de saber, presentes em muitos discursos éticos, religiosos, políticos etc. E desse modo que ela obteve o reconhecimento de sua capacidade de luta contra muitos “obscurantismos”. Não obstante, ela mesma parte de uma evolução sócio-histórica, é incapaz de apresentar uma verdade global e universal em substituição aos discursos ideológicos. Nisto, decepcionaram aqueles que viam nela a fonte de uma luz absoluta (Fourez, 1995, p. 184).

Mas nem sempre a ciência cumpre esse papel de crítica de ideologia, como nos lembra Feyerabend (2012). Ele nos alerta, inclusive, sobre o risco de se levar os parâmetros científicos com excesso de rigidez e da possibilidade de que a própria ciência venha a se tornar uma ideologia totalitária, mesmo que em determinado momento da História tenha tido um papel libertador em relação a outras formas de ideologia.

As ideologias, que também não são neutras, refletem e, ao mesmo tempo, alimentam um terreno sociocultural, de modo que em função da interseção entre as temáticas da ideologia e da ciência, seria inevitável não surgirem questionamentos éticos. Nesse contexto, para Fourez (1995), não se pode deixar de perguntar sobre até que ponto é aceitável que as pessoas divulguem determinada ideologia sem se dar conta disso, ou ainda sobre até que ponto cada um pode estar disposto a aceitar determinadas ideologia e recusar outras.

De qualquer forma, partindo dessas ponderações, o epistemólogo belga entende que o próprio alcance dos limites da ciência não encontraria respostas nas próprias ciências. Isso se assemelha ao que colocam Dunker e Iannini (2023), quando assinalam que não são vereditos de epistemologia, da própria ciência que vão decidir questões complexas, como problemas de ordem sociocultural.

Munidos dessas contribuições, entende-se que, por mais que a concepção de Sujeito Cerebral tenha se popularizado, ainda que, por vezes, inadequadamente, pela transposição nem de ideias cientificamente legítimas das neurociências, para o campo sociocultural, a naturalização dessa concepção comporta riscos.

Adotar a ideia de um homem neuronal como princípio suficiente para dar conta do universo subjetivo humano e tomar as neurociências, quase que exclusivamente, como parâmetro ideal de cientificidade traz consigo o risco de reducionismo no estudo das questões humanas, bem como seria insustentável do ponto de vista epistemológico. Isso porque, embora pareçam se adequar ao suposto padrão ouro de pesquisa científica, a noção de sujeito cerebral e, por extensão, as Neurociências não estariam isentas da marca histórica e dos interesses políticos e sociais.

Mesmo que não se invalidem achados e descobertas científicas nesse campo, não se trata de uma ciência neutra em suas bases epistemológicas e menos ainda em sua efetivação no campo social. No entanto, afirmar que a concepção de sujeito cerebral e a das neurociências não se encontram em patamar inquestionável de cientificidade não significa que se deva invalidar sua *démarche* científica, pois correr-se-ia o risco de engrossar o lado daqueles que negam as ciências.

A discussão apresentada abre diversas possibilidades de ampliação do debate, seja através das práticas terapêuticas, da medicalização ou do controle da subjetividade. No entanto, o nosso fio condutor principal nesse capítulo foi o mecanismo de saber-poder do discurso neurocientífico, especialmente através do conceito do sujeito cerebral, visando desmistificar a ideia de cientificidade que sustenta essa visão do ser humano.

Reiteramos que não se trata de negar a necessidade do cérebro como órgão fundamental para o desenvolvimento de funções vitais e do exercício de capacidades humanas. Isso é incontestado, como bem salienta Zorzanelli (2013). Mas o que exige crítica é o salto que considera que funcionamentos especificidades, particulares do cérebro, sejam condições suficientes para compreender o agir humano em sua riqueza e complexidade.

É sobre esse reducionismo que pondera também Ehrenberg (2009), pois considera que uma das características naturais maiores da espécie humana é viver em sociedade e que o homem é biologicamente equipado para viver como ser social. No entanto, na perspectiva reducionista do sujeito cerebral, isso parece ser tomado como questão de opção. Em Ehrenberg o ser humano, entendido como um ser cerebral e falante, implica em tomar a significação como critério mental, e para o autor esta seria relacional. O mesmo conclui que se sem corpo, sem cérebro, não haveria o homem, tampouco haveria ser humano sem vida social, sem mundo comum.

5 PSICANÁLISE: UM LUGAR SINGULAR NO CAMPO DA CIÊNCIA

Conforme posto no início do texto, o questionamento sobre a cientificidade da Psicanálise é concomitante ao próprio surgimento desta. No capítulo anterior, problematizamos o *status* científico das Neurociências contido na ideia de Sujeito Cerebral, o qual tem se naturalizado como “padrão ouro” na métrica de avaliação de justificação científica, conforme propalado por Pasternak e Orsi.

Deve se ressaltar que esse questionamento não confere, automaticamente, o selo de cientificidade à Psicanálise e sequer a isenta de interferências ideológicas. Contudo, entendemos que essa problematização é útil para se repensar diferentes concepções e os limites das ciências, para pôr em perspectiva a própria temática do demarcacionismo e delinear possíveis direcionamentos a respeito da cientificidade da Psicanálise.

No capítulo 2 apresentamos uma série de posicionamentos, respostas às críticas apresentadas à Psicanálise no livro *Que bobagem!*, de Natália Pasternak e Carlos Orsi (2023). Parte importante daquele capítulo destacou pesquisas e argumentos que privilegiam a comprovação da Psicanálise, seja pelo caminho da validação de sua eficácia clínica, seja pela validação extraclínica de conceitos da teoria psicanalítica. Ambas as linhas de defesa da Psicanálise foram feitas a partir de um modelo de ciências mais vinculado às *hard sciences*.

Observamos que esse caminho é uma estratégia valorizada por Paulo Beer (2017), por exemplo, como uma forma de permanência da Psicanálise no diálogo com a ciência ou em sua pertinência a esse campo. Sem sombra de dúvidas, consideramos válida essa iniciativa, porque faz sentido quando Beer afirma ser muito difícil romper ou encontrar brecha numa ideologia bem montada sem partir de um consenso, de uma posição reconhecidamente legítima.

Nesse cenário, criticar a ciência posicionando-se como se estivesse fora dela é um caminho um tanto ineficaz porque tem seu poder esvaziado antes mesmo de ser considerado, como alega Beer (2017). Tal posicionamento pode deslizar para uma acusação de não se reconhecer avanços científicos e, no limite, de negação da ciência⁸⁶. Adotar uma posição de crítica como elemento externo, pode levar a dois cenários, segundo esse autor (Beer, 2017):

- 1) O primeiro, de acreditar ser possível mudar toda a estrutura que estabelece a ciência enquanto campo privilegiado na determinação daquilo que é ou não legítimo. Nesse

⁸⁶ É do que acusam a Psicanálise e correntes pós-modernas, por exemplo, Vitor D. Andrade e Clarisse C. Ferreira. Cf.: ANDRADE, Vitor D.; FERREIRA, Clarisse. Os negacionistas que agora “defendem a ciência”. **Questão de Ciência**, jun. 2021.

caso, com essa possível mudança de estrutura considerar que aquilo que não seja ciência seja tão valorizado quando ela;

- 2) O de se construir um discurso frágil, alimentando um “minimercado” que avalia esse tipo de crítica como algo suficientemente interessante, mas que acaba por abdicar de qualquer efetividade em campos que podem ser de interesse da Psicanálise, como a saúde mental, as políticas públicas.

Defendemos que se colocar no campo da ciência não significa necessariamente aderir ao entendimento de ciência defendido por Pasternak e Orsi. Pensamos ser possível problematizar essa concepção de ciência que, a nosso ver, é por demasiado restritiva em relação a pluralidades de saberes, sem se posicionar fora do domínio científico. Fazer a crítica de determinados aspectos da ciência não significa se alinhar ao negacionismo desta, como querem fazer crer Douglas Andrade e Clarice Ferreira (2021).

Para alguns estudiosos, a Psicanálise é um caso típico de anomalia nas ciências, de acordo com o modelo de ruptura de paradigmas de Thomas Khun. Por outro lado, há pesquisadores que a pensam como uma prática ética e que a discussão sobre sua cientificidade não deveria ser central ou subsidiária à primeira⁸⁷.

A partir da revisão de literatura, constata-se que, apesar do posicionamento defendido por Paulo Beer, muitos psicanalistas entendem que apresentar evidências da eficácia da Psicanálise não é o caminho mais frutífero, a exemplo de Diogo Bogéa (2023), que argumenta que a ideia de cientificidade preconizada pelas ciências duras é pequena para a invenção freudiana. Dunker e Iannini (2023), até certo ponto, também seguem esse direcionamento e afirmam:

Não é difícil rebater o pseudoargumento da alegada falta de evidências da psicanálise, tampouco afirmar categoricamente que a psicanálise não é uma pseudociência. Mas o melhor de tudo isso é que tudo isso é nada.... Depois de mostrar as evidências da psicanálise e de desmontar o argumento sobre sua alegada pseudocientificidade mostraremos que o é que crucial na experiência psicanalítica tem pouco a ver com os termos com os quais o debate tem sido colocado nos últimos tempos (Dunker e Iannini, 2023, p. 208).

A partir dessa passagem é inevitável não se perguntar se apresentar as evidências de que a Psicanálise não é uma pseudociência não é o crucial nesse debate, o que, então, seria?

⁸⁷ Cf. PEREZ, Daniel Omar. A psicanálise como experiência ética e o problema da cientificidade. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n. 9, p. 1203-1232, dez. 2009.

Daniel Perez (2009), entre outros autores, indica que a cientificidade da Psicanálise foi uma questão crucial tanto para Freud como para Lacan, já Iannini (2007), por seu turno, pondera o deslocamento que Lacan realiza acerca da cientificidade da Psicanálise:

Lacan não pretende submeter a psicanálise a qualquer método científico pré-existente, tampouco submeter a cientificidade da psicanálise à sua subordinação a qualquer outra disciplina piloto. A pergunta propriamente lacaniana não é ‘que condições a psicanálise deve satisfazer para se transformar numa ciência?’ mas ao contrário, o que é uma ciência que inclua a psicanálise? (Iannini, 2007, p. 74).

Nesse sentido, Iannini (2007) vai defender não um posicionamento de oposição da Psicanálise em relação à ciência, mas uma relação de extimidade. Nesse caso, ele utiliza um operador próprio à Psicanálise como modelo da colocação do problema das relações entre esta e a ciência⁸⁸.

De todo modo, a conclusão possível é a de que qualquer uma dessas posições acerca do pertencimento da Psicanálise ao domínio da ciência — seja de forma a atender aos requisitos de um modelo padrão, seja de forma mais marginal — sempre vai refletir um posicionamento muito singular da Psicanálise enquanto forma de conhecimento. O que nos interessa aqui, portanto, é aprofundar o entendimento sobre essa característica peculiar.

O ponto de partida para ampliar essa investida é uma das críticas de Pasternak e Orsi (2023) em sua cruzada contra a Psicanálise. Esses autores reforçam o ponto de vista de críticos da Psicanálise de que, mesmo que ela tenha se iniciado com um projeto científico legítimo, este teria fracassado e se direcionado para uma forma de religião secular. Para eles, desde a década de 1950, quando a Psicanálise passou a ser taxada de pseudociência e suas pretensões científicas sucumbiram, uma intelectualidade que considerava o pensamento psicanalítico relevante como instrumento de análise da realidade interveio, com o intuito de dotá-la de novos fundamentos.

Uma das tentativas de reformulação, segundo Pasternak e Orsi (2023), envolveu a criação da distinção entre ciências “nomotéticas” (que produzem leis universais, como a Física) e “hermenêuticas” (que produzem interpretações dependentes de contexto, como as Ciências Sociais e a Psicanálise). No entanto, tal distinção no campo da ciência é mais antiga do que supõem Pasternak e Orsi, pois remete à diferenciação entre as Ciências da Natureza e Ciências Humanas, sendo praticamente contemporânea ao surgimento da Psicanálise.

⁸⁸ A estratégia de Iannini consiste em avaliar se a noção lacaniana de extimidade pode ser empregada para pensar o lugar da Psicanálise em relação à ciência. Extimidade, no sentido de uma operação que designa uma “inclusão externa”, referindo-se à relação do sujeito com o significante, mas levando-o também a se questionar até que ponto a psicanálise estaria incluída externamente na ciência. Cf.: IANNINI, Gilson. *Psicanálise, ciência extima. Epistemo-somática*, v. 4, n. 1, p. 69-78, 2007.

Essa distinção é um interessante ponto de partida, pois permite contribuir significativamente com a temática da cientificidade da Psicanálise, além de possibilitar a ampliação da compreensão do que vem a ser ciência e a saída do enquadramento a que gostariam de submeter os opositores da Psicanálise.

5.1 A Psicanálise freudiana: Ciências da Natureza *versus* Ciências Humanas

Ao ingressarmos no mundo acadêmico em nível superior no Brasil, é comum que nos depararemos, nas universidades, com centros acadêmicos que acolhem e agrupam a multiplicidade de cursos de graduação, segundo critérios de familiaridade, de proximidade epistemológica. São os Centros de Ciências Exatas e Tecnológicas, de Ciências Biológicas e de Ciências Humanas, por exemplo, que compõem o organograma e a paisagem de cursos de uma universidade.

Uma categorização de tipos de ciência que ainda ecoa em nosso tempo é a distinção entre Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Como aponta Richard Simanke (2009), o dualismo metodológico e ontológico dessas categorias se originou no meio neokantiano alemão, em meados do século XIX, sobretudo como uma reação à extrapolação do modelo da Física de Galileu e Newton para outros campos do conhecimento. Tal divisão organizou, em larga medida, a reflexão epistemológica ao longo do século XX.

Na perspectiva de Simanke (2009), esse extravasamento decorrente do iluminismo teve como projeto reformar a sociedade através da razão e, por inspiração do positivismo comtiano, buscou investir as Ciências Sociais por meio de um programa naturalista, que se mostrava como o mais “avançado” em termos de conhecimento naquele período. Como podemos perceber, a filosofia de Auguste Comte deixou sua marca tanto nas origens do problema da demarcação como nessa dicotomia entre Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Essa investida do naturalismo em relação ao campo das Ciências Sociais gerou uma reação antinaturalista que, como postula Simanke (2009), foi deflagrada nas últimas décadas do século XIX, sobretudo por filósofos neokantianos alemães, como Rickert, Windelband e Dilthey. Tinha por base a afirmação da especificidade metodológica das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), condensada na oposição entre *explicação* e *compreensão*. Enquanto o método explicativo seria característico das Ciências da Natureza, o segundo identificaria as Ciências Humanas.

Esse debate passou para a história das ideias como a “disputa dos métodos” (*Methodenstreit*). Tal discussão tinha como base a distinção feita por Kant entre a natureza e a

liberdade e foi a partir dela que se construiu, para as Ciências Humanas, um programa de investigação que tinha *por objeto ação humana e seus produtos, assim como a compreensão que os agentes possuam sobre essa ação e sobre si mesmos* (Simanke, 2009).

É interessante notar que o entendimento de Simanke (2009) é que uma diferença, *a priori*, metodológica na maneira de proceder cientificamente fortaleceu uma distinção ontológica, ou seja, as Ciências Humanas e Naturais passaram a ter “naturezas”, identidades diferentes e não relacionáveis. Para Simanke (2009), a não redução das Ciências Humanas às Ciências da Natureza passou a ocorrer pelo entendimento predominante, à época, de que os objetos daquelas são exceções à ordem da natureza.

Essa divisão ontológica passou a ser praticamente naturalizada, de modo que se faz presente até os nossos dias, remetendo à diferença entre o que é e o que não é humano. Essa dicotomia, conforme afirma Simanke (2009), se metonimiza também pela diferenciação entre o natural e o não natural (artificial). Para ele, as tentativas de superar essa divisão ocorreram mais em termos metodológicos do que ontológicos.

A retórica, muitas vezes defensiva, das humanidades, ainda perceptível no contemporâneo é, para Simanke (2009), uma de suas características mais fortes e fruto da afirmação de sua especificidade ao longo do seu desenvolvimento. Seu antagonista e, ao mesmo tempo, sua justificativa foi a versão do naturalismo científico⁸⁹ proposta pelo positivismo lógico, predominante na epistemologia entre as décadas de 1930 e 1960.

Desse modo, no contexto do positivismo lógico, como vimos nos apontamentos do problema da demarcação, a ciência tomada como modelo era, sobretudo, a Física, tida como uma ciência madura e como parâmetro de avaliação das pretensões de cientificidade das demais disciplinas. Como resultado dessa perspectiva neopositivista, ou as ciências deveriam ser *reduzidas* à Física (reducionismo fiscalista) ou, em suas versões mais extremas, todas as ciências deveriam ser por ela *substituídas* (eliminativismo)⁹⁰.

Diante das investidas do programa neopositivista, seria muito difícil não compreender porque as Ciências Humanas partiriam para uma postura defensiva. É como se, na distinção

⁸⁹ Nessa concepção a natureza é determinista, imutável e por conta dessa característica é possível buscar leis que a regem, pois há estabilidade em sua manifestação, em outras palavras: a natureza apresenta *regularidades* observáveis, cuja formulação em termos abstratos produz o enunciado das suas leis, e porque os fatos têm causas.

⁹⁰ Embora o positivismo lógico tenha ficado para trás enquanto programa de filosofia da ciência, o eliminativismo de inspiração fiscalista se faz presente nas relações entre Neurociências e Psicologia atualmente. A corrente mais radical de reducionistas nas Neurociências hoje em dia é o materialismo eliminativista, formulado pelo casal Churchland a partir dos anos 1970. Nessa forma radical de naturalismo, o objetivo é não apenas reduzir fenômenos mentais complexos às suas bases neurobiológicas, mas também tornar ultrapassadas descrições psicológicas, da vida mental, fazendo-as desaparecer, por serem consideradas ilusórias e inúteis. Cf.: Benilton Bezerra Jr. (2013).

entre as disciplinas capazes ou não de se encaixarem no modelo padrão de ciências, as humanidades sempre ficassem em desvantagem, restando-lhes a estratégia de exigir o pertencimento a outra ordem de cientificidade, avaliável por outros critérios (Simanke, 2009).

Com o enfraquecimento e a dissolução do programa do positivismo lógico a partir do final da década de 1960, como bem coloca Simanke (2009), não se conduziu a uma análise crítica e a um questionamento relevante da dualidade epistêmica que se opunha ao seu projeto específico de unidade da ciência. Para o autor em questão, o debate entre naturalismo e anti-naturalismo continuou ocorrendo, sobretudo porque nas Ciências Humanas predominava a concepção de naturalismo científico do positivismo, e resistir ao positivismo significava, portanto, recusar essa concepção de naturalismo.

O que ocorre é que as Ciências Naturais, sobretudo as ciências da vida, tiveram, no último século, um desenvolvimento importante, difícil de ignorar e que levava em conta uma alteração dessa concepção mais rígida de natureza. Nesse sentido, uma atualização sobre tal dicotomia científica parece ter se tornado mais urgente, na medida em que as Ciências da Natureza avançam sobre áreas de conhecimento tradicionalmente reservados às humanidades, como chama à atenção Simanke (2009) e como vimos, sistematicamente, no capítulo anterior.

De acordo com esse novo quadro, com a nova realidade é inevitável questionar não só em qual categoria de ciências se inserem as subdisciplinas ou especialidades como a Neuroética, a Sociobiologia, assim como se a dicotomia Ciências Naturais/Ciências Humanas ainda é produtiva ou epistemologicamente fecunda.

De qualquer forma, é importante tentar compreender como essa divisão afetou (e afeta) a Psicanálise. Simanke (2009), por exemplo, considera que a divisão foi pouco produtiva para a Psicologia, uma vez que o *status* de ciência desta e seu pertencimento às Ciências Naturais ou Humanas sempre foi um ponto controverso. Isso acabou refletindo, na Psicologia, em uma fragmentação considerável e conduzindo a uma pluralidade de programas de pesquisa e intervenção, por vezes opostos e concorrentes.

Alguns programas em Psicologia se inclinavam mais ao naturalismo (o funcionalismo, os diversos behaviorismos e, mais recentemente, a Psicologia Cognitiva e Psicologia Evolutiva). Já outras linhas de pesquisa e intervenção se alinhavam, predominantemente, com as humanidades, como as psicologias humanistas e fenomenológicas e a Psicologia Cultural (Simanke, 2009).

Já a Psicanálise, como salienta Simanke (2009), em suas correntes teóricas pós-freudianas, seguiram um caminho parecido com o da Psicologia. Dentre essas escolas encontram-se tanto as psicanálises antinaturalistas — como o culturalismo norte-americano, a

psicanálise existencial e a psicanálise lacaniana —, quanto as de ênfase naturalistas — com a psicologia do ego e, recentemente, a neuropsicanálise).

Outra característica a se observar é que, embora haja conflitos interpretativos da obra freudiana e do estatuto epistemológico da Psicanálise, como destacam Rondinelli Mariano (2018) e outros pesquisadores, é praticamente unânime a compreensão de que, para Freud, a Psicanálise era uma ciência.

Em passagem dos *Dois Verbetes de Enciclopédia*, Freud define a Psicanálise como

1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (FREUD, 1923, p. 253).

À época Freud já beirava os 70 anos e depois de 1920 já tinha feito grandes reformulações na Psicanálise, como a construção da teoria estrutural (id, ego e superego), introdução da ideia de pulsão de morte. Sendo assim, a definição acima pode ser considerada como um entendimento consolidado de Sigmund Freud sobre a Psicanálise.

Mais especificamente, Freud a considerava parte das Ciências Naturais, conforme também destacam Mariano (2018) e Mezan (2007). Entretanto, o que chama atenção, para Simanke (2009), é que, apesar disso, Freud não parece ter assumido todas as consequências dessa filiação, pois não seguiu o naturalismo preconizado pelo positivismo lógico, por exemplo. Seus esforços de teorização logo enveredaram por áreas tradicionalmente reservadas à história, à estética, à política e às ciências da cultura em geral (a arte, a religião, o laço social).

Mesmo que Freud afirme reiteradamente (como no *Projeto para uma psicologia científica*, na *Conferência sobre a weltanschauung* e em *Pulsão e seus destinos*) a filiação da Psicanálise às Ciências Naturais, Simanke (2009) considera que esse *interesse da Psicanálise em temas, a priori, identificados com as Ciências Humanas é o que garante sua singularidade e a torna epistemologicamente interessante*.

Simanke (2009) assume o posicionamento de que se encontram, na produção teórica de Freud, afirmações inequívocas de que a Psicanálise deveria fundamentar-se na Biologia e na Neurologia. Em Freud, os modelos exclusivamente psicológicos para a explicação do mental (a metapsicologia) deveriam ser considerados construções provisórias, à espera de que o avanço do conhecimento sobre o cérebro e o sistema nervoso tornasse possível sua substituição por uma teoria mais próxima da realidade que se trata de conhecer. Como vimos, essa é uma

perspectiva que sustenta relação mais forte de interlocução entre a Psicanálise as Neurociências na atualidade.

Apesar do risco de reduzir o cultural, o psicológico ao biológico, para Simanke (2009), a produção de Freud nessa interface costuma ser, em geral, valorizada justamente por sua originalidade. No entanto, essa valorização vem às custas de se desconsiderar a abordagem naturalista por meio da qual esse tipo de produção teórica de Freud foi inicialmente elaborado.

Não raro, conforme pontua Simanke (2009), se justificou a construção desse tipo de trabalho em Freud como em razão de idiossincrasias ou de excentricidade pessoal dele, que expressaria um apego ao ideal epistêmico adquirido na juventude, mas que teria se tornado anacrônico pelo próprio caráter revolucionário da sua teoria.

Aqui abrimos um parênteses sobre esse ideal epistêmico de Freud referido por Simanke (2009). Tal ideal remontaria à formação de pesquisador positivista de Freud, sobretudo nas áreas da neuroanatomia e da neuropatologia clínica. Como nos coloca Ernst Jones (1989), o ingresso de Freud no laboratório de pesquisa em fisiologia de Ernst Von Brücke durante sua formação o encheu de entusiasmo. Freud encontrou plena satisfação, admirando e procurando seguir seu mentor, mas também em função do encontro positivo com Sigmund Exner e Ernest Von Fleisch Marxow, assistentes de Brücke.

O criador da Psicanálise se identificou com o ideal de ciência voltado à busca da verdade e à integridade intelectual, como preconizado por Brücke⁹¹, embora não apreciasse a mensuração e exatidão estrita e sempre estivesse em luta com definições convencionais e rígidas (Jones, 1989).

Embora haja um debate nesse sentido, Simanke (2009) entende que, ao contrário do que quis fazer crer boa parte da historiografia oficial da Psicanálise, essa visão naturalista da Psicanálise, por parte de Freud, não foi abandonada nem significativamente alterada mesmo quando ele imprimiu orientação mais psicológica às suas pesquisas.

Pois bem, essa inclinação de Freud a considerar a Psicanálise uma Ciência Natural tem, de fato, sua razão de ser e, ainda assim, não impede que permaneça a impressão de que ele

⁹¹ Brücke integrava um movimento científico com dimensões mais amplas, conhecido com a escola de medicina de Helmholtz. A história desse movimento teria se iniciado entre as décadas de 1840 e 1850, com a amizade entre Emil Du Bois-Reymond, Ernst Brücke, Hermann Von Helmholtz e Carl Ludwig. Brücke era positivista por convicção e nessa época, mais que uma escola organizada de pensamento, o positivismo, herdeiro do iluminismo do século XVIII, buscava aplicar o programa das Ciências Naturais, suas descobertas e métodos para a investigação de todo pensamento e ação humanos. Nesse sentido, se contrapunham ao panteísmo e ao vitalismo comuns na compreensão da natureza naquela época, defendendo que não haveria forças ativas dentro do organismo que não as físico-químicas inerentes à matéria e que estas eram submetidas às forças de atração e repulsão. O que não pudesse ser explicado por esse caminho deveria usá-lo como meio ou pressupor novas forças com igual dignidade às forças físico-químicas. Cf.: Ernest Jones (1989); Peter Gay (1989).

trabalha com algo mais próximo das Ciências Humanas. Renato Mezan (2007) explora esses dois aspectos.

Para Mezan (2007), na conferência sobre a *Weltanschauung* ou *Acerca de uma visão de mundo*, Freud situa a Psicanálise como parte da Psicologia e, enquanto tal, inserida no campo científico. A Psicanálise não seria, nesse sentido, uma *Weltanschauung*, ou seja, uma visão de mundo própria, mas estaria vinculada à cosmovisão das ciências. Como indica Mezan (2007), *ela seria uma ciência especial, mas não no sentido de ser privilegiada ou exceção, simplesmente como uma ciência específica, com um território próprio, cuja missão é investigar o “terreno psíquico”, isto é, “as funções intelectuais e emocionais dos homens”*.

Freud caracteriza a *Weltanschauung* como um tipo de formação, uma construção mental que funciona a partir de uma suposição fundamental, de premissas que organizam, encaixam os fenômenos e direcionam a observação, afirma Mezan (2007). A cosmovisão científica não seria diferente, no entanto, sua especificidade estaria na crença na racionalidade do real, ou seja, na existência de leis que governam os fatos e de causas que os determinam segundo tais leis, que podem ser compreendidas por meio da razão.

O entendimento freudiano do que vem a ser o conhecimento científico se liga ao positivismo e às Ciências Naturais tomando a Física como parâmetro. O conhecimento seria possível, como observa Mezan (2007), porque a natureza apresenta *regularidades* observáveis, cuja formulação em termos abstratos produz o enunciado das suas leis, e porque os fatos têm causas, ou seja, outros fatos em cuja ausência eles jamais se produzem, e em cuja presença, excluídas eventuais intercorrências, eles regularmente se produzem. O *determinismo* é, assim, o pressuposto oculto da *Weltanschauung* científica e a Psicanálise se comportaria dessa forma. Veremos que as coisas não são tão simples assim.

Freud segue a crença na existência de leis naturais, na nossa capacidade de descobri-las, de corrigir erros nas teorias vigentes e propor outras, mais próximas dos fatos como são. O criador da Psicanálise entendia, portanto, que haveria teorias mais aptas a predizer com êxito o comportamento dos objetos de estudo e permitir aplicações tecnológicas mais complexas (Mezan, 2007).

Freud, que não estava distante da querela dos métodos, parece considerar tanto as *naturwissenschaften* como as *geisteswissenschaften* domínios homogêneos. Ele não via distinção entre elas e considerava a “psicologia das profundezas”, ou seja, a Psicanálise como parte da Psicologia, a qual, por sua vez, obedeceria aos cânones da ciência. Na interpretação de Mezan (2007), isso significa que não haveria necessariamente, para Freud, dois tipos diferentes de ciências com métodos e procedimentos próprios, mas uma só ciência que trataria, por um

lado, da matéria inanimada ou dos organismos vivos, e outra, que se ocuparia das atividades espirituais dos homens.

Conforme expressa Mezan (2007) “o objeto da Psicologia seria as faculdades afetivas e intelectuais dos homens e, de forma mais específica, a Psicanálise investigaria o inconsciente, suas leis e seus efeitos sobre os comportamentos dos homens, notoriamente uma Ciência Natural”.

Mariano (2018) lembra, a partir de Caropreso (2010), que uma Psicologia que adote apenas a consciência como seu legítimo objeto de estudo não poderia ser uma Ciência Natural, tendo em vista que a consciência e suas propriedades poderiam ser de uma natureza não material. Assim, para esse autor, a Psicanálise só pode ser uma Ciência Natural porque Freud assume que os processos inconscientes *são*, em última instância, processos cerebrais e neurofisiológicos, portanto dotados da mesma *natureza* material que os fenômenos abordados por outras ciências, constituindo assim objeto adequado a uma psicologia científica.

A estratégia freudiana de explicar os fenômenos psíquicos a partir de conceitos energéticos e a utilização de uma linguagem teórica de franca inspiração biológica não refletem simplesmente um apego à sua formação médica, são coerentes com sua filiação a uma perspectiva naturalista-materialista (Mariano, 2018 *apud* Caropreso, 2010).

É importante deixar claro que a interpretação desses pesquisadores, no tocante à primazia e valorização cerebral dos processos inconscientes em Freud, não é unânime no campo psicanalítico, como pode ser constatar em Perez (2009), por exemplo. Entre os pós-freudianos, a perspectiva lacaniana, por exemplo, privilegia a linguagem como eixo estruturante dos processos inconscientes.

O que não deixa de nos surpreender, seguindo observação de Mezan (2007), é Freud não considerar a Psicologia uma Ciência Humana, pois, afinal, o que haveria de mais humano que a mente humana em sua inerente complexidade? Uma das razões estaria no contexto da disputa dos métodos no contexto alemão, sobretudo no tocante ao emprego de diferentes métodos de pesquisas no estudo de diferentes regiões do real.

5.1.1 Explicação como método das Ciências naturais

A partir das contribuições de Paul Laurent Assoun, no clássico *Metapsicologia freudiana*⁹², Mezan (2007) retoma as diferenças metodológicas e ontológicas entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas em meados do século XIX. Nesse sentido, disciplinas como a

⁹² ASSOUN, P. L. **Introdução à Epistemologia Freudiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

História, a Economia, a Filologia ou a Etnologia lidam com realidades culturais, qualitativamente diversas dos corpos físicos ou dos organismos vivos, que são o assunto da Astronomia, da Física, da Química e da Biologia.

Haveria, para Mezan (2007), entre o “humano” e o “natural”, uma diferença ontológica (com as ressalvas já citadas a partir de Simanke (2009) e, para respeitá-la, seria necessário o emprego de métodos diversos no estudo de cada uma dessas dimensões da realidade (compreensão e explicação, respectivamente). No caso das Ciências Naturais, o método de base seria a explicação (*erklären*):

O estudo desse tipo de objeto visa a subsumir o particular no universal, através de procedimentos no essencial indutivos, e a formular leis das quais seja possível deduzir outras propriedades ou comportamentos, verificáveis em seguida por observações, experimentos, etc. A isso, os filósofos da época chamavam *erklären* (explicar). (Mezan, 2007, p. 328).

Como descreve Mezan (2007), é indiferente a esse tipo de método o indivíduo a ser examinado, pois a investigação o toma como exemplo de toda a sua categoria. Nesse sentido, é importante frisar que o que se descobre sobre tal indivíduo ou grupo de indivíduos é válido para toda a classe de seres a que pertence. Portanto, não é levada em consideração a singularidade do espécime, pois o que importa é aquilo que nele há de universal, o que se torna universal da própria classe, da categoria em questão — seja ela uma espécie, uma ordem (em Biologia), ou um tipo de matéria (um gás em Química, uma rocha em Mineralogia).

Uma variação, apontada por Mariano (2018)⁹³, desse modelo explicativo das Ciências Naturais é o modelo nomológico-dedutivo desenvolvido por Carl Hempel e utilizado por Karl Popper. Nessa concepção, a explicação precisa cumprir duas exigências primordiais: a primeira é indicar quais as condições particulares para que um fenômeno específico ocorra, isto é, precisa fornecer informações sobre quais fatores devem estar presentes para que o fenômeno a ser explicado ocorra. Dito de outro modo, essa primeira exigência deve expor as condições particulares e necessárias para que *x* fato ocorra.

A segunda condição que o modelo de explicação de Hempel precisa preencher, segundo Mariano (2018), é que explicação precisa enunciar o motivo de tal fato ocorrer, ou seja, expor, por meio de uma lei geral, qual a relação entre as condições particulares e o fato ocorrido. O *explanans*, nesse entendimento, se constitui das condições (c1, c2, c3....) para que um fato *x*

⁹³ Mariano (2018) toma como base SIMANKE, R. Causalité et emancipation dans la cure psychanalytique. In: COLÉN, C. M.; NICHE, B.; SANTOS (org.). **Jouissance et Souffrance**. (119-138). Paris: Campagne Première, 2013. Nesse texto, Simanke sustenta a possibilidade teórico-científica da Psicanálise baseado numa epistemologia formada na Filosofia da Biologia em idos dos anos 1960.

ocorra juntamente com a lei geral da natureza que governa a relação entre essas condições e o fato a ser explicado.

Para esse autor, o *explanandum*, que é o fato a ser explicado, e as premissas desse fato, que são as condições iniciais somadas à lei geral, preenchem os requisitos necessários e suficientes para que o fenômeno explicado ocorra. A previsibilidade e o determinismo vêm justamente do preenchimento dessas condições em tal concepção explicativa. Dessa forma, existe aí uma simetria entre predição e explicação, ou seja, existindo uma explicação satisfatória de determinado fenômeno, há então uma possibilidade mais concreta de se realizar uma a seu respeito, conforme salienta Mariano (2018).

Na explicação parte-se do fenômeno a ser explicado para a explicação em si, enquanto na previsão parte-se do *explanans* e chega-se ao *explanandum*, isto é, a previsão é a série de determinação na direção oposta à explicação, indica Mariano (2018). O determinismo é justamente isso, se há *explanans*, há, necessariamente, o *explanandum* — a explicação é a forma de um argumento logicamente válido em relação ao que se busca explicar. Não por acaso, esse modelo de explicativo chama-se nomológico-dedutivo (Mariano, 2018).

Essa teoria se aproxima da teoria da causalidade linear. Conforme destacado por Dunker e Iannini (2023), essa teoria costuma ser pensada como a relação entre evento A (causa) e evento B (efeito), sendo que este é uma consequência daquele. A estrutura lógica da causalidade pode ser formulada da seguinte maneira: “Se não A, então não B” e, para os autores em questão, tal entendimento é importante para distinguir causa de correlação.

Nesse caso, admite-se que a seta do tempo vai de T1, causa, para T2, efeito, e não o contrário. Ademais, na causalidade linear há uma proporção entre causa e efeito — por exemplo, quanto mais forte o chute na bola, mais longe e/ou mais rápido ela vai (Dunker; Iannini, 2023).

Sem dúvidas, dentre as Ciências Naturais, as ciências físicas, ao lidarem com o mundo inorgânico, parecem se adequar ou melhor perseguir esse ideal de explicação. Contudo, como afirma Mariano (2018), mesmo Ciências Naturais, como Paleontologia e a Biologia Evolucionista, que têm *status* científico preservado, não trabalham exclusivamente com o modelo nomológico dedutivo, abordando seus objetos de estudo de outra forma.

Há fenômenos no domínio da Biologia Evolutiva cuja explicação é impossível por meio de leis gerais, por meio do modelo explicativo nomológico dedutivo, como, por exemplo, o fenômeno do desaparecimento dos dinossauros, o surgimento e evolução do homem ou a diversidade orgânica. Para isso, é necessário outro modo de abordagem dos fenômenos dessa ordem (Mariano, 2018).

5.1.2 O Método nas Ciências Humanas

Já nas Ciências Humanas, o método explicativo se mostraria inadequado, pois, para Renato Mezan (2007), a investigação não teria relação com incluir o objeto de pesquisa em uma classe, tendo em vista uma lei universal. Cada objeto apresenta uma individualidade própria, irreduzível a uma categoria geral, conforme posto acima. Para esse psicanalista, incluir o objeto numa classe genérica não consegue dizer o que ele é em sua singularidade, portanto, é necessário compreendê-lo (*verstehen*). Isso só é possível buscando sua significação, desvendar seu sentido e descobrir o que o torna irreduzivelmente o que ele é.

O método compreensivo busca compreender as ações humanas e as estruturas sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos. Essa abordagem se distingue de métodos mais positivistas, que tentam observar e medir o comportamento humano de forma objetiva, similarmente às Ciências Naturais. O método, que surgiu no século XIX, tem nos filósofos e sociólogos alemães Wilhelm Dilthey e Max Weber seus principais expoentes.

Exemplos típicos de objetos das Ciências Humanas estudados por meio do método compreensivo ou hermenêutico são as civilizações, seus rituais, as crenças e valores culturais, as obras da arte, as normas religiosas, éticas e jurídicas, os sistemas políticos e econômicos. De acordo com Mezan (2007), o método hermenêutico consiste em interpretar as realidades nas quais é aplicado, ou seja, esclarecer sua significação e os meios através dos quais essa realidade se expressa, sobretudo, por meio de uma articulação interna, da comparação e da diferenciação com objetos, realidades análogas.

Esse método confere forte ênfase à interpretação e à subjetividade, com o objetivo de entender a perspectiva interna dos indivíduos e das sociedades, sem reduzir seus comportamentos a simples fatores causais.

Para Mezan (2007), a partir do supracitado trabalho de Paul. L. Assoun, no método hermenêutico eram comuns a infiltração de juízos de valor e a inserção de preconceitos ideológicos nessas análises, o que acabou por se refletir em diversos trabalhos culturais de base hermenêutica. Não por acaso, alguns desses estudos expressaram atitudes eurocentradas e, por vezes, xenofóbicas na relação de certas culturas para com outras.

No entanto, como já colocado, acreditar que mesmo as Ciências Naturais seriam isentas de valores, de preconceitos ideológicos, não seria totalmente plausível. Dunker e Iannini (2023), partindo de uma análise da história das ciências de Koyré, destacam a recusa de Galileu Galilei em relação às órbitas planetárias elípticas, conforme proposto por Kepler. Segundo os autores, a negação da hipótese de órbita elíptica kepleriana por parte de Galileu teria ocorrido mais em

função de discordância estética do que de evidências. Galilei acreditaria na simetria e perfeição do círculo e, em razão disso, pensava que as órbitas não poderiam ser elípticas.

Dunker e Iannini (2023) argumentam que acreditar numa interpretação ingênua do papel da evidência neutra na ciência contribui para uma narrativa mistificadora, pois até mesmo o uso de instrumentos científicos na ciência depende de uma teoria prévia que garanta a veracidade dos dados obtidos por meio deles.

5.1.3 O problema do método compreensivo para Freud

De acordo com a análise de Mezan (2007), para Freud, no método compreensivo predomina o “espírito de sistema”, isto é, uma ideia de que crenças preconcebidas prevaleçam ante a observação. Em razão disso, não se deve estranhar que haja, para o criador da Psicanálise uma analogia entre as *geisteswissenschaften* e a *weltanschauung*.

Para Mezan (2007) aquilo que Freud denomina *Geisteswissenschaften* é exatamente o mesmo que, na Conferência 35, recebe o nome de *Weltanschauung*: uma construção na qual os fatos devem ser incluídos nas posições que lhes correspondem, ainda que neles haja elementos resistentes a tal operação.

Freud consideraria, sob a ótica de Mezan (2007), que, na cosmovisão ou *weltanschauung*, o *a priori* prevaleceria sobre a observação, o desejo de completude predominaria sobre a tolerância ao não saber e a falta de humildade prevaleceria diante dos fatos que caracterizam o espírito científico. Isso revela, de certo modo, a crença de Freud na atitude científica, pois entendia que a Psicanálise não era uma visão própria e autossuficiente de mundo, mas parte da visão científica do mundo.

Ao nosso ver, essa concepção de Freud sobre a *weltanschauung* também pode ser comparada à ideologia, na medida em que, de alguma forma, mascararia a veracidade de um objeto da realidade. Sendo assim, não seria de se estranhar que Freud não se interessasse em associar a Psicanálise às Ciências Humanas, pois, para ele, parece haver justamente essa equivalência entre Ciências Humanas e a *Weltanschauung*, como assinala Mezan (2007).

Freud entendia que as ciências do espírito ou Ciências Humanas que têm por objeto o espírito, tomado no sentido de psiquismo ou de cultura (tudo que o homem cria para viver em sociedade), são um objeto legítimo da ciência, devendo ter aplicados os mesmos métodos investigativos das Ciências Naturais (Mezan, 2007).

Em Freud, a partir do que coloca Mezan (2007), as Ciências Humanas derivam das funções intelectuais e afetivas dos seres humanos e haveria uma continuidade entre Psicologia

individual e social. Nesse sentido, ao abordar fenômenos sociais ou culturais, o pai da Psicanálise empregava conceitos e hipóteses construídos no estudo do indivíduo. Os objetivos eram compreender, explicar e aguardar (no caso da Psicologia Social) que essa explicação contribuísse, a longo prazo e com o auxílio de outros fatores, para que os homens pudessem transformar suas condições de vida.

Portanto, quando Freud aborda temas socioculturais, análise de arte, recusa também a aplicação do método compreensivo, por dois motivos: Tanto porque considera que é possível aplicar os mesmos métodos utilizados na psicologia individual, como pelo seu entendimento de que esse método, como já frisado, estaria mais sujeito à contaminação por juízos de valor.

Essa última característica se relaciona à intenção de Freud de imprimir neutralidade diante de seu objeto de pesquisa. É o que sublinha Mezan (2007), quando indica que tal postura tem a ver com o ideal ascético do cientista positivista em não proferir julgamentos morais sobre desejos e fantasias dos pacientes.

Ainda de acordo com o que coloca Mezan (2007), fantasias homicidas ou coprofílicas, que aparecem no caso do Homem dos Ratos, são tratadas com a mesma isenção e cuidado observados também na postura de Freud diante de temas das Ciências Humanas. Em *Totem e tabu*, por exemplo, cujo objeto seria tipicamente classificado dentre as *Geisteswissenschaften*, não se encontram avaliações depreciativas, desvalorizantes sobre inferioridade intelectual ou moral dos “povos primitivos”, como era comum em pesquisas da época. Na verdade, como menciona Mezan (2007), o argumento de Freud parte das semelhanças entre a vida mental dos selvagens, a dos neuróticos e a das crianças ocidentais.

Duas palavras acima mencionadas são comuns quando se aborda o tema de metodologia em pesquisa e nos chamam atenção: neutralidade e isenção. Justamente elas são alvo de análise de Coelho (2012) na relação entre Psicanálise e ciência.

Daniel Coelho (2012) busca discernir entre a condição metodológica que exige a isenção do cientista e a postura analítica de neutralidade. O primeiro caso se trata de isolar o cientista do experimento, ou seja, fazer com que o primeiro (suas vontades, desejos e crenças) não interfiram no segundo. O segundo se refere à recomendação freudiana sobre o posicionamento do analista e do analisante para a escuta do inconsciente (atenção flutuante e associação livre).

Interessante notar, com Coelho (2012), que a isenção do cientista é uma consequência do método hipotético dedutivo de Popper. Este, como expusemos no capítulo introdutório, foi um crítico do positivismo lógico e, portanto, do verificacionismo e indutivismo como métodos suficientes para a sustentação de verdades científicas. Segundo Popper, era logicamente impossível garantir a transição do particular para o universal e concluir pela generalização de

uma verdade, conseqüentemente, o indutivismo e verificacionismo não eram critérios válidos de demarcação científica.

Em Popper, como salienta Daniel Coelho (2012), a tarefa dos experimentos, do empirismo, era a de submeter uma teoria, uma hipótese, a árduas condições de testagem e o fato dessas hipóteses resistirem sobreviverem aos referidos testes, as colocava no jogo da ciência. Ainda assim, a certeza de determinada teoria estaria em aberto e tal conjectura poderia se submeter a novas testagens. A verdade sempre estaria em xeque e a ciência sempre em aberto.

É em função dessas características — de que a ciência seja composta de proposições que possam ser refutadas, portanto, testáveis e de que a ciência esteja sempre aberta a revisão — que, segundo Coelho (2012), o cientista deve se isentar em relação a teorias, ideias e hipóteses. Ele precisa estar disposto a abandonar qualquer teoria que, em primeiro lugar, não seja falseável, e em segundo, que, sendo falseável, não resista à testagem. Nas palavras do autor, para fazer parte da ciência servem:

Apenas ideias que se possa jogar fora depois, com as quais não se tenha comprometimentos, ideias que possam ser trabalhadas sem que o cientista nada tenha a ver com isso. É preciso manter-se isento diante do trabalho científico. Sob a pena de Popper (mas não só dele), a ciência traz em si essa marca, a de um radical não comprometimento, isenção, imparcialidade, distância. Ela não tem ética, não tem opinião, não tem nada a dizer sobre coisa alguma a não ser as pequenas fórmulas que extrai de seus procedimentos (Coelho, p. 458).

A metodologia de Popper almeja expurgar as motivações, o desejo do cientista. Ainda que o pesquisador possa ter alguma inspiração metafísica, religiosa, esta deverá ser submetida ao método para que se garanta a pureza do dado obtido e o descarte de uma ideia que não seja aprovada nesse crivo metodológico. Cabe ao experimento corroborar ou refutar uma ideia e não ao cientista. O cientista está resta isento, imparcial, pois o método serve de garantia para a sua própria imparcialidade e o dado não é mais de sua responsabilidade, mas do método.

Já em relação à neutralidade enquanto postura clínica do analista, Daniel Coelho (2012) chama atenção à inspiração científica considerável que o método clínico da Psicanálise recebeu e lembra que a associação livre e a escuta flutuante requerem de analista e analisando a mesma postura, quase burocrática, que se espera do cientista. Mais do que isso, chega a ser icônica a ideia de que um paciente se desloca ao consultório do psicanalista regularmente para lhe comunicar o que lhe vem à mente enquanto o profissional, em contrapartida, vai pacientemente trabalhando com esses dados.

No entanto, as semelhanças entre esses dois mundos vão esmaecendo, pois, como pontua Coelho (2012), o que o paciente traz para a sessão já é da ordem do sintoma e, além disso, qualquer aderência à Psicanálise só ocorre em função de uma boa dose de neurose de

transferência, e, portanto, de desejo. Diferentemente da perspectiva de ciência de Popper, em que o desejo do cientista deve ser expurgado de toda consideração para não contaminar os resultados, para não macular o objeto, em Psicanálise os desejos do analista e do analisando são evocados, questionados e levados em consideração.

Na perspectiva de Daniel Coelho (2012), o ambiente da análise é necessariamente sujo, comporta aquilo que a ciência despreza, os problemas familiares, o lixo filosófico e religioso, tudo que emerge do dito do paciente. A neutralidade clínica do analista serve para acolher e considerar esse tipo de produção, o que quer que seja, o que se julga inútil, o que atrapalha, o que se quer ver longe, muito próximo ao que coloca Mezan (acima). Estar neutro quanto a isso não significa isentar-se do que quer que seja, pois, como lembra Coelho (2012), é preciso prestar atenção no seu próprio lixo.

Quando elabora as recomendações da associação livre e da escuta flutuante, o que Freud quer enfatizar, de acordo com Coelho (2012), é o pressuposto de que o paciente não deve desprezar nada que venha a sua mente, que nada precisa ser lapidado ou selecionado para entrar no circuito da fala e da análise. Tudo o que passar pela mente do analisando deve ser comunicado, enquanto que tudo que vier no psiquismo do analista, em razão dessa relação, deve ser considerado também.

O tema do desejo, em especial o desejo do analista, abre uma série de questões importantes no campo da Psicanálise. Daniel Coelho (2012) cita, por exemplo, a leitura de Jacques Lacan sobre esse tópico e como isso acabou por produzir modificações teóricas, técnicas e institucionais no meio psicanalítico.

Para além desse ponto, é muito importante ressaltar que essas ideias de neutralidade e de isenção ainda assumem outros sentidos no âmbito da Psicanálise. Quando extravasam do plano teórico-metodológico para uma perspectiva sociopolítica mais nítida, constata-se que se eleva em mais um grau a complexidade das relações entre psicanálise, ciência e política.

5.2 Um olhar externalista sobre a cientificidade da Psicanálise freudiana

Até então, o desenvolvimento da cientificidade da Psicanálise neste capítulo foi situado no campo epistemológico, nesse contexto da disputa dos métodos, na dicotomia Ciências Naturais/Ciências Humanas. Pensando a partir desse olhar internalista à ciência, o posicionamento de Freud, conforme aponta Mezan (2007), se explicaria por esse ideal ascético do cientista positivista. No entanto, a leitura sociocultural e política nos fornece uma leitura

importante sobre esse debate e que ajuda também a melhor compreender o contundente posicionamento de Freud acerca da Psicanálise como um tipo de ciência natural.

Florent Gabarron-Garcia⁹⁴ (2023) traz uma contribuição significativa nesse sentido, ao fazer o percurso de uma história política da Psicanálise. Ele entende que, de forma geral, na historiografia da Psicanálise, predominaram leituras que deixavam de lado a contribuição de psicanalistas ou de movimentos internos à Psicanálise que estariam mais ligados ao campo progressista, a ideais revolucionários.

No prefácio desse livro de Gabarron-Garcia, Christian Dunker (2023) assinala que o autor toma como antímodo ideológico ao seu trabalho a história da Psicanálise de Ernest Jones. Gabarron-Garcia demonstra que, na Viena dos anos 1920, a Psicanálise não teria ficado restrita a uma clínica das elites para as elites. Ele vai além e aponta que, majoritariamente, a historiografia oficial da Psicanálise ignorava a luta de classes processada no interior do movimento psicanalítico.

Esse modelo de história da Psicanálise, sustentado por Jones, como destaca Dunker, buscou apagar, em função de uma narrativa heroica e hagiográfica da Psicanálise, a sistemática interlocução de conceitos entre esta e teorias críticas e experiências políticas de engajamento direto na transformação social concreta.

Devido a essa característica, passou a ser um lugar comum julgar a Psicanálise como uma abordagem adaptacionista, segregacionista, centrada no masculino e familiarista. Zaretski⁹⁵ (2006), que possui trabalho significativo sobre a inserção da Psicanálise no meio sociocultural, destaca que, na história desta, ela pode ser vista sobre duas perspectivas: a da absorção, quando se alinharia com práticas e valores vigentes na sociedade, chegando a colaborar na manutenção do *status quo* da mesma; e a da marginalidade, quando seus fundamentos, sua teoria e prática são tomados como meios, instrumentos de crítica e transformação da realidade, impulsionando movimentos contra os modelos predominantes.

O texto de Freud sobre a *weltanschauung* é lido por Florent Gabarron-Garcia sob a ótica da mudança de pensamento de Freud a respeito da relação da Psicanálise com a política, com o comunismo e diante do levante do nazismo na Europa.

Entre 1918 e 1927, Freud se inclinaria a promover uma visão política da Psicanálise mais otimista e voltada às reformas progressistas que marcaram a época, sobretudo influenciadas pela revolução Bolchevique na Rússia. Nesse momento, Sigmund Freud e a

⁹⁴ GABARRON-GARCIA, Florent. **Uma história da psicanálise popular**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2023.

⁹⁵ ZARETSKI, Eli. **Segredos da alma: uma história sociocultural da Psicanálise**. Trad. Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2006.

Psicanálise foram levados a um posicionamento de intervenção política mais direta no tocante à saúde mental das populações.

A versão do Freud alinhado com uma visão política mais progressista, favorável ao comunismo (embora não fosse comunista) foi bastante disseminada entre os analistas. Gabarron-Garcia (2023) entende que no Congresso Psicanalítico Internacional de 1918, em Budapeste, Freud pede que se amplie para os mais carentes o alcance da psicanálise clássica. Nessa ocasião não restam dúvidas sobre a questão política, que é abertamente assumida.

O voto de Freud em favor de uma psicoterapia popular será realizado e além dos analistas envolvidos em tratamentos mais populares, observava-se que a atmosfera como um todo era revolucionária. Impérios, monarquias aparentemente eternas, foram derrubadas por revoluções comunistas e socialistas: em 1917 na Rússia, seguida pela Hungria e Alemanha, o que para maioria dos atores significava que era um movimento mundial.

Foi essa atmosfera revolucionária, socialista que permitiu a abertura de mais de doze policlínicas com a atuação da Psicanálise de modo massificado. Houve também a participação de psicanalistas de modo mais direto nesse horizonte revolucionário e Sandor Ferenczi, por exemplo, que era próximo de Gyorgy Lukács, teve sua indicação feita por este, para a primeira cátedra de psicanálise na Universidade de Budapeste (Gabarron-Garcia, 2023).

Cabe destacar, junto ao que coloca Gabarron-Garcia, que a primeira “institucionalização” (para além das típicas associações) da Psicanálise teve lugar em um estado revolucionário. Em função de seus posicionamentos sobre a sexualidade e educação, os analistas acompanharam culturalmente as turbulências políticas e grande maioria deles se posicionava claramente à esquerda no espectro político, como por exemplo, dentre outros, Ernst Simmel que presidia a Sociedade dos Médicos Socialistas e Helene Deutsch, que fazia parte do ciclo de pessoas próximas à Rosa Luxemburgo.

Gabarron-Garcia (2023) demonstra a profunda relação da Psicanálise com os ideais progressistas e revolucionários que trouxeram, além da criação das policlínicas, outras experiências concretas que ocorreram em diversas frentes, dentre elas: A criação, na Rússia, de um Instituto Psicanalítico Estatal, ao qual estavam ligados clínicas e um lar para crianças; A experiência de Tatiane Rosenthal de tratar doentes mentais com base na Psicanálise e dirigir uma escola para crianças de rua em Petrogrado; O lar para crianças (o Detski Dom), baseado em princípios analíticos e fundado por Vera Schmidt; a experiência de Wilhelm Reich na policlínica de Viena e em outros espaços que fizeram com que o mesmo conferisse grande relevância às condições materiais da vida do paciente em sua teoria e conduta clínica.

Do ponto de vista teórico, em relação ao otimismo de Freud com o progressismo, Gabarron-Garcia (2023) afirma que um trabalho emblemático da atmosfera dessa época foi *O futuro de uma ilusão*⁹⁶, de 1927. Nele, o pesquisador destaca a defesa de Freud por uma educação em que a pressão social fosse dessacralizada e substituída por uma abordagem baseada nos fatos e na racionalidade. Ainda segundo o autor, nesse trabalho, Freud justifica a revolta das massas contra a opressão sofrida e denuncia a sina reservada às mulheres.

No entanto, esse momento vanguardista de maior aproximação da psicanálise com movimentos políticos progressistas começou a ruir, especialmente em razão das mudanças políticas da época. Freud redige, em 1929, *O mal-estar na civilização*⁹⁷ e nele dá fortes sinais de pessimismo em relação ao processo de socialização do humano. Nele, para Gabarron- Garcia (2023), Freud é categórico ao considerar como ilusão tanto a religião quanto o comunismo.

A partir de então Freud vai insistir cada vez mais na neutralidade da psicanálise, que significa, em síntese, que a psicanálise é uma ciência e que não deve, portanto, tomar partido político. Essa neutralidade veio a se tornar a estratégia principal de “salvação” da psicanálise, orquestrada por Ernest Jones⁹⁸ e adotada por Freud e alguns de seus discípulos mais próximos (Gabarron-Garcia, 2023).

A defesa de Freud para que a Psicanálise não fosse considerada uma visão de mundo remetia a necessidade de que ela fosse preservada de apropriações ideológicas. Ainda que suas descobertas não deixem de ter repercussões sobre o mundo e sobre a política e que venha a ter aplicações sociais, estas deveriam ser regidas pelas descobertas científicas, articuladas a partir da lógica interna à psicanálise (Gabarron- Garcia, 2023). Em outras palavras, a Psicanálise poderia ser aplicada, expandida para além do tratamento, desde que se guiasse por sua lógica interna e não por considerações partidárias.

O que Gabarron Garcia (2023) defende veementemente é que essa mudança radical no posicionamento de Freud, de uma defesa de ideias progressistas para uma Psicanálise apolítica, só pode ser melhor compreendida à luz da geopolítica do momento. Foi esse contexto que teria conferido as condições históricas e materiais para a enunciação de uma Psicanálise neutra.

⁹⁶ Freud, S. (1927) **O futuro de uma ilusão**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

⁹⁷ Freud, S. (1930). **O mal-estar na civilização**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

⁹⁸ Psiquiatra e psicanalista galês, Jones é o representante da Psicanálise anglo-saxã dentro da Associação Psicanalítica Internacional. Em 1911, fundou a Associação Psicanalítica Estadunidense e, em 1919, a Sociedade Britânica de Psicanálise. Também é conhecido por sua biografia de Freud (uma verdadeira hagiografia), intitulada *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Conforme Gabarron- Garcia (2023).

Com o declínio de Lênin no poder da Rússia a partir de 1923, Stalin assume a dianteira e com ele vai acontecer a interrupção de uma série de experiências progressistas que vinham sendo desenvolvida entre os soviéticos (ex. fechamento do lar de crianças de Vera Schmidt, reinvestimento na autoridade paterna como alicerce da nação). Isso vai ser um golpe duro nos movimentos de emancipação e na Psicanálise russa, o que segundo Gabarron-Garcia (2023), teria se expressado, sob a pena de Freud, na condenação do comunismo e em seu pessimismo quanto ao processo civilizatório no texto *O mal estar na civilização*.

Os movimentos progressistas da Europa Ocidental foram se dispersando, o antisemitismo foi ganhando cada vez mais terreno e a experiência da Rússia revolucionária, em que Freud acreditava e na qual apostou suas fichas (sobretudo em uma educação libertária e laica) se fechou em um forte autoritarismo. Como resultado, se tornou difícil para o criador da Psicanálise alimentar qualquer esperança no futuro (Gabarron- Garcia, 2023).

Foi graças a esse colapso do movimento revolucionário na Europa que Ernest Jones encontrou o solo apropriado para propor uma revisão da articulação da Psicanálise com o campo da política. Para Gabarron-Garcia (2023), no momento em que a Psicanálise tem grandes chances de se tornar uma catástrofe na Europa continental devido ao recrudescimento do fascismo, uma nova estratégia vai emergindo: deslocar seu centro de gravidade para o eixo anglo-saxão e torná-la discreta na Áustria e na Alemanha como o intuito de “preservá-la” ante o Terceiro Reich.

Essa nova diretriz apoiada por Freud, apesar da maioria dos seus discípulos serem contra, tem como orientação eliminar das instituições de Psicanálise os analistas que se posicionam de forma contundente pela esquerda: Um dos casos mais emblemáticos trabalhado por Gabarron-Garcia (2023) foi a perseguição e expulsão de W. Reich, consumada em 1933 e articulada por Jones, inclusive com o apoio de Anna Freud.

Essa expulsão também foi o prenúncio da racialização do Instituto de psicanálise de Berlim⁹⁹ e o movimento de expulsão também dos judeus, dos quais muitos eram de esquerda, e eminentes vozes no movimento psicanalítico. Gabarron-Garcia (2023) lembra também que na Áustria dos anos 1930, qualquer movimento teórico, estético, moral ou político que comportasse participantes com uma “visão não ariana de mundo” corria o sério risco de se ver perseguido pelos nazistas. O caso de Max Eitingon foi muito significativo, pois com a ascensão

⁹⁹ A arianização de instituições públicas e privadas no Terceiro Reich não ocorreu apenas na psicanálise. Edith Sheffer no livro *Crianças de Asperger* relata bem como esse movimento atingiu instituições de saúde, educativas e de serviço social. SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. Tradução: Alessandra Bonrruquer. Editora Record, São Paulo. 2021.

de Hitler ao poder ele foi destituído do Instituto psicanalítico de Berlim, do qual foi o fundador, principal financiador e um dos maiores nomes da internacionalização da Psicanálise.

Tanto o caso de Reich como o de Eitingon são apresentados em riquezas de detalhes na obra de Gabarron-Garcia (2023). No entanto, para permanecer com o foco mais delimitado, gostaríamos de frisar, junto que ao propõe Gabarron-Garcia (2023), que esse apolitismo da Psicanálise é justificado sob a armadura dever ser considerada uma ciência.

Para Gabarron-Garcia (2023) a conferência *Acerca de uma visão de mundo* é ilustrativa desse posicionamento de Freud. Sobre ele Gabarron-Garcia afirma o seguinte:

Contrariamente à leitura que o meio analítico dominante faz dele hoje, não se trata somente de epistemologia. Em plena ascensão do nazismo, Freud defende no texto a ideia de uma neutralidade da ciência psicanalítica. A pretexto de uma discussão científica, Freud designa como adversários, depois da religião, o anarquismo político (a “contrapartida” do relativismo na ciência) e o marxismo (Gabarron- Garcia, 2023, p. 78)

Freud, que no mesmo ano de 1933 também publicou *A psicologia do eu e análise das massas* no qual critica o nazismo, considera o marxismo uma visão de mundo não científica, ou seja, uma ideologia no texto sobre a *Weltanschauung*. Seguindo a lógica da “salvação” da Psicanálise, o subtexto político, segundo Gabarron-Garcia (2023), indica o posicionamento de Freud em se opor a uma psicanálise engajada.

Contudo, para Gabarron-Garcia (2023), foi um erro confiar na ideia de que se a Psicanálise se apresentasse como uma ciência, acima das opiniões e alinhamentos, isso a protegeria das perseguições políticas de governos, Estados e nações.

Esse autor salienta que a própria discussão sobre a *weltanschauung* foi utilizada como argumento para destituir Max Eitingon do Instituto psicanalítico de Berlim, para perseguir e expulsar Wilhelm Reich, para fazer parte da Sociedade Alemã de Medicina Geral para a Psicoterapia, que exigia de seus membros um juramento de lealdade ao Führer. Para Gabarron-Garcia (2023) esse movimento de busca de neutralidade da psicanálise deixou marcas severas no movimento psicanalítico alemão, que durante muito tempo permaneceu praticamente inerte.

A articulação entre Psicanálise e política tem continuidade e repercute ainda em nossos dias, seja do ponto de vista histórico, seja do recorte que expõe Gabarron-Garcia em seu livro. Entretanto, para o objetivo alvo de nossa pesquisa consideramos que essa entrada na perspectiva sociopolítica a respeito da cientificidade da Psicanálise seja suficiente.

Portanto, após essa relevante incursão munidos de um olhar externalista sobre a cientificidade da psicanálise, passaremos ao modo funcionamento da Psicanálise freudiana com

o intuito de desenvolver elementos que nos leve à compreensão da singularidade da Psicanálise em pertencimento ao campo científico.

5.3 Sobre o funcionamento da Psicanálise

É importante ter claro que essa subseção não visa destrinchar, obviamente, todos aspectos da construção teórico-prática da Psicanálise freudiana, mas fazer um recorte a respeito de conceito da causalidade, que é muito vinculado à ideia de explicação — tão cara às Ciências Naturais.

Tanto em virtude da formação de Freud quanto pela reconstituição do caminho inicial da Psicanálise como um ramo da Medicina, constata-se que ela tinha por objetivo não somente compreender o mundo psíquico, mas também nele intervir, conforme ratifica Mezan (2007). Contudo, para intervir com conhecimento de causa e em caráter científico era preciso, como destaca esse autor, criar uma teoria que explicasse o funcionamento da mente e como se adoecia mentalmente. É o que, segundo ele, Freud busca fazer, de modo mais específico, no *Projeto*, de 1895, e, com mais êxito, no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*.

O modelo metapsicológico inicial vai sendo retomado e modificado ao longo da obra de Freud, salienta Mezan (2007), e a partir do confronto entre observação e teorização surgem as hipóteses freudianas sobre os determinantes dos comportamentos, os sintomas psíquicos como, por exemplo, conflitos que opõem pulsões e desejos, fantasias e desejos. Essas hipóteses, por seu turno, orientariam as intervenções do analista no sentido de equilibrar tais fatores tendo em vista maior mobilidade psíquica (Mezan, 2007).

Na Psicanálise freudiana, segundo Mezan (2007), a teorização ocorre em dois níveis diferentes. O primeiro e mais geral é o das grandes hipóteses sobre o inconsciente, as pulsões, o conflito defensivo, a angústia e outros elementos do “acontecer psíquico”. Esse seria o domínio da universalidade ou da generalidade, e o que a teoria apresenta é uma visão do ser humano movido por forças que desconhece.

Ainda de acordo com esse psicanalista, ainda que se reconheça a complexidade da construção freudiana, não se deve perder de vista que, na verdade, ela coloca em jogo um número limitado de fatores, conceitos (pulsões, angústias e defesas, entre outros), e um número relativamente inextenso de operações que sobre eles incidem (os processos primário e secundário). Segundo Mezan (2007), é o caráter eficiente, propulsor desses fatores que determinaria as combinações variadíssimas da vida psíquica.

Já um segundo nível de teorização da Psicanálise se baseia no que o paciente relata sobre sua vida e no que dela manifesta no tratamento, nas condições da transferência. É sobre esses dados, como sublinha Mezan (2007), que a imaginação do analista vai trabalhar. Caberia aos analistas não apenas a interpretação dos elementos que vão surgindo, mas também a reconstrução da cadeia provável de eventos que resultou nos sistemas, nas fantasias e demais particularidades de determinada pessoa.

Na prática do analista, a partir da teoria, a intervenção consiste em desfazer configurações psicológicas nocivas e favorecer novos arranjos, em certa medida, mais saudáveis. Essa era, muitas vezes, uma contraposição genérica de Freud em relação ao campo da Filosofia, o qual era por ele tomado como especulativo (Mezan, 2007).

Diante do exposto, não é de surpreender a percepção de que esse tipo de teorização em Psicanálise se aproxime do que se realiza nas ciências do espírito, na medida em que nestas o que conta é a especificidade individual do objeto. Por isso, como sublinha Mezan (2007), Dilthey chamava as Ciências Humanas de idiográficas, em razão do radical grego *idio* (próprio, específico, único, como em idiosincrasia).

Ao se combinar as teorias gerais da Psicanálise (inconsciente, conflito psíquico, papel do Édipo, defesas) com as circunstâncias únicas daquela vida (experiências infantis, traumas, fixações evolutivas, intensidade das forças em presença) é que se chega a uma reconstrução plausível do psiquismo do paciente.

E, como já vimos que o método hermenêutico ou idiográfico se baseia, sobretudo, na interpretação, é válido questionar por que a Psicanálise, ao ter como um dos conceitos e instrumentos metodológicos fundamentais a interpretação, não deveria estar mais afinada às Ciências Humanas.

5.3.1 Interpretação e causalidade em Psicanálise

É muito comum ter a *Interpretação dos sonhos*, de 1900, colocada como um divisor de águas na produção teórica de Freud, sobretudo entre os escritos neurológicos ou pré-psicanalíticos (que incluem o *Estudo sobre as afasias* e o *Projeto para uma psicologia científica*) e a inauguração da fase considerada psicanalítica. E aqui há que se enfatizar que é o conceito de *interpretação* que estampa o título do livro. Não por acaso, Mezan (2007) questiona, retoricamente, se não seria essa ideia de interpretação o que singularizaria a Psicanálise na busca do sentido inconsciente das produções mentais.

Para Mezan (2007), a *Deutung* (interpretação) visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação não é do tipo hermenêutica. É importante enfatizar, não se trata de uma interpretação hermenêutica, pois conforme Mezan (2007), o objetivo não é apenas o de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a algo que neles se exprime, um princípio a ser captado, mas sim de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica.

Tomando-se como exemplo um sonho, interpretá-lo, segundo Mezan (2007), seria encontrar o seu sentido, o desejo inconsciente e as fantasias que ele incorpora, que é uma das causas do sonho, bem como as forças que se opõem à sua realização e que são responsáveis pela censura. Desse modo, a elucidação do sentido, a interpretação, revela ainda tanto as causas materiais (o desejo inconsciente), quanto formais — isto é, as operações do processo primário que incidiram sobre o material original (Mezan, 2007).

É interessante notar, portanto, que se trata de interpretação em causa, não no sentido compreensivo, hermenêutico. Esse tipo de interpretação, em que se desvenda também uma causa, parece ter mais a ver com a *erklaren*, que constitui o paradigma metodológico das ciências naturais. Munida de instrumentos da razão, portanto, a Psicanálise vai procurar descobrir as fontes/causas dos desejos e produções humanas.

O modelo de ciência no qual Freud se inspiraria seria o fisicalismo de Galileu e Newton, como fica nítido na clássica passagem do *Projeto para uma psicologia científica*:

A intenção é prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição. Duas são as ideias principais envolvidas: 1) a que distingue atividade de repouso deve ser considerada como Q, sujeita às leis gerais do movimento. 2) Os neurônios devem ser encarados como as partículas materiais (Freud, 1895(1996), p. 347).

Contudo, como sinaliza Mezan (2007), a Biologia adquire independência depois da *Crítica da faculdade de julgar*, de Kant, obtendo um *status* ainda maior a partir da ideia de seleção natural de Darwin no século XIX. O psicanalista defende não só que Freud era bastante familiarizado com a obra de Darwin, como que a presença deste em sua obra seria maior que as treze vezes em que o biólogo britânico é nela citado.

Freud não esconde sua admiração por Darwin, listando-o como um dos autores dos três golpes narcísicos dados na humanidade¹⁰⁰. Para Freud, além do astrofísico Nicolau Copérnico,

¹⁰⁰ FREUD, Sigmund (1917). Uma dificuldade no Caminho da Psicanálise. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud [ESB]**. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 17.

responsável pelo golpe cosmológico, e ele próprio, autor do golpe psicológico, teria sido Darwin o protagonista do golpe biológico na humanidade. Com suas ideias, o biólogo britânico fez prevalecer a de que os seres humanos seriam mais um capítulo da evolução e não originários de uma fonte divina.

Mezan (2007) defende a ideia de que o objeto da Psicanálise e sua teorização se aproximariam mais da teria da evolução de Charles Darwin do que do objeto dos físicos. Essa proximidade de Freud com os naturalistas da evolução ocorre porque, no caso destes — como em Darwin, por exemplo — haveria a impossibilidade de se obter evidências empíricas imediatas e conclusivas da teoria, em função do caráter infinitesimal das variações adaptativas e pela escala monumental do tempo exigido para que elas se sedimentem (Mezan, 2007). Essa linha de argumento vai justamente na direção contrária ao que defende Beer (2017), conforme colocado no capítulo anterior.

Já no caso da Psicanálise, a explicação causal evoca fatores que só podem ser supostos e não enfaticamente demonstrados, quer se trate da ação atual das motivações inconscientes, quer de desenvolvimentos passados que se supõe produzirem resultados no quadro atual. Para Mezan (2007), o modo de fazer ciência aproxima Darwin e Freud porque os objetos de que tratam suas teorias partilham mais características do que qualquer um deles com os objetos da Física, da Astronomia ou da Química

Como bem lembra Mariano (2018), explicar fenômenos como o desaparecimento dos dinossauros, o surgimento do homem e a diversidade orgânica exige um modelo de explicação diferente do nomológico dedutivo, abordado acima. Ou, como afirmam Dunker e Iannini (2023), teorias da causalidade não são tão simples como se imagina.

Além da causalidade linear abordada em subtópico anterior, Dunker e Iannini (2023) resgatam a ideia da existência da causalidade linear. Nesta, por exemplo, o efeito é desproporcional à causa (como nos casos em que a fagulha decorrente de uma ponta de cigarro chega a incendiar hectares de floresta).

Esses autores associam a causalidade linear com o tipo de causalidade que ocorre no Inconsciente, pois um evento aparentemente trivial pode desencadear um sintoma, uma crise de angústia, ou mesmo um surto em um sujeito em determinado momento, assim como um evento reconhecidamente grave ou violento pode não ter o mesmo efeito em outra pessoa.

Além da causalidade não linear, Dunker e Iannini (2023) salientam outro aspecto importante das teorias causais modernas, o *feedback* ou a retroalimentação. Essa teoria, que ganhou notoriedade com a cibernética, postula que um efeito modula também a causa, indicando uma temporalidade circular. Exemplo comum é o dos termostatos de geladeiras e ar-

condicionado, que conseguem acionar e desligar o sistema de resfriamento conforme a troca de informações (temperatura) que há nesses aparelhos, mantendo temperatura estável (para atingir esse objetivo, causa e efeito se influenciam mutuamente).

Aplicada aos sistemas psicológicos, Dunker e Iannini (2023) assinalam que a retroalimentação é o que acontece quando um processo psíquico novo pode evocar lembranças do passado, tanto modulando o conjunto dos traços mnêmicos como influenciando a perspectiva de futuro.

Esses autores abordam ainda a característica de retroatividade da teoria freudiana, que fica muito explícita, sobretudo, na ideia de determinação do trauma. Nessa teoria, um evento pode permanecer dormente, latente ao longo do tempo, após seu acontecimento, até ser ativado posteriormente e adquirir força etiológica.

Conexões de significação tais como a atribuição, *a posteriori*, de um trauma ou a significação sexual a determinado acontecimento, inicialmente anódino, vão permitir, de acordo com Dunker e Iannini (2023), que o sentido da causalidade seja, a um só tempo, progressivo (causas antecedem os efeitos) e regressivos (causas posteriores criam efeitos de transformação no evento anterior).

Esse processo, denominado pelos autores de retrocausação, é algo que se percebe, após o fim empírico de uma análise, ou seja, como os efeitos dela esse tipo de efeito é observado, perturbando a ideia de fim de análise, de fim de terapia, que não se esgotaria, necessariamente, ao fim do seguimento de sessões.

Nesse ponto, vemos que há uma implicação do elemento da linguagem que, ao atribuir significado *x* ou *y* a determinado acontecimento, tem o poder de significar e produzir efeitos subjetivos no ser humano. Essa compreensão, que privilegia o caminho da estruturação do sujeito por meio da linguagem, é importante lembrar, caracteriza bastante a Psicanálise lacaniana. Não por acaso, um dos capítulos de Dunker e Iannini (2023) é justamente intitulado *Natureza e linguagem na concepção de causalidade em psicanálise*.

Esses autores apontam ainda o conceito de *emergência*, o qual trata do processo de formação de sistemas complexos ou padrões em função da multiplicidade de interações simples, mas que não pode ser deduzido ou definido a partir destes. Eles citam o exemplo da interação entre neurônios microscópicos, que formam um cérebro macroscópico e suas funções.

É importante observar que Freud não tinha conhecimento de todas essas teorias de causalidade, até mesmo porque algumas delas vieram à cena, de modo significativo, mais recentemente. Ainda assim, Dunker e Iannini (2023) consideram que não seria um abuso afirmar que Freud as intuiu em suas descrições metapsicológicas ou construções clínicas. Na

linha do que defendem esses autores, é possível sustentar que a teoria da causalidade na Psicanálise freudiana é não linear, combina aspectos de retroalimentação e *looping* e assume o inconsciente como um sistema complexo de associações, baseando-se mais em emergências do que em regras.

5.3.2 A singularidade da Psicanálise freudiana

Nos parece que a Psicanálise partilharia da ideia das Ciências Humanas de sua época, uma ideia de singularidade do objeto, a impossibilidade de reduzi-lo a uma categoria geral, pois uma histórica pode partilhar o “diagnóstico” com outra, mas nunca serão objetos iguais, as causas e desdobramentos de cada uma envolvem história de vida e arranjo psicológico particulares.

Em contrapartida, a ideia de interpretação freudiana não se alinharia com a interpretação hermenêutica, característica típica das Ciências Humanas, estando mais próxima de uma forma de interpretação que visa desvelar causas, e, portanto, mais próxima das Ciências Naturais.

Sendo assim, compreendemos que tais características específicas são o que garantiria uma singularidade à Psicanálise freudiana no campo das ciências, sobretudo no tocante à questão da disputa dos métodos. Somado a isso, a teoria de causalidade em Freud não se enquadraria dentro de um modelo de teoria mais ordinário em que predominasse a causalidade linear. Contudo, a Psicanálise freudiana não deixa de aplicar racionalidade em seu método, nem de atender a esse critério de causalidade, considerado por muitos estudiosos fundamental no campo da ciência.

Ainda no que concerne a essa dualidade característica da Psicanálise, caberiam duas observações: uma delas seria mesmo a respeito da vigência dessa dicotomia Ciências Naturais e Ciências Humanas, pois — como vimos ao longo desse capítulo — atualmente a concepção de natureza originalmente sustentada nas *naturwissenschaften* já não vigoraria.

Como vimos ao longo do capítulo anterior, com as mudanças no contexto científico, sobretudo no que envolve as descobertas genéticas e cerebrais, a ideia de natureza já não seria a de uma natureza imutável e congelada, como a defendida no positivismo lógico. Isso fica claro com as dificuldades de categorizar determinadas disciplinas, que ficariam na fronteira dessa dicotomia, ou mesmo com conceitos como o de epigenética, que evidenciam a capacidade de modulação da própria natureza em função de fatores que lhe são externos e, portanto, comportando uma ideia de singularidade e não mais a de um determinismo fatalista.

A outra ressalva diz respeito ao caráter singular do trabalho de Freud. A essa altura ficou claro que a formação positivista de Freud, sua compreensão do que era a ciência em sua época e sua investida racional levaram muitos autores a identificarem a Psicanálise freudiana com as Ciências da Natureza. Por tabela, para muitos estudiosos isso faria de Freud um representante do iluminismo. Porém, essa categorização automática enquanto iluminista não é totalmente cabível.

Como bem ressaltam Loureiro (2006), Dunker e Iannini (2023), a obra de Freud possui caráter híbrido. Para Loureiro (2006), Freud herda a problemática do inconsciente do romantismo alemão¹⁰¹, meio em que essa questão era muito debatida por médicos, filósofos e escritores. Era muito comum no Romantismo, de acordo com essa autora, o interesse pelos sonhos, a sexualidade, a loucura e a morte, ou seja, fenômenos situados nas bordas da racionalidade, bem como em outras noções que vieram a fazer parte do vocabulário psicanalítico (como a de pulsão, por exemplo).

Contudo, Freud pretendia esclarecer os mecanismos e as leis que regem o funcionamento do inconsciente. Ele tinha por objetivo explicá-lo cientificamente, sem qualquer tipo de valoração (positiva ou negativa) de seus conteúdos características ou efeitos. Com isso, buscava se afastar da abordagem metafísica e mística do inconsciente predominante no Romantismo (Loureiro, 2006).

A perspectiva romântica do inconsciente o compreendia, de acordo com Loureiro (2006), como um princípio absoluto e transpsíquico, como ponto de inserção do homem na natureza e como abertura para o todo cósmico, dimensão de onde tudo deriva e para a qual tudo converge.

Ao buscar inscrever a Psicanálise como uma ciência e abordar o Inconsciente de forma científica, se evidencia, para autora, a impregnação de ideal iluminista em Freud, ou seja, dispor da razão para fazer avançar o conhecimento racional sobre as trevas da razão e da ignorância rumo à descoberta de princípios verdadeiros, universais, e de objetivos que regem o mundo natural e humano.

Como ressalta Loureiro (2006), o fascínio pelo irracional e a disposição para conhecê-lo racionalmente demonstram o indissolúvel entrelaçamento na raiz e na natureza do saber

¹⁰¹ O romantismo alemão é conjunto de ideias e valores que impregnaram todos os setores da vida social germânica (artes, filosofia, ciência, política etc.) entre, aproximadamente, 1770 e 1830. Algumas de suas características centrais são: anseio de restaurar a unidade e a harmonia (entre o homem e seus semelhantes, a natureza e o cosmo) perdidas com o advento do mundo moderno; crítica aos excessos do racionalismo e algumas de suas características (materialismo, mecanicismo, quantificação, abstração); consequente valorização dos fenômenos não racionais (sentimentos, imaginação, intuição, instintos, loucura, sonho, corpo, morte) e da arte/poesia como linguagem privilegiada para expressar o não-representável (Loureiro, 2006, p. 384).

psicanalítico. Por isso a dificuldade em classificar ou reduzir seu pensamento a tal ou qual tradição. Ele seria uma espécie de “híbrido” e, por essa razão, muitas vezes recebe designações paradoxais como “positivismo temperado” ou “iluminismo sombrio”.

Esse hibridismo reflete a formação ampla (humanística e positivista) de Freud dentro de um contexto sócio-histórico, evidentemente, e que também fica nítida, por exemplo, quando Dunker e Iannini (2023) discutem a estética do método psicanalítico.

Segundo esses autores, não passou despercebida por pesquisadores da Psicanálise ou interessados por ela, a imbricação entre a escrita literária e a científica em Psicanálise. Mesmo que haja aqueles que enxerguem nisso uma fraqueza, por considerarem que Freud estaria mais preocupado em contar uma boa história do que em ser fiel aos fatos. Para Dunker e Iannini (2023), esse aspecto relevaria uma atitude científica e um pensamento estético em Freud e a Psicanálise não seria possível sem a peculiar coabitação dessas duas vertentes.

Freud, por um lado, era um observador preciso, interessado em descrever relações causais entre eventos mentais e descobrir leis que governam os processos psíquicos e, por outro, um narrador literário, levado a descrever sonhos, casos clínicos, atento a detalhes indiscretos e apresentando registro linguístico incomum às Ciências Naturais (Dunker; Iannini, 2023).

O ponto chave colocado por esses autores é que essa dupla natureza, a alma de cientista e de poeta, não decorre de preferências pessoais de Freud, mas da natureza do objeto. Por isso comumente se fala na solidariedade entre método e objeto. Para compreender o inconsciente, a patologia histeria, Freud precisou criar a Psicanálise com essa natureza.

Tanto Veras (2023) como Dunker e Iannini (2023) lembram o episódio em que, na maioria das doze vezes em que Freud foi indicado ao prêmio Nobel de Medicina, alegou-se que sua obra era literária demais, e, quando indicado ao prêmio Nobel de Literatura, alegou-se ao contrário, que seu trabalho era muito voltado para a Medicina. De acordo com Dunker e Iannini (2023), mais que uma anedota, essa passagem indica a própria cisão ontológica do objeto da Psicanálise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo inicial analisar a cientificidade da Psicanálise sob a ótica do problema da demarcação. Contudo, percebeu-se que essa temática da cientificidade, a compreensão dos limites entre o que é ciência e o que não é, acaba ficando limitada, se apenas circunscrita a um campo da epistemologia que desconsidere as variáveis socioculturais como fatores de produção de uma ideia de ciência hegemônica em dado momento histórico. Desse modo, realizaram-se incursões buscando explorar como o contexto sociocultural teve e tem um impacto significativo na compreensão das relações da psicanálise com a ciência.

Inicialmente o guia condutor apontado como uma espécie de protótipo, de uma cena que condensaria importantes considerações atuais nesse debate sobre Psicanálise e ciência foram as críticas levantadas por Natália Pasternak e Carlos Orsi na publicação *Que bobagem !* A partir do livro realizarmos um caminho de buscar do posicionamento dos autores e correligionários em artigos da Revista do Instituto Questão de Ciência. Com esse primeiro passo se deram os desdobramentos posteriores apresentados ao longo da tese e sobre os quais destacaremos alguns pontos de sedimentação:

Pasternak e Orsi tiveram a proposta de publicar um livro de divulgação científica pautado na crítica de práticas, de “conhecimentos” que se dizem válidos, mas que, para eles, não se sustentam. No que tange a Psicanálise, essa investida do *Que Bobagem!* se mostrou frágil. Vimos, no capítulo 2, que Pasternak e Orsi e seus correligionários do IQC deixaram de considerar uma série de evidências, contra-argumentos a críticas centrais que eles fazem em relação à Psicanálise e que já existiam antes mesmo da publicação dos artigos e do livro.

Há uma série de pesquisas elencadas no referido capítulo, as quais são bem documentadas, referenciadas e algumas delas com respaldo internacional. As pesquisas apresentam dados que tematizam sobre a eficácia clínica da Psicanálise e de psicoterapias psicodinâmicas, por exemplo.

Além disso, verifica-se que Natália Pasternak e Carlos Orsi não investigaram a fundo ou optaram por não expor a atualidade do debate sobre a pseudocientificidade da psicanálise. Isso fica patente quando eles retomam a crítica do argumento da correspondência ou a circularidade de evidências sobre o qual se basearia a psicanálise, conforme apresentada originalmente por Adolf Grünbaum.

Os críticos da Psicanálise desconhecem ou omitem deliberadamente o diálogo profícuo ocorrido entre Howard Shevrin e Adolf Grünbaum por mais de vinte anos. Nesse debate, os

personagens principais discutiram a respeito de pesquisas de validação, sobre a fundamentação e sobre a cientificidade da Psicanálise. Paulo Beer nos lembrou que, por meio de experimentos neurocientíficos (no padrão defendido por Pasternak e Orsi), Shevrin conseguiu demonstrar, junto à Grünbaum, conceitos e hipóteses centrais do campo psicanalítico.

Constata-se, portanto, que Pasternak e Orsi desconsideraram evidências importantes favoráveis à psicanálise em duas linhas de frente nas quais eles a atacam, a saber: 1) em sua eficácia enquanto prática psicoterapêutica; 2) como uma teoria epistemologicamente justificada tanto pelos resultados clínicos como por evidências extraclínicas. Nesse sentido, a leitura desses autores em relação à psicanálise acaba sendo bastante seletiva, portanto, enviesada o que, ironicamente, representa uma atitude anticientífica de base.

Outra consideração importante refere-se a reiterada defesa de Pasternak e Orsi e outros membros do IQC em relação as metodologias empíricas, com ensaios randomizados, duplo-cego e uso de grupo placebo como modelo ideal e único de ciência válida. Nesse bojo, eles normalmente buscavam valorizar as terapias cognitivo-comportamentais no campo clínico e as neurociências como forma de conhecimento científico contemporâneo de ponta sobre os modelos mentais. A ideia subjacente é que essas áreas merecem tal “privilégio” por melhor se adequarem ao modelo “padrão-ouro” de cientificidade por eles preconizado.

Em função dessa primazia concedida por Pasternak e Orsi às neurociências como paradigma científico, as investigações sobre o Sujeito Cerebral, desenvolvidas no capítulo três, contribuíram no esforço de desnaturalizar esse campo científico como modelo único, verdadeiro e inquestionável de ciência.

Inspirada em uma abordagem genealógica, a análise feita no referido capítulo, mediada por autores como Fernando Vidal, Francisco Ortega, Ehrenberg e Nikolas Rose, procurou expor como em teorias, domínios científicos, é impossível negar o entrelaçamento político e ideológico com formações socioculturais específicas. Nesse ponto, tratou-se, justamente, de apontar limitações de uma epistemologia que desconsidere as variáveis sociocultural e históricas na determinação do que é e o que não é ciência.

Sendo assim, constatou-se ao longo do terceiro capítulo, quarta sessão dessa tese, que a crença predominante em uma ideia de Sujeito Cerebral, se levada a cabo de forma radical implica em diversas consequências sociais e políticas, exploradas no capítulo. Dentre elas, alertamos para o risco de reducionismo, limitação e alguns desdobramentos decorrentes da compreensão do ser humano engendrada por essa visão de mundo.

No entanto, vimos que, problematizar as limitações da racionalidade imposta pelo modelo predominante de ciência (inclusive por ser permeado por fatores ideológicos) tendo as

neurociências como principal representante, não torna, por si só, a psicanálise mais ou menos científica. Por isso, o capítulo final teve como objetivo aprofundar a discussão da cientificidade da psicanálise e sustentar seu pertencimento, ainda que singular, ao campo da ciência.

Nesse capítulo partimos da clássica dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas, uma distinção contemporânea a Freud e à criação da psicanálise. Buscou-se entender o posicionamento epistemológico freudiano de considerar Psicanálise como uma ciência da natureza. Contudo, esse olhar foi enriquecido para além dos circuitos internos da epistemologia, com as contribuições externalistas oferecidas por Gabarron-Garcia, por meio de uma perspectiva historicamente contextualizada sobre tal escolha de Freud.

Desde seu início a psicanálise tem, diríamos assim, um *status* singular no campo das ciências, pois embora Freud buscasse sua pertinência ao domínio das ciências naturais, o estudo de objetos típicos das ciências humanas lhe garantiu uma originalidade interessante para a psicanálise. Não só isso, a análise do seu funcionamento da psicanálise demonstrou que a mesma não abriu mão do caráter explicativo dos fenômenos psicológicos inconscientes e processos terapêuticos. No entanto, mesmo aí a *erklaren* (explicação) vem hibridizada com a *verstehen* (compreensão) pelo via de uma interpretação em causa e não por uma interpretação do tipo hermenêutica, típica das ciências humanas.

Ademais, é a ampliação da concepção de causalidade, para além de sua modalidade linear preconizada pelo modelo científico padrão, conforme apontamos, que nos permite afirmar a permanência da psicanálise no jogo da ciência. Pensar uma ciência que reconheça diferentes modelos de causalidade, para além do modo nomológico dedutivo, permitiria esse pertencimento da psicanálise ao domínio científico, ainda que de maneira singular.

Esse ponto tem muito a ver com uma forma própria de produção de evidências para a Psicanálise. A dilatação dessas concepções de causalidade não se trataria apenas de uma simples escolha de método, mas de um posicionamento que melhor se adequaria ao fenômeno psíquico que a Psicanálise visa compreender. Temos clareza de que o aprofundamento sobre a lógica que embasa a produção de evidências próprias ao campo da psicanálise poderia ter sido melhor desenvolvida nessa tese.

Outro modo de pensar essa singularidade da psicanálise no campo da ciência é justamente no aspecto em que uma teoria do caso a caso atualizaria uma teoria geral, ou seja, como na construção dos casos clínicos a aplicação automática de uma macroteoria científica não seria recomendada, digamos assim. Cada caso põe à prova, é um questionamentos dos marcos teóricos já estabelecidos em psicanálise, ao mesmo tempo que tal procedimento visa ajustar-se à realidade psíquica dos casos em particular. Nesse ponto, sem sombra de dúvidas, a

criação freudiana se aproximaria mais da lógica do caso único sustentada pelas ciências idiográficas/humanas.

O que concluímos ao longo desta tese é a natureza híbrida, de partida, da psicanálise, metaforizada no episódio do pleito inalcançado do prêmio Nobel para Freud, conforme citado por Dunker e Iannini. Embora não siga todos os parâmetros do modelo “padrão-ouro” de cientificidade, a Psicanálise possui operadores internos de racionalidade que lhe conferem um lugar singular no campo científico.

Esperamos ter deixado claro, ao longo deste trabalho, que criticar certos fundamentos de uma concepção específica de ciência não equivale a aderir ao negacionismo científico. Tampouco se trata de sustentar uma crença ingênua em uma ciência neutra, isenta e descolada de contextos materiais e históricos. Nosso intuito foi propor uma ampliação da compreensão sobre os modos de se fazer ciência, sem que isso signifique uma inclusão leviana de quaisquer teorias e práticas que se pretendam científicas.

Apesar das considerações feitas, nos parece difícil haver consenso sobre a cientificidade da Psicanálise. Talvez nem mesmo no interior do próprio campo psicanalítico isso seja possível, e menos ainda entre os defensores das chamadas *hard sciences*. Não seria de se estranhar que continue sendo aplicado, à psicanálise, o selo de pseudociência imputado pelo “tribunal da ciência” e retomado por Pasternak e Orsi recentemente.

Nos resta a preocupação de possíveis desdobramentos desse título negativo aplicado à Psicanálise e mesmo do inflacionamento de um modo de mensuração do que deva ser considerado ciência pautado em um modelo único de ciência. Permanece o questionamento sobre a quem interessa, e por que interessa, o rótulo de pseudociência atribuído à Psicanálise. Quem julga o julgador? Qual é a teoria metacientífica que sustenta esse tipo de julgamento? São questões que, certamente, não encontram resposta no interior da própria ciência.

Por fim, entendemos que pesquisas e formas mais recentes de operacionalizar a ciência, que têm considerado a pluralidade de saberes, perspectivas decoloniais, por exemplo, podem contribuir para a construção de uma concepção mais ampla, plural e crítica do fazer científico, havendo a possibilidade de potencializar o próprio saber analítico.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Empirismo lógico. In: **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

ABBAGNANO, Nicola. Heurística. In: **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALMEIDA, Vítor H. S. **O problema da demarcação como o problema central da filosofia da ciência**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em:

https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/26327/1/ulfc120757_tm_V%C3%ADtor_Almeida.pdf. Acesso em: jan. 2024.

ALVES, Yossionale; AZEVEDO, Márcio. A. A Biopolítica de Michel Foucault: controle do indivíduo e da sociedade. **Inter-Legere**, v. 4, n. 30. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/19998>. Acesso em: out. 2023.

AZIZE, Ronaldo. L. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. **Mana**, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/pd86Ft4MqvKnWRCLtm7CkWN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: maio 2022.

BAIMA, César. Homeopatia pode perder status de especialidade médica no Brasil. **Questão de ciência**, 2023. Disponível em:

<https://revistaquestaodeciencia.com.br/2023/07/20/homeopatia-pode-perder-status-de-especialidade-medica-no-brasil>.

BEER, Paulo. Como é que é? | O que psicanalistas dizem sobre o livro de Pasternak e Orsi? **YouTube**, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XdPIZfP0sOw>. Acesso em: jan. 2024.

BEER, Paulo. **Psicanálise e ciência**: um debate necessário. São Paulo: Blucher, 2017.

BEZERRA JR., Benilton. **Projeto para uma psicologia científica**: Freud e as neurociências. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013.

BOGÉA, Diogo. **Haja paciência**: a psicanálise como ciência do singular. [S.l.]: Pendere, 2023.

CARVALHO. Robson R. As três fases do problema da demarcação. **Griot**, v. 22, n. 1, p. 227-250. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/2704/1606>.

Acesso em: fev. 2024.

CASTRO, Fabiano. S. **Marcas invisíveis: pensando as redes entre Psicologia e Neurociência**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, Daniel M. Isenção da ciência, neutralidade da análise. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23 n. 3, p. 455-465, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/6h8v945TYtcBd9ZsxtKxSCM/>. Acesso em: nov. 2024.

DAVIDOWICH, Marcia. M.; WINOGRAD, Monah. Psicanálise e neurociências: um mapa dos debates. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 801-809, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XZdQkNQg93FT6PtYHwBsGLn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2021.

DUNKER, Christian; IANNINI, Gilson. **Ciência pouca é bobagem: por que a psicanálise não é pseudociência**. São Paulo. Ubu, 2023.

EHRENBERG, Alain. O Cérebro Social: quimera epistemológica e verdade sociológica. **Revista Periferia - UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2009b.

EHRENBERG, Alain. O sujeito cerebral. **Psicologia clínica**, v. 21, n. 1, 2009a. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100013. Acesso em: maio 2021.

FARMA, Mundo. **A Verdadeira História por trás de Painkiller da netflix**. Disponível em: <https://farmanetwork.com.br/a-verdadeira-historia-por-tras-de-painkiller-da-netflix>. Acesso em: abr. 2024.

FAYERABEND, Paul. Cómo defender a la sociedad de la ciencia, Polis. **Revista latinoamericana [En línea]**, 29 nov. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/8230>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANZEN, Jonathan. **As correções**. Trad. Sérgio Flaksman. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FREUD, Sigmund. Acerca de uma visão de mundo (1933). In **Obras Completas de Sigmund Freud: O mal-estar na civilização**, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. São Paulo: companhia das Letras, 2010. V. 18.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.

FREUD, Sigmund. Dois verbetes de enciclopédia. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18.

GABARRON-GARCIA, Florent. **Uma história da psicanálise popular**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2023.

GAY, Peter. **Freud**: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GORI, Roland; DEL VOGO, Marie Jose. **La santé totalitaire**: essais sur la médicalisation de l'existence. Paris: Éditions Flammarion, 2005.

HENRIQUES, Rogério Paes. A medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade. *Rev.Mal-Estar Subj* [online]. 2012, vol.12, n.3-4, pp.793-816. ISSN 1518-6148. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482012000200013&script=sci_abstract. Acesso: Jul 2024

IANNINI, Gilson. **Freud no século XXI o que é a psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. v. 1.

IANNINI, Gilson. Psicanálise, ciência extima. **Epistemo-somática**, v. 4, n. 1, p. 69-78, 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Heurística. In: **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 92.

JONES, Ernest. **A vida e obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v. 1.

KANDEL, Eric. A Biologia e o futuro da Psicanálise: um novo referencial intelectual para a psiquiatria revisitado. **R. Psiquiatr.**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 139-165, jan./abr. 2003.

LEITE, Marco C.; VASCONCELOS, Renata M.; COUTO, Richard. H. O. Evidências da eficácia de psicoterapias psicodinâmicas. **Cult**, 27 set. 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/eficacia-psicoterapias/>. Acesso em: dez 2023.

LERNER, Rogério. Que bobagem é o negacionismo de evidências científicas abundantes sobre psicanálise e psicoterapias psicodinâmicas! **SBPSP.org.br**, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.sbpsp.org.br/blog/que-bobagem-e-o-negacionismo-de-evidencias-cientificas/>. Acesso em: jan. 2024.

LOUREIRO, Inês. Luzes e sombras. Freud e o advento da psicanálise. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Arthur Arruda Leal (orgs.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

MARIANO, Rondinelli B. Fundamentação científica da psicanálise e os modelos de explicação em ciência. **Analytica**, v. 7, n. 12, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v7n12/04.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

MELO, Vinny O. C. Jacques Lacan, o oráculo da impostura. **Questão de ciência**, 2023. Disponível em: <https://www.revistaquestaoeciencia.com.br/artigo/2023/01/02/jacques-lacan-o-oraculo-da-impostura>. Acesso em: out. 2023.

MEZAN, Renato. Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise. **Natureza Humana**, n. 9, v. 2, p. 319-359, jul./dez. 2007. 2007 Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v9n2/v9n2a05.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

NAHRA, Cinara; WEBER, Ingo H. **Através da lógica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Douglas. R. A. Psicanálise: muita conversa fiada, nenhuma ciência. **Questão de ciência**, 2020. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/dossie-questao/2020/06/25/psicanalise-muita-conversa-fiada-nenhuma-ciencia>. Acesso em: out. 2023.

ORSI, Carlos. A conspiração do inconsciente. **Questão de ciência**, 2020. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/apocalipse-now/2020/06/27/conspiracao-do-inconsciente>. Acesso em: nov. 2023.

ORSI, Carlos. PICS são péssimos tapa-buracos para falhas da saúde. **Questão de ciência**, 2023a. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/index.php/artigo/2023/06/22/pics-sao-pessimo-tapa-buraco-para-falhas-da-saude>. Acesso em: nov. 2023.

ORSI, Carlos. Se xxxx não funciona com explicar eu ter sarado de...? **Questão de ciência**, 2018. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/questionador-questionado/2018/11/13/se-xxxx-nao-funciona-como-explicar-eu-ter-sarado-de>. Acesso em: out. 2023.

ORSI, Carlos. Terapias alternativas como quase teorias da conspiração. **Questão de ciência**, 2019. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/index.php/apocalipse-now/2019/07/25/terapias-alternativas-como-quase-teorias-da-conspiracao>. Acesso em: out. 2023.

ORSI, Carlos. Uma ponte entre o tradicional e o científico. Revista eletrônica questão de ciência. **Questão de ciência**, 2023c. Disponível em: <https://revistaquestaodeciencia.com.br/apocalipse-now/2023/09/02/uma-ponte-entre-tradicional-e-o-cientifico>. Acesso em: out. 2023.

ORTEGA, Francisco. Elementos para uma história da neuroascese. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 16, n. 3, p. 621-640, 2009.

ORTEGA, Francisco. J. G.; ZORZANELLI, Rafaella. T. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PASTERNAK, Natália; ORSI, Carlos. **Que bobagem!** Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Contexto, 2023.

PEREIRA, Mario E. C. Debate entre Carlos Orsi e Mario Eduardo C. Pereira. **YouTube**, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eHmn2zcjyZc>. Acesso em: jan. 2024.

PEREZ, Daniel Omar. A psicanálise como experiência ética e o problema da cientificidade. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 1203-1232, dez. 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400007. Acesso em: jan. 2025.

PEZZO, Mariana. **Big Science**. Disponível em: <https://www.labi.ufscar.br/2019/09/18/big-science/>. Acesso em: mar 2024.

PILATI, Ronaldo. A psicanálise e o infundável ciclo pseudocientífico da confirmação. *Questão de ciência*, 2020. Disponível em: <https://revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2020/06/25/psicanalise-e-o-infundavel-ciclo-pseudocientifico-da-confirmacao>. Acesso em out/2023.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.

PROENÇA, Mauro. **PICS e conselhos profissionais: atração fatal**. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/index.php/artigo/2024/01/19/pics-e-conselhos-profissionais-atracao-fatal>. Acesso em: out. 2023

REVEL, Judith. Biopolitique. In: REVEL, Judith. **Vocabulaire Foucault**. Paris: Editions Ellipses, 2009. p. 25.

REVEL, Judith. Souci de soi. In: REVEL, Judith. **Vocabulaire Foucault**. Paris: Editions Ellipses, 2009. p. 96-98.

REZENDE, J. M. **À Sombra do Plátano**: Crônicas de História da Medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIBEIRO, Sidarta; PEREIRA, Mario. E. C. Psicanálise e ciência: chega de bobagem. **Ige.unicamp.br**, 8 set. 2023. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/lehg/psicanalise-e-ciencia-chega-de-bobagem/>. Acesso em: dez. 2023.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O paciente, o terapeuta e o Estado**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RUSSO, Jane. Do psíquico ao somático: notas sobre a reconfiguração do self contemporâneo. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos** 24 (Suppl 1). Nov 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Bq8RHtpKJjxVMMcQypBGTGr/?lang=pt>. Acesso: jul 2024.

SAFATLE, Vladimir. Construindo polêmicas em direção a lugar algum. **Cult**, São Paulo, n. 298, out. 2023.

SIMANKE, Richard. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. **Scientiae Studia**, v. 7, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/GV77NSd8QvpBYNNxNkYTXFq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: dez. 2024.

SYED, Wassim A. P. Por que criticar medicinas alternativas? *Questão de ciência*, 2020. Disponível em: <https://revistaquestaodeciencia.com.br/index.php/artigo/2020/06/12/por-que-criticar-medicinas-alternativas>. Acesso em: out. 2023.

TAVARES, Fernando. R. G. Legitimidade terapêutica no Brasil contemporâneo: as terapias alternativas no âmbito do saber psicológico. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 83-104, 2003.

VERAS, Marcelo. O cientista e o ornitorrinco. **Cult**, São Paulo, n. 298. out. 2023.

VERAS, Marcelo. **O cientista e o ornitorrinco**. *Cult*, n. 298, set. 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cientista-ornitorrinco>. Acesso em: jul. 2024.

VIDAL, Fernando. O sujeito cerebral: um esboço histórico e conceitual. *Polis e psique*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/25883/25912>.

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. **Somos nosso cérebro?** neurociências, subjetividade e cultura. Trad. Alexandre Martins. [S.l.]: n-1 Edições, 2019.

VYSE, Stuart. Nos Estados Unidos, a psicanálise foi abandonada pelos psicólogos. *Revista questão de ciência*. *Questão de ciência*, 2020. Disponível em: <https://revistaquestadeciencia.com.br/artigo/2020/07/14/nos-estados-unidos-psicanalise-ainda-e-uma-pseudociencia>.

ZARETSKI, Eli. **Segredos da alma**: uma história sociocultural da Psicanálise. Trad. Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZORZANELLI, Rafaella. T. Cérebro, cultura somática e neuroterritórios emergentes. *In*: ALMEIDA, Leonardo P (org.). **A psicologia contra a natureza**: reflexões sobre os múltiplos da atualidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013. p. 205-220.